

## PANORAMAS I

# PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA I TURMA DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIESP

ORGANIZADORES:  
Marcela Dimenstein  
Pedro Rossi

**ISBN: 978-65-5825-058-6**

**PANORAMAS I**  
**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA I TURMA DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIESP**

**Marcela Dimenstein**  
**Pedro Rossi**  
**(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB  
2021



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP**

### **Reitora**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

### **Pró-Reitora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Editor-chefe**

Cícero de Sousa Lacerda

### **Editores assistentes**

Márcia de Albuquerque Alves  
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

### **Editora-técnica**

Elaine Cristina de Brito Moreira

### **Corpo Editorial**

Ana Margareth Sarmiento – Estética  
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura  
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda  
Érika Lira de Oliveira – Odontologia  
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia  
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem  
José Carlos Ferreira da Luz – Direito  
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia  
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores  
Luciano de Santana Medeiros – Administração  
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação  
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis  
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia  
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária  
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia  
Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física  
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Designer Gráfico:**

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

P195 Panorama I: produção científica da 1ª turma de arquitetura e urbanismo - UNIESP [recurso eletrônico] / Organizadores, Marcela Dimenstein, Pedro Rossi. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2021.

115 p.

Tipo de Suporte: E-book  
ISBN: 978-65-5825-058-6

1. Produção científica – Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura e Urbanismo - Interdisciplinaridade. 3. Panorama – Conhecimento científico. I. Título. II. Dimenstein, Marcela. III. Rossi, Pedro.

CDU : 001.891:72

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora UNIESP**

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar – COOPERE  
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba  
CEP: 58109-303

## SUMÁRIO

<b>1 UMA NOVA VISÃO DE HOSPEDAGEM:</b> proposta de hotel boutique para João Pessoa – PB - Anne Karine M. da R. Modesto - Ana Luzia Lima Rodrigues Pita	05
<b>2 ARQUITETURA EMERGENCIAL:</b> uma proposta de abrigo temporário - Hamon de Melo Santos e Aline Paiva Montenegro	20
<b>3 HOTEL FAZENDA ALDEINHA</b> - Jhulya Fernandes Camelo Brito e Ana Luísa Pires Gouveia Guedes	36
<b>4 CASA-GRANDE DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ-PB:</b> possibilidades de valoração e valorização cultural - Julianny Fernandes Zuza e Fernanda Rocha de Oliveira	53
<b>5 FORMALIDADES E INFORMALIDADES NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:</b> o caso da Avenida Edson Ramalho, João Pessoa/PB - Maria Helena Pedrosa Pinheiro e Marcela Dimenstein	69
<b>6 COMUNICAÇÃO VISUAL NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA:</b> estudo de caso da rua Duque de Caxias e da rua Josefa Taveira na cidade de João Pessoa – PB - Maria Raissa Costa Chaves e Alessandra Soares de Moura	85
<b>7 FELICIDADE É PRESERVAR MEMÓRIAS:</b> um estudo de caso do estado de conservação do edifício sede do IPASE - Mariana Costa Tavares De Melo e Anne Camila Cesar Silva	99
<b>8 PARQUE DE VIZINHANÇA:</b> Anteprojeto para a cidade de Santa Rita com ênfase no lazer para idosos- Merllyn Natasha De Souza Soares e Anneliese Heyden Cabral Lira	118
<b>9 A PRODUÇÃO DE CIDADE E A EXPERIÊNCIA URBANA:</b> um olhar sobre a br 230 - Rafaella Dantas de Paiva e Alessandra Soares de Moura	135
<b>10 CASA DO ESTUDANTE:</b> proposta de habitação universitária de uso misto em cabedelo - Sandrina Karoline Costa Gonçalves e Ana Luísa Pires Gouveia Guedes	151

**UMA NOVA VISÃO DE HOSPEDAGEM:** proposta de hotel boutique para João Pessoa – PBAnne Karine M. da R. Modesto<sup>1</sup>  
Ana Luzia Lima Rodrigues Pita<sup>2</sup>**RESUMO**

Os hotéis boutique foram criados com a intenção de valorizar uma tendência crescente de diferenciação e procura por distinção, visando atender às necessidades de um público em ascensão, que busca atendimento personalizado. Esta pesquisa propõe refletir sobre o hotel boutique e a influência deste no turismo para a cidade, resultando em uma proposta arquitetônica de um hotel boutique na cidade de João Pessoa, Paraíba, de modo a contribuir para o desenvolvimento turístico da cidade. Dentre as classificações existentes de hotéis que vem se desenvolvendo nos últimos tempos, destaca-se a do tipo boutique, o que expõe a importância do progresso dessa pesquisa. Para o desenvolvimento desta, lançou-se como metodologia a pesquisa de referências bibliográficas, artigos científicos e trabalhos acadêmicos para aprofundamento da temática, como também, documentos normativos e projetos arquitetônicos de referência para embasar a concepção projetual. A atividade de campo envolvendo levantamento físico do lote, coleta de dados, análise e interpretação, foi outra etapa importante para o desenvolvimento projetual. A partir desse estudo, percebeu-se o crescimento do turismo traz oportunidade para a exploração desse segmento hoteleiro. Logo, a instalação de novos estabelecimentos, proporciona crescimento para João Pessoa e a consolida como opção de turismo entre as capitais no Nordeste.

**Palavras-Chave:** hotel boutique; inovação; turismo.

**ABSTRACT**

The boutique hotels were created with the intention of valuing a growing trend of differentiation and search for distinction, aiming to meet the needs of a rising public that seeks personalized service. This Paper proposes to reflect about the boutique hotel in the city of João Pessoa, Paraíba, so that contributing to the city's tourism development. Among the existing classifications of hotels that has been developing in recent times, stands out the boutique type, which exposes the importance of the progress of this research. For the development of this, it was launched as methodology the search of bibliographic references, scientific articles and academic works to deepen the theme, as well as normative documents and reference architectural designs to support the design conception. Field activity involving physical batch survey, data collection, analysis and interpretation was another important step for project development. From this study it was noticed the growth of tourism brings opportunity for the exploration of this hotel segment. So, the implatation of new establishments provides growth for João Pessoa and consolidates it as a tourism option among the capitals in the Northeast.

**Key words:** *boutique hotel; innovation; tourism.*

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, segundo a World Tourism Organization (UNWTO, 2000), o turismo é um dos campos econômicos que mais cresce no mundo. Como Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionada ao setor, a UNWTO destaca que o turismo pode representar uma grande fonte de receita para os países em desenvolvimento, que são aqueles que, embora sejam periféricos, possuem um nível de industrialização maior que os demais e, portanto, apresentam valores expressivos de PIB (Produto Interno Bruto). O turismo apresenta-se como uma alternativa para melhoria na qualidade de vida de suas populações, função de atividade propulsora de desenvolvimento das cidades e gerador de renda e emprego (LOPES, 1990). Alguns países atribuem a esse importante segmento econômico parte da tarefa de equilibrar e até obter superávit em suas balanças de serviços apenas com receitas advindas do turismo (Informe BB, 1999).

Este artigo busca refletir sobre o hotel boutique e a influência deste no turismo para a cidade, resultando em uma proposta arquitetônica deste segmento hoteleiro para a cidade de João Pessoa, com caráter de exclusividade, no intuito de fomentar a ascensão do turismo na cidade.

O hotel boutique é uma das classificações da rede hoteleira que mais tem se desenvolvido ultimamente. Essa nova formulação surgiu nos Estados Unidos na década de 1980 (Wheeler, 2006) e chega ao Brasil na década de 90, com o objetivo de oferecer elementos de arte e poucos apartamentos, um serviço único, diferenciado e personalizado.

Com a expansão desta modalidade de hospedagem, o Ministério do Turismo estuda incluir a nova definição de hotelaria no Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012).

Diante do exposto, percebe-se um significativo crescimento desse segmento hoteleiro, o que expõe a importância do progresso dessa pesquisa.

Para atingir tal escopo, lançou-se como metodologia a pesquisa de referências bibliográficas, artigos científicos e trabalhos acadêmicos para aprofundamento da temática estudada, como também, documentos normativos e projetos arquitetônicos de referência para embasar a concepção projetual do hotel. A atividade de campo foi outra etapa importante e tem como fundamentação o

levantamento físico do lote, observação, coleta de dados, análise e a sua interpretação.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO:**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DA HOTELARIA NO MUNDO E NO BRASIL**

A evolução histórica da hotelaria teve influência dos gregos e dos romanos, sendo estes os responsáveis pela criação de diversas estradas dentro de seus domínios, gerando um crescimento nas viagens e conseqüentemente a procura por meios de hospedagens pelos viajantes (CAMPOS e GONÇALVES, 1998). Foi ainda no Império Romano, que as viagens começaram a ser realizadas com a finalidade do lazer.

Na Idade Média, os mosteiros e abadias abrigavam os viajantes, o que era visto como dever moral e espiritual. Mais tarde, a hospedagem passou a ser exercida pelo Estado em palácios ou instalações militares e administrativas (ANDRADE, BRITO e JORGE, 2017). Contudo, só passou a ser uma atividade comercial, a partir da Revolução Industrial e do surgimento do capitalismo. Após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão da economia, a melhoria de renda e a ampliação nos sistemas de transporte e comunicação, o turismo passa por uma transformação, se tornando uma atividade econômica significativa (ANDRADE, BRITO e JORGE, 2017).

No Brasil, foi somente em 1808 com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro e a abertura dos portos brasileiros que desencadeou um crescimento na procura por meios de hospedagem no país. Então, em 1908, foi inaugurado o Hotel Avenida, o maior da cidade e mais popular (ANDRADE, BRITO e JORGE, 2017).

A cidade de João Pessoa possui uma singularidade diante demais capitais fundadas no litoral do país. O fato de ter sido edificada próximo ao então porto da cidade - o Porto Capim - culminou no surgimento de tavernas, pensões e hotéis naquela região, decorrente do crescimento das atividades comerciais, como o hotel Globo. Em um segundo momento, outro hotel que teve destaque, foi o Paraíba Hotel, construído no Ponto de Cem Reis por iniciativa do então Presidente João Pessoa, em meados dos anos 30 (LEAL, 2001). O terceiro momento acontece com a expansão da orla marítima, quando foi implantado o Hotel Tambaú.

## 2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS HOTÉIS

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) classificam os hotéis pelo seu padrão e características de suas instalações, ou seja, avaliam o grau de conforto, a qualidade dos serviços e os preços. Essa classificação é importante para informar e orientar o mercado turístico e os consumidores.

De acordo com a Portaria nº100, expedida pelo Ministério do Turismo em 2011, os tipos de meios de hospedagem são (tabela 1):

**TABELA 1:** Classificação das Hospedagens

MEIO DE HOSPEDAGEM	CARACTERÍSTICAS	CATEGORIA
<b>HOTEL</b>	Serviço de recepção, alojamento individual e temporário, com ou sem alimentação, cobrança de diária.	1 a 5 estrelas
<b>HOTEL RESORT</b>	Lazer e entretenimento, serviço de estética, atividade física, recreação e convívio com a natureza.	4 a 5 estrelas
<b>HOTEL FAZENDA</b>	Ambiente rural, exploração agropecuária, oferece entretenimento e vivência de campo.	1 a 5 estrelas
<b>CAMA E CAFÉ</b>	Hospedagem em residência, com café da manhã e limpeza.	1 a 4 estrelas
<b>HOTEL HISTÓRICO</b>	Mantido em sua forma original ou restaurado, ou edificação que tenha ocorrido fatos histórico-culturais.	3 a 5 estrelas
<b>POUSADA</b>	Característica horizontal com no máximo 30 uh e 90 leitos, com alimentação e serviços de recepção.	1 a 5 estrelas
<b>FLAT/APART HOTEL</b>	Unidade habitacional com dormitório, banheiros, sala e cozinha equipada, serviço de recepção e limpeza.	3 a 5 estrelas

**Fonte:** MTur. Editada pela autora, 2018

Os hotéis boutique ainda não constam na classificação oficial do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. Diante da diversidade, existe uma dificuldade em caracterizar todos eles, ainda mais quando surgem novos hotéis a cada dia. Como não é objetivo desse trabalho acadêmico abordar sobre todos os tipos de hotéis, nos embasamos que: “em face do dinamismo do setor, a cada ano novos tipos e subtipos vêm se juntar aos existentes, tornando a tarefa possivelmente incompleta” (ANDRADE, BRITO E JORGE, 2017, p. 55).

## 2.3 CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO HOTEL BOUTIQUE

O conceito de Hotel Boutique chegou ao Brasil na década de 90 através do empresário Carlos Alberto Fernandes Figueiras, que abriu a primeira unidade do Hotel Emiliano em São Paulo, na Rua Oscar Freire, no Jardins. Em 2016, o empresário inaugurou um novo projeto, a unidade em Copacabana, no Rio de Janeiro, para atender à demanda dos Jogos Olímpicos (Ministério do Turismo, 2017).

Ainda hoje não há um consenso sobre a definição do hotel boutique, uma vez que essa tipologia não é classificada, mas podemos defini-lo segundo suas características. Segundo Andrade, Brito, Jorge (2017), os hotéis boutiques são um tipo especial de hotel, que se diferenciam dos demais em relação as dimensões, instalações e custos. Por esse mesmo motivo são procurados por pessoas diferenciadas que buscam um lugar íntimo, mas com tecnologia e serviços muito personalizados.

O Hotel boutique costuma se diferenciar em ambiente, atendimento e serviço. Eles costumam ser pequenos e com poucos quartos, mas possuem uma identidade própria. Alguns podem estar sediados em casarões históricos e castelos, mas mesmo assim, possuem infraestrutura moderna e são equipados com todas as tecnologias que os hóspedes precisam. Outro ponto a ser destacado é a ausência de espaços para eventos, a fim de manter a intimidade de cada indivíduo.

Apesar de parecidos, os hotéis boutique e hotéis designs não são iguais. Eles têm em comum o aspecto exclusivo que atraem um público especial por seus hábitos, comportamentos, pelo poder aquisitivo e o uso de obras artísticas com assinatura. Porém, a principal diferença está no estilo arquitetônico. Enquanto os hotéis designs tem estilo mais contemporâneo, tanto na arquitetura do prédio, quanto nos espaços internos, os hotéis boutiques podem ser instalados em prédios históricos, mesmo que esta característica não seja necessariamente essencial (ANDRADE, BRITO, JORGE, 2017).

## 3 A PROPOSTA PROJETUAL

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DO ENTORNO

O lote estudado para inserção da proposta arquitetônica está localizado no Cabo Branco - bairro nobre da capital – e limita-se com a praia de Tambaú e a praia dos Seixas.

**Mapa 1 – Mapa de localização do terreno em estudo no Bairro do Cabo Branco**

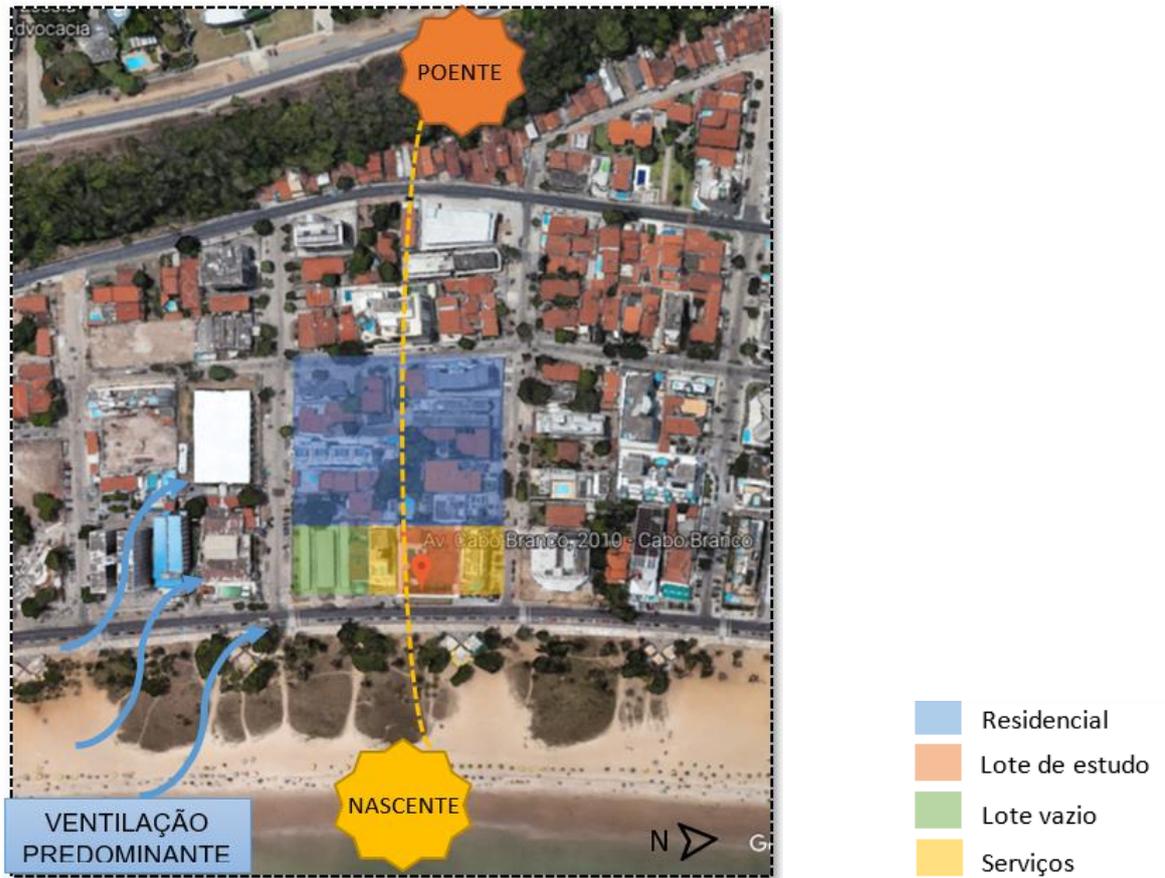


**Fonte:** Autora, 2019.

A escolha dessa área para a implantação da proposta foi feita pensando em um espaço que estivesse inserido na malha urbana da cidade, em uma zona turística e com infraestrutura. Cabo Branco é um bairro nobre localizado no extremo da Zona Leste, na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

O lote é plano, mede 40 metros de frente por 45 metros de fundo, um total de 1.800 m<sup>2</sup>. Possui uma frente e está situado em uma avenida principal de frente para o mar. O entorno é composto em sua maioria por prédios residenciais, com poucas exceções. Sua frente se posicionada para o nascente e sua ventilação predominante é sudeste.

**Mapa 2** – Condicionantes ambientais do lote em estudo.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora, 2019.

### 3.2 LEGISLAÇÃO LOCAL

De acordo com o Mapa de Usos e Ocupação do Solo, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o terreno está inserido na Zona Turística 2 (ZT2) que de acordo com o Decreto nº 7.074 de 29/11/2010 possuem novos parâmetros urbanísticos:

**Tabela 2:** Uso e Ocupação do Solo da Zona Turística 2 (ZT2)

Usos	Área	Frente	Ocupa.	Altura	Afastamentos		
	mínima	mínima	máxima	máxima	Frente	Lateral	Fundos
SP (FLA T)	600 m <sup>2</sup>	15m	TE: 50% DE: 40%	>=5PV	6 m	TE, 1 <sup>o</sup> , 2 <sup>o</sup> , 3 <sup>o</sup> = 2 m DE= 3+(H/10)m	Até 4 <sup>o</sup> PV= 3 m DE=3+(H/10)m

Fonte: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=175332>. Editado pela autora, 2019.

Ainda temos outra condicionante que é o gabarito. Por se tratar de um terreno à beira-mar deve-se cumprir os Arts. 229 da Constituição Estadual e 175 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, quanto a altura máxima das edificações.

### 3.3 O ANTEPROJETO

#### 3.3.1 Conceito e partido arquitetônico

A edificação em ênfase conceitua-se como hotel boutique, que são propriedades pequenas, porém com arquitetura contemporânea, espaços interativos com um projeto que prioriza o bem-estar do hóspede. Por atender um novo segmento devemos levar em consideração o perfil do público-alvo e suas necessidades, que são a prioridade no serviço em um lugar exclusivo.

O partido do projeto enfatiza a relação do interior com o exterior favorecendo a ventilação e iluminação natural. No edifício, usou-se uma grande abertura no centro da edificação - um fosso, bem como aberturas nos pavimentos tipos, garantindo a circulação de ar.

O nome escolhido para o Hotel foi Catharina, em homenagem a antiga moradora da residência que existe no lugar.

#### 3.3.2 Programa de necessidades

O programa de necessidades e o pré-dimensionamento espaço foram realizados conforme os condicionantes legais e ainda as recomendações bibliográficas de Andrade, Brito e Jorge, 2017.

O programa é constituído por sete setores: social, administrativo, serviço, hóspedes, estacionamento, lazer e alimentação.

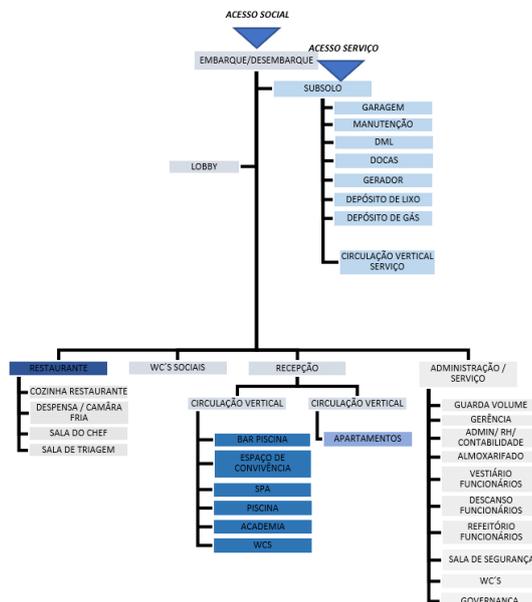
**Tabela 3** – Tabela de programa de necessidades

SETOR	PROGRAMA	QTD	ÁREA
SOCIAL	PORTE-COCHÉRE EMBARQUE/DESEMB.	01	70 m <sup>2</sup>
	LOBBY	01	215 m <sup>2</sup>
	WC MASCULINO	01	3 m <sup>2</sup>
	WC FEMININO	01	3m <sup>2</sup>
	RECEPÇÃO	01	20 m <sup>2</sup>
	GUARDA VOLUME	01	6 m <sup>2</sup>

ADMINISTRAÇÃO	GERÊNCIA	01	10 m <sup>2</sup>
	ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE RH	01	48 m <sup>2</sup>
	SALA DE SEGURANÇA WC	01 01	7 m <sup>2</sup> 3 m <sup>2</sup>
SERVIÇO	COZINHA RESTAURANTE	01	45 m <sup>2</sup>
	SALA DO CHEF	01	5 m <sup>2</sup>
	TRIAAGEM	01	3 m <sup>2</sup>
	DESPENSA	01	7 m <sup>2</sup>
	CÂMERA REFRIGERADA	01	3 m <sup>2</sup>
	REFEITÓRIO FUNCIONÁRIOS	01	30 m <sup>2</sup>
	DESCANSO FUNCIONÁRIOS	01	13 m <sup>2</sup>
	WC FEMININO/VESTIÁRIO	01	16 m <sup>2</sup>
	WC MASCULINO/VESTIÁRIO	01	16 m <sup>2</sup>
	ALMOXARIFADO	01	4 m <sup>2</sup>
	GOVERNANÇA	01	15 m <sup>2</sup>
	GERADOR SUBESTAÇÃO	01	10 m <sup>2</sup>
	DEPÓSITO DE GÁS	01	6 m <sup>2</sup>
	DEPÓSITO DE LIXO	01	6 m <sup>2</sup>
	MANUTENÇÃO	01	10 m <sup>2</sup>
	DOCA	01	27 m <sup>2</sup>
	DML	01	5 m <sup>2</sup>
ÍNTIMA HÓSPEDE	APARTAMENTOS TIPO	51	35 m <sup>2</sup>
ESTACIONAMENTO	VAGAS AUTOMÓVEIS	37	800 m <sup>2</sup>
LAZER	AÉREA DE PISCINA	01	300 m <sup>2</sup>
	PISCINA	01	115 m <sup>2</sup>
	SPA	01	80 m <sup>2</sup>
	WC FEMININO	01	3 m <sup>2</sup>
	WC MASCULINO	01	3 m <sup>2</sup>
	ESPAÇO CONVIVÊNCIA	01	80 m <sup>2</sup>
ALIMENTAÇÃO	BAR PISCINA	01	80 m <sup>2</sup>
	RESTAURANTE	01	200 m <sup>2</sup>

Fonte: Produzida pela autora, 2019.

### 3.3.1 Orgonograma



### 3.3.4 Implantação

A partir do estudo da área, o edifício foi implantado de forma que todos os quartos tivessem vista para o mar. Obedecendo a legislação urbanística da área, os limites foram de 6 metros de frente com 3 metros de fundos e laterais. A parte térrea em vidro faz a integração dos hóspedes com o fluxo da área externa, fazendo com que tenham a experiência de vivenciar realmente a cidade. A calçada larga foi utilizada também como bolsão para entrada dos carros para facilitar o embarque e desembarque.

### 3.3.5 Setorização

No térreo foi pensado um grande lobby com divisões em vidro, para que houvesse integração total, inclusive com a área administrativa. Tem-se ainda o restaurante com capacidade para 70% da ocupação do hotel. Na parte de trás acontece a circulação e serviço (figura 01).

Figura 01: Planta térreo



Fonte: Produzida pela autora, 2019.

Nos pavimentos tipo se encontram os apartamentos de 33 m<sup>2</sup>, sendo 17 por andar, totalizando 51 unidades. Possuem banheiro com banheira e vidro de integração com o quarto. Cada andar de apartamento conta com sua rouparia e DML.

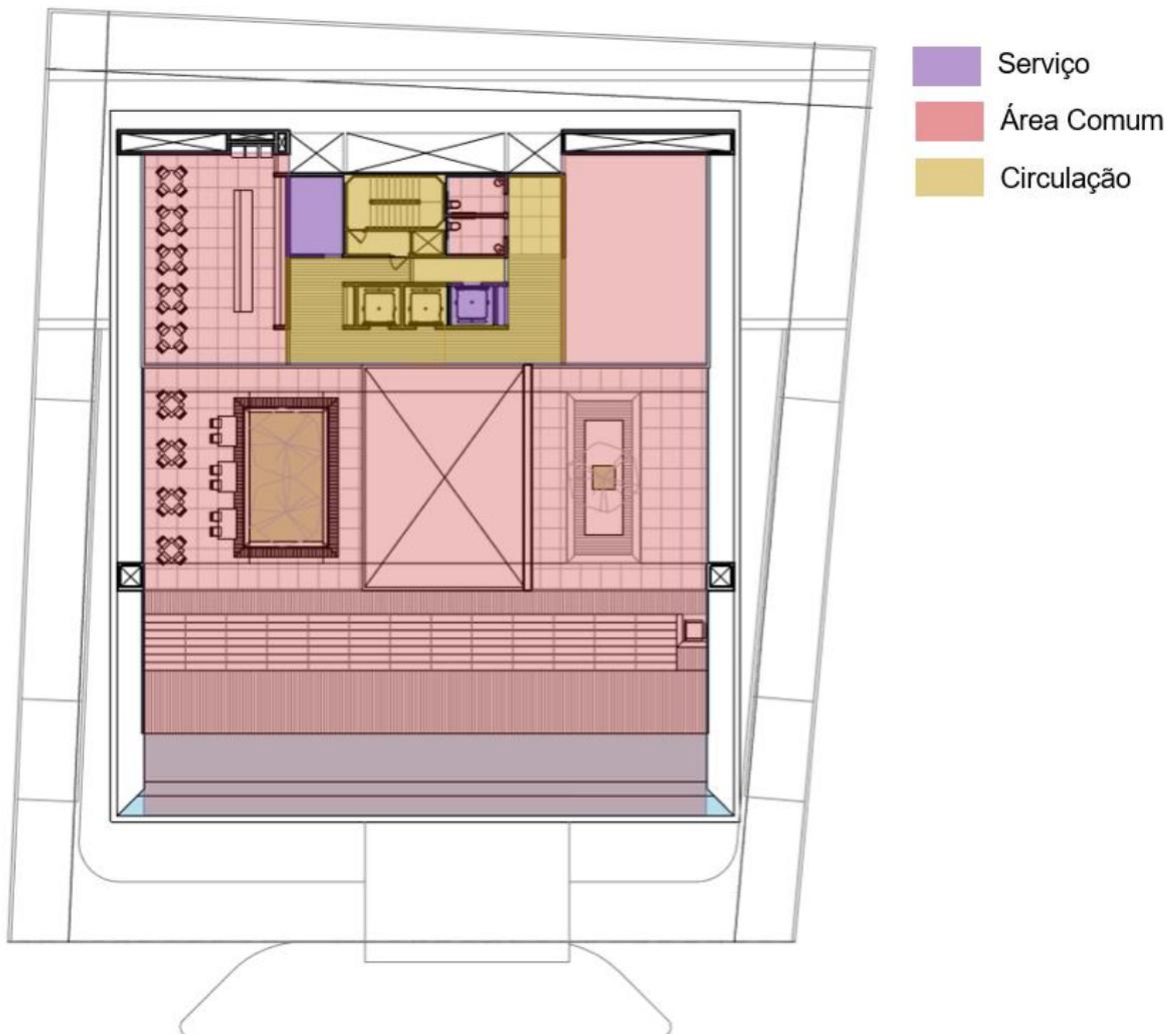
A circulação do pavimento tipo acontece em torno do fosso central, o qual permite a circulação de ar e iluminação natural (figura 02).

**Figura 02:** Planta pavimento tipo



**Fonte:** Produzida pela autora, 2019

No último pavimento foi disposta a área de lazer, que conta com piscina, bar, área de integração, spa, academia, além de banheiro e áreas de serviço (figura 03).

**Figura 03:** Planta cobertura

**Fonte:** Produzida pela autora, 2019.

### 3.3.6. Volumetria

O edifício apresenta exteriormente uma predominância vertical com relação a sua plástica. A fachada foi idealizada para ter movimento e também proteger os quartos do sol nascente com um “jogo de cheios e vazios”, por isso foram usados brises móveis de madeira (figura 04), que podem ser ajustados pelos hóspedes.

**Figura 04:** Verticalidade e uso de brises na fachada

**Fonte:** Produzida pela autora, 2019.

Os materiais usados foram escolhidos baseados em vários aspectos: durabilidade, manutenção e estética. O concreto é bastante resistente e podemos usá-lo com versatilidade, conseguindo um acabamento mais rústico (figura 5).

Um resultado mais refinado foi atingido ao combinar o concreto aparente com as esquadrias em alumínio preto e os brises em madeira (figura 6).

**Figura 05:** Verticalidade e uso de brises na fachada

**Fonte:** Produzida pela autora, 2019.

**Figura 06:** Verticalidade e uso de brises na fachada

**Fonte:** Produzida pela autora, 2019.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O grande desafio do trabalho foi em relação a escassa literatura especializada específica por se tratar de um setor ainda em desenvolvimento.

A partir do estudo realizado podemos perceber que se trata de um segmento hoteleiro promissor que se encontra em expansão em vários países superando o conceito de grandes redes de hotéis com serviços padronizados.

Não contamos com um conceito definido sobre essa tipologia, mas ficou claro que hotel boutique busca uma personalização no seu serviço, obtendo a individualização de cada hóspede.

Em relação ao aspecto físico, averiguamos que esses hotéis são essencialmente contemporâneos, usam materiais nobres, porém sem ostentação. O design, inclusive nos móveis, é valorizado, bem como obras de artes.

O crescimento do turismo traz uma boa oportunidade para a exploração dessa parcela do setor hoteleiro, no entanto, ainda há necessidade de mais estudos sobre o assunto e mais interesse dos órgãos de turismo no sentido de classificar e conceituar essa tipologia. A instalação de novos estabelecimentos, proporciona crescimento para João Pessoa e a consolida como opção de turismos entre as capitais no Nordeste.

#### REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lucio de; JORGE, Wilson Edson. **Hotel - Planejamento e Projeto**. São Paulo, 2017.

BRASIL, EMBRATUR. **Brasil é o 6º no mundo em economia do turismo**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/turismo/2014/04/brasil-e-o-6o-no-mundo-em-economia-do-turismo>> Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mais que um hotel, um hotel boutique**. 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2982-mais-que-um-hotel-um-hotel-boutique.html>> Acesso em: 10 ago. 2018.

CAMPOS, L. C. A. M.; GONÇALVES, M. H. B. **Introdução ao Turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

Emiliano RJ. **Studio Arthur Casas**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/889379/emiliano-rj-studio-arthur-casas>>. Acesso em 10 fev. 2019.

INFORME BB. Turismo. **Revista de Comércio Exterior**, n.21, p.16-20, fev. 1999.  
LEAL, W. **O real e o virtual no turismo da Paraíba**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.

LOPES, J.C. **O turismo e o desenvolvimento regional do Norte e Nordeste**. Informações FIPE, n.120, jul. 1990.

WHEELER, D. F. **Understanding the value of Boutique Hotels**. Dissertação de Mestrado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 2006.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism Highlights**, 12/11/2000. Disponível em: <[www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)>. Acesso em: 10 ago. 2018

## ARQUITETURA EMERGENCIAL: uma proposta de abrigo temporário

Hamon de Melo Santos<sup>1</sup>  
Aline Paiva Montenegro<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido na graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. O trabalho trata da concepção de um abrigo temporário, isto é, uma habitação de caráter emergencial para abrigar pessoas que por algum motivo tenham perdido sua moradia, seja em decorrência de desastres naturais ou não. Neste irá conter um breve histórico da evolução das habitações transportáveis, assim como as definições da arquitetura emergencial e sua importância, e como um abrigo temporário funciona mediante a casos de vulnerabilidade. Ao longo deste trabalho serão expostos alguns tipos e sistemas de abrigos já adotados, com o intuito de trazer reflexões sobre o tema, como também auxiliar na concepção projetual da proposta do trabalho de conclusão de curso, que resultou no presente artigo.

**Palavras-Chaves:** arquitetura emergencial; abrigo temporário; abrigos emergenciais.

### ABSTRACT

This work was developed in the graduation in Architecture and Urbanism of the Higher Education Institute of Paraíba - IESP. The work deals with the design of a temporary shelter, that is, an emergency housing to house people who for some reason have lost their homes, whether due to natural disasters or not. This will contain a brief history of the evolution of transportable housing, as well as the definitions of the emergency architecture and its importance, and how a temporary shelter works through cases of vulnerability, such as the time of homelessness faced by many inhabitants around the world. Throughout this work will be exposed several types and systems of shelters already adopted, with the intention of bringing reflections on the theme, as well as assisting in the design of the proposal of the course conclusion work, which resulted in this article.

**Keywords:** emergency architecture; temporary shelter; emergency shelters.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de desabrigados tem aumentado, seja em decorrência de desastres naturais, rompimento de barragens de mineradoras, incêndios, ou até mesmo perseguições religiosas e guerras civis, a urgência e a necessidade por abrigo são a mesma.

---

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

Na grande maioria dos casos, a solução adotada por muitas cidades a nível nacional e internacional, se refere a abrigar os habitantes em equipamentos públicos, tais como ginásios, escolas, até mesmo sedes de órgãos governamentais. Esse tipo de solução incorre em duas problemáticas estruturantes, os espaços não são adaptados à moradia, desta forma a privacidade do núcleo familiar fica exposta. Os serviços públicos, já escassos, são interrompidos, no caso de situações emergenciais.

De um modo geral, em um cenário urbano emergencial, alguns problemas podem ser destacados, tais como, a ausência de moradia, destruições de ecossistemas e infraestrutura urbana, fome e doenças diversas. Com isso, se faz necessário pensar em como abrigar a população em situações de emergência e vulnerabilidade, isto acaba se tornando uma atribuição dos projetistas, sejam eles designers, arquitetos e urbanistas, e engenheiros, contemporâneos. (NEGRÃO et al., 2017, p. 24)

Neste contexto, este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso com a finalidade de propor um abrigo de caráter emergencial temporário, com o intuito de atender às populações desabrigadas e que estejam em situação de vulnerabilidade, fazendo com que o abrigo se adeque as necessidades do usuário, assim como, cumpra a principal premissa, o ato de abrigar.

Para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso que resultou neste artigo, fora realizado uma revisão bibliográfica buscando em referenciais projetuais, assim como em bases de dados científicas e de institutos não governamentais e sites de internet especializados no tema, com o intuito de coletar dados para auxiliar no desencadear deste. A adoção de procedimentos metodológicos ocorreu desde a análise de projetos correlatos, pesquisa técnica e legal, e por fim a sistematização das informações que deram subsídio para a elaboração deste trabalho.

## **2 O CONTEXTO HISTÓRICO**

A necessidade do homem em abrigar-se sempre existiu, na maioria das vezes em decorrência de mudanças climáticas que colaboravam para as habitações transportáveis como melhor solução. Com o passar dos anos essas mudanças fizeram com que houvesse uma maior busca por fonte de alimentos, e conseqüentemente o estabelecimento, e criação de abrigos.

A questão da habitabilidade, de mudar-se de território para território, fazia parte do essencial para a sobrevivência dos primeiros homens, e era fundamental, a obtenção de alimento e abrigo. Assim como suas ferramentas, suas armas e roupas, os abrigos demonstraram que sem eles, não teriam sobrevivido. (ANDERS, 2007, p.44)

Com a necessidade de se deslocar para procurar alimentos, como também estar próximo a sua fonte de alimentação, fizeram com que esses aspectos se tornassem determinantes e dado origem aos abrigos artificiais. No período glacial, os principais materiais de construção de abrigos, eram peles e grandes ossos de animais, esses abrigos tinham estruturas móveis que eram facilmente montadas e desmontadas, e transportadas, fornecendo ao homem, que caçavam, coletavam, as habitações temporárias (MARINHO, 2013, p.44).

Neste contexto, por diversos anos os abrigos, de diversos tipos e variadas formas, foram a principal moradia de muitos povos de diferentes culturas, desde os iglus dos povos do ártico, a tendas dos povos nômades.

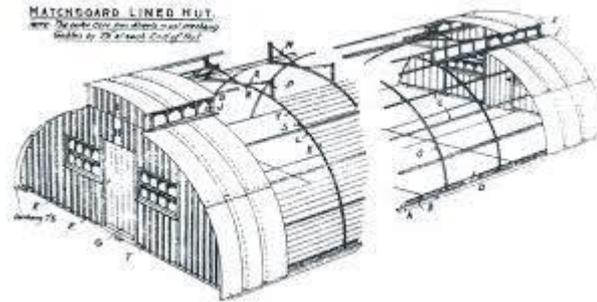
- **A contribuição militar no desenvolvimento das habitações de caráter emergencial**

A elaboração de edifícios militares influenciou diretamente na concepção de edifícios desmontáveis, ou seja, a produção de abrigos portáteis. Não se pode deixar de ressaltar a importância da contribuição militar no desenvolvimento das habitações de caráter emergencial. A produção de abrigos no séc. XIX fez com que a vida do soldado em guerra, tivesse um pouco mais de qualidade, no que diz respeito a condições de moradia em campo, assim como a provisão de instalações médicas.

O crescimento acelerado de pessoas envolvidas em operações militares durante o século XX, conflitos aliados à escassez de materiais convencionais por questões logísticas e ao impacto da tecnologia no aparato militar, fizeram com que surgissem novas técnicas na provisão de abrigos portáteis. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), muitos soldados eram acomodados em barracas, embora já houvesse planos para provisão de abrigos portáteis, no entanto eles eram usados na Europa, para caça durante o inverno. (ANDERS, 2007, p.49)

Os primeiros abrigos desenvolvidos pelos militares possuíam estrutura em madeira, porém eram pesados, de montagem um tanto quanto complicada e de difícil transporte. Em decorrência disso, o engenheiro canadense Capitão Nissen desenvolveu o abrigo Nissen Hut (figura 1) que substituíra todos os abrigos até então desenvolvidos. Este abrigo se tornou o mais utilizado durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

Figura 1: Elevação e seção do protótipo do abrigo Nissen Hut. Em 1917.



Fonte: KRONENBURG (1995 apud ANDERS, 2007).  
Disponível em: < <https://bit.ly/2kX6LXW>>. Acesso em 22/09/2019.

Até 1917, cerca de aproximadamente 20.000 abrigos Nissen estavam em uso, fornecendo acomodações para mais de 500.000 soldados. Todo esse sucesso foi devido ao fato da sua estrutura utilizar componentes que eram fáceis de fabricar, intercambiáveis e obedecerem a uma coordenação modular que facilitava sua montagem em campo. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial houve grande escassez de aço, material intensamente consumido pela indústria bélica.

- **O pós-guerra e o desenvolvimento de novos abrigos**

A destruição causada pela Segunda Guerra Mundial fez com que se iniciasse o incentivo ao desenvolvimento de novas propostas para abrigos, levando em conta a questão dos refugiados, e consequentemente desabrigado.

E de acordo com o autor, essas experiências foram de grande valia, algumas propostas utilizando novos materiais e tecnologias inovadoras, porém, seguiam princípios que norteavam os projetos que são eles: ser adaptável ao local (terreno); ter flexibilidade (layout e forma); apresentar facilidade de transporte e montagem; e ter fabricação de baixo custo.(ANDERS, 2007, p.51)

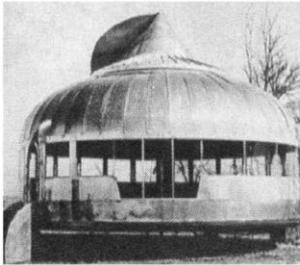
O desenvolvimento de edifícios portáteis durante as Primeira e Segunda Guerras Mundiais foi em grande escala, isto, foi em decorrência do avanço tecnológico nesse período.

Com isso, influenciados pelo desenvolvimento das técnicas de pré-fabricação como também pela possibilidade da produção em massa, arquitetos começaram a adentrar nesse nicho e desenvolver inúmeros projetos de abrigos portáteis, dentre esses arquitetos, destaca-se Buckminster Fuller um dos primeiros arquitetos a propor uma habitação de caráter emergencial, o seu protótipo denominado “Wichita

*House*". O *Archigram* foi de grande importância para a evolução da arquitetura emergencial. A produção de abrigos por nomes como Mike Webb, David Greene, faz com que analisar e avaliar as contribuições deixadas pelo grupo através de uma nova perspectiva se torne primordial para que possamos compreender a concepção de um protótipo de abrigo emergencial.

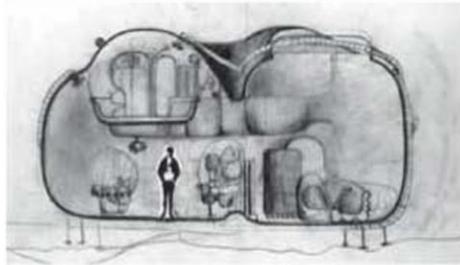
Figura SEQ Figura \\* ARABIC 2: Wichita House, Living Pod Project de David Greene e o Cushicle de

Protótipo da Wichita House montado em 1946 em Kansas, nos EUA.



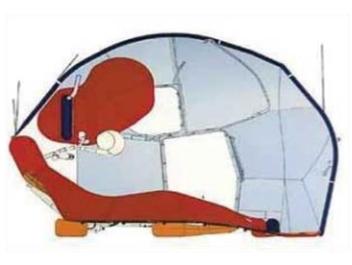
Fonte: KRONENBURG (1995 apud ANDERS, 2007) Disponível em: <<https://bit.ly/2kX6LXW>>. Acesso em 22/09/2019.

Croqui de David Greene para o Living Pod Project.



Fonte: Archigram.net. Disponível em: <<http://www.archigram.net/>> Acesso em 22/09/2019.

Croqui de Mike Webb para o Cushicle



Fonte: Archigram.net. Disponível em: <<http://www.archigram.net/>> Acesso em 22/09/2019.

Fonte: Indicadas acima, elaborada pelo autor, (2019).

#### 4 ARQUITETURA EMERGENCIAL: PARA QUÊ E PARA QUEM?

Entende-se que, **Arquitetura Emergencial** é aquela capaz de sanar problemas de infraestrutura, como a moradia, causados por fenômenos e desastres, naturais ou não. Fenômenos naturais podem acontecer de forma espontânea em qualquer local, e de certa forma, a todo momento. Estes fenômenos são manifestações não artificiais produzidas pela natureza, ou seja, independentemente da intervenção do homem. Como também, existem desastres causados pela intervenção do homem, a exemplo: rompimento de barragens, incêndios causados por má administração de empresas que lidam com produtos altamente tóxicos e combustíveis, ou até mesmo acontecerem de forma acidental, esses, não possuem ação direta da natureza, por isso, não podem ser considerados desastres naturais.

Segundo dados obtidos desde o ano de 2000 até 2017, com base em consultas com organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, e órgãos do governo federal, o Instituto Igarapé identificou que pelo menos, 8,8 milhões de pessoas foram deslocadas de forma forçada no Brasil, sendo que 6,4 milhões do total abandonaram seus lares em função de desastres naturais ou provocados pelo homem, e outras 1,2 milhões em decorrência de projetos de desenvolvimento como por exemplo a

construção de estádios, linhas de metrô, aeroportos, ferrovias, barragens, dentre outros. Considerando o número total de pessoas que foram deslocadas, ou seja, conseqüentemente ficaram desabrigadas, em todo Brasil identifica-se que apenas 10.022 são pessoas refugiadas, vindas de outros países. Outro fato importante, mas ainda não comprovado, tendo como base apenas dados quantitativos sobre pessoas deslocadas no contexto urbano, obtidos através de entrevistas, é a violência em espaços rurais, um dos fatores que também contribuem para a migração forçada que corresponde ao número de 1,1 milhões de pessoas. Que pode ser considerado um êxodo rural, mesmo que não seja pela busca de melhores condições de vida, e sim de forma forçada, muitas das vezes por grandes indústrias, fazendeiros, dentre outros que estão interessados em suas terras. (FOLLY, 2018, p.2)

Conforme citado acima, através de Folly (2018), nota-se que o número de pessoas desabrigadas no Brasil tem crescido cada vez mais, independentemente da causa. Assim como, a demanda por abrigo temporário tem sido discutida, não somente no Brasil, como ao redor do mundo, sendo tema de concursos na área da arquitetura emergencial e a provisão de abrigos, em países como o Nepal, Haiti, Indonésia, dentre outros, que foram devastados por fenômenos da natureza, a exemplo de terremotos, tsunamis, etc, deixando milhares de mortos, e conseqüentemente, milhares de pessoas sem moradia.

Atualmente, o Brasil enfrenta múltiplas crises de deslocamento forçado, desde 2016, milhares de venezuelanos cruzaram a fronteira com o Brasil, muitos deles em busca de segurança, e até mesmo sobrevivência, não se pode deixar de atentar ao fato de que, o país recebe refugiados de mais de 80 nacionalidades, dentre eles haitianos que somam uma grande quantidade. No entanto, se faz necessário ter consciência de que o número de brasileiros que são forçados a se deslocarem cresce a cada ano, em função de desastres naturais, da violência sistemática, assim como de empreendimentos de desenvolvimento. (FOLLY, 2018, p.2)

De uma maneira geral, nota-se o quão têm sido necessária a contribuição da arquitetura emergencial no âmbito nacional e internacional, no que diz respeito a provisão de abrigos temporários.

O profissional de Arquitetura e Urbanismo, além de ser provido de uma formação abrangente, em relação a aspectos socioeconômicos e culturais, o mesmo pode ser dono de uma visão ampliada, e pode se tornar peça chave no processo evolutivo no que diz respeito ao socorro às vítimas em situação de vulnerabilidade e que necessitem de moradia. Usando de suas ideias criativas, e que sejam economicamente viáveis e ecologicamente corretas, aplicadas a um protótipo emergencial podem amenizar o impacto, prover segurança, como também melhorar as condições psicológicas dos afetados, e facilitar o trabalho da Defesa Civil. A arquitetura emergencial talvez seja a forma mais humana que a arquitetura pode ter, pois, provém para todos, sem distinções, sejam elas de raça, religião, ideologia política ou status social. (MONTEIRO, 2012, p.14).

Um abrigo emergencial deve sustentar a vida. As pessoas em um desastre ou os refugiados em casos de conflitos armados, todos têm necessidade imediata por abrigo. O abrigo de um modo geral, não só deve ser acessível, como também ter uma fonte de água, um sistema sanitário, provisão de alimentos e de atendimento médico. Todas essas necessidades são imediatas em uma emergência, no entanto devem ser tratadas como provisórias, somente até a reabilitação e reconstrução de uma moradia definitiva. (ANDERS, 2007, p.58)

Sobretudo, não se pode deixar de salientar que, apesar do abrigo ser uma habitação temporária, ou transitória, não deixa de ser uma habitação. Dentre as várias formas de abrigos, também estão os diferentes conceitos do que é habitação, a exemplo da diferença entre permanente, temporária e transitória.

Para isso, se traz a definição dada por Barbosa (2012):

“Habitação” engloba **habitações permanentes** (feitas com um alto grau de complexidade e resistência), **temporárias** (tendendo aos abrigos, com um baixo grau de complexidade) e **transitórias** (aquelas que são construídas primeiramente como temporárias, tendo um baixo/médio grau de complexidade num primeiro momento, mas que permite reformas graduais, podendo se transformar em uma casa permanente). (BARBOSA, 2012, p. 5)

“Quanto a arquitetura emergencial, destaca-se algumas características importantes da arquitetura emergencial, que podem influenciar diretamente na concepção projetual. Esses critérios são divididos da seguinte forma:” (NEGRÃO et al., 2017, p. 30)

- a) rápido fornecimento;
- b) baixo custo;
- c) fácil exequibilidade e adaptabilidade.

No que foi citado acima, o rápido fornecimento do abrigo pode estar ligado à forma que ele foi concebido, a exemplo de que tipo de materiais foram utilizados, assim como quantos materiais foram especificados, já que, quanto maior for a quantidade de material especificada, maior será o tempo de produção, como também a transportabilidade através do peso total do abrigo e do tamanho das peças, assim como o baixo custo está ligado aos materiais utilizados, da mesma forma, o item C destaca a fácil exequibilidade e adaptabilidade, isso compete ao fato de que os abrigos devem ser de fácil execução, ou seja, de fácil montagem, assim

como adaptável, seja as necessidades do usuário, adequação ao clima, assim como adaptabilidade ao local implantado.

Segundo Anders existem duas linhas de pensamento tangíveis à construção de um abrigo emergencial: uma que sugere intervenção mínima, somente o suporte à vida, a outra que propõe a intervenção planejada e de certa forma mais adequada, no entanto com uma observação, de que pode gerar alguma dependência. Em primeira proposta, são adotadas construções in loco, que são aquelas que utilizam materiais de baixo custo que estejam disponíveis ou no local do desastre, ou próximo. Assim sendo, a partir dessas duas linhas de pensamento do autor, os abrigos são classificados em dois grupos: as construções in Loco e os kits. (ANDERS, 2007, p.61)

**Construções in loco:** São abrigos que podem ser construídos com materiais disponíveis no local. Os custos são de certa forma mais baixos. Esses materiais podem ser reciclados pela população local após o período de emergência, e serem utilizados até na construção de uma moradia definitiva. (ANDERS, 2007, p. 61)

**Kits:** “Precisam ser duráveis, devem ser estocados e transportados em unidades pequenas, leves, com aparência de temporário e aceitabilidade cultural. Agrupa-se da seguinte forma: *Module, Flat-pack, Tensile e Pneumatic.*” (Kronenburg (1995, apud JUNQUEIRA, 2013, p. 28)

Por fim, a breve discussão em torno da arquitetura emergencial trazida neste tópico, tem o intuito de não somente justificar o objetivo desse trabalho, assim como explanar de forma breve as principais causas que fazem com que seja necessário a provisão de abrigo, como também, balizar e nortear a concepção projetual do produto final desse trabalho, que tem como intuito uma proposta de um abrigo temporário de caráter emergencial.

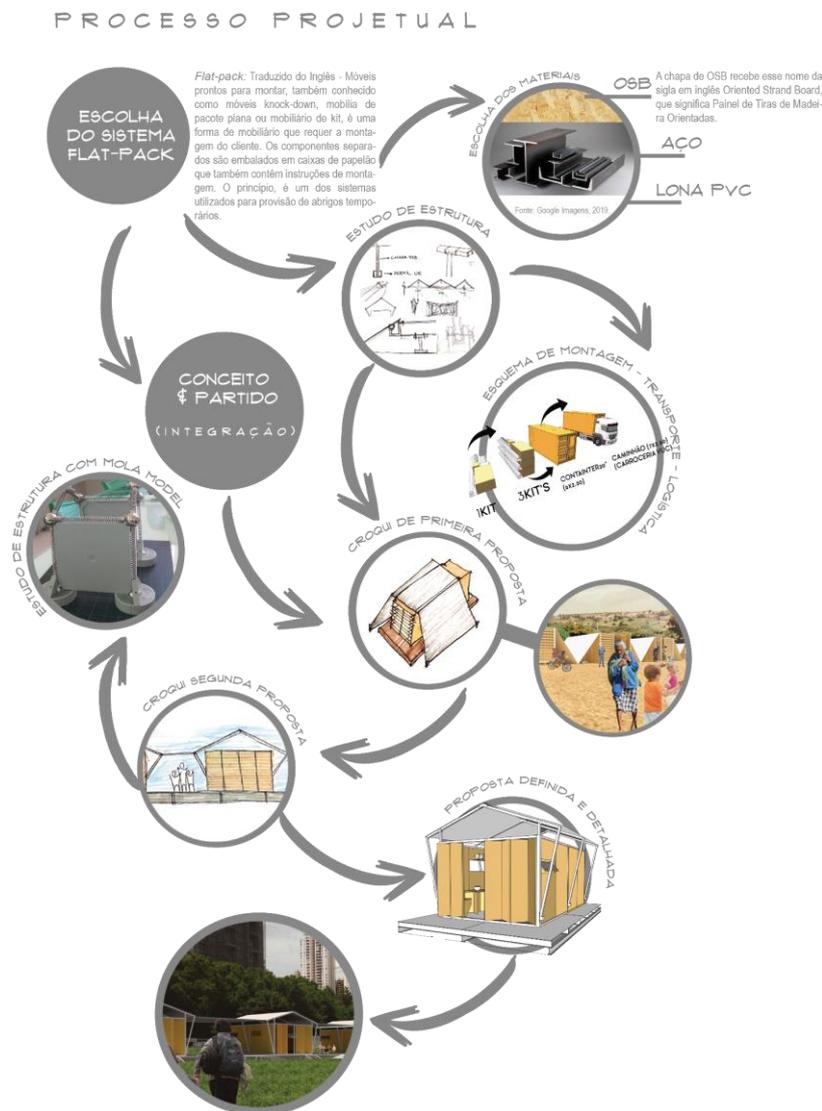
## A Proposta

A proposta projetual deste trabalho, tem como principal objetivo propor um abrigo de caráter emergencial temporário para clima tropical quente-úmido, para todo aquele que necessite de abrigo. A necessidade por abrigo se dá através de uma série de fatores, sejam eles, desastres naturais, ou acontecimentos cotidianos como é o exemplo das perseguições políticas, e guerras civis instaladas em vários países do mundo. A forma a qual essas pessoas são locadas mediante a um acontecimento desses, é o que motiva a elaboração desse trabalho, uma vez que, os indivíduos que passam por essas situações são abrigados de forma errônea.

Fornecer abrigo temporário de forma digna, que respeite a unicidade de cada indivíduo, embora não seja lei, se faz necessário no que diz respeito à dignidade do indivíduo em um momento tão conturbado, como é a perda de uma moradia. O principal objetivo é fazer com que o abrigo emergencial seja fornecido de maneira digna a quem possa necessitar, como também oferecer o mínimo de conforto necessário para o habitar, por mais que seja uma solução temporária.

No diagrama a seguir (figura 3), é possível entender como se deu o processo projetual após toda a coleta de dados em manuais da defesa civil, normas, e análise de projetos correlatos. A escolha do sistema *flat-pack* e os materiais foram os principais norteadores durante a concepção da proposta.

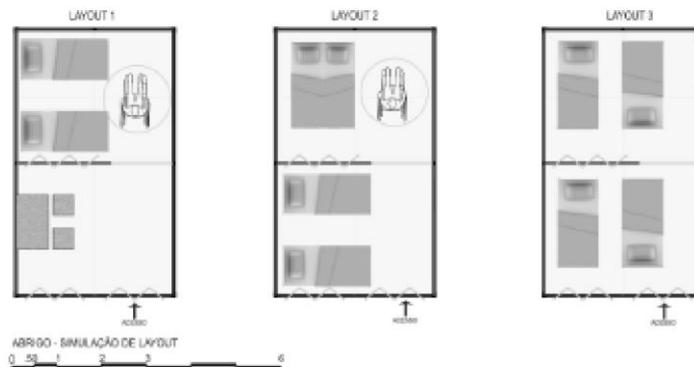
Figura SEQ Figura \\* ARABIC 3: Diagrama de processo projetual



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Mediante ao partido e conceito adotado, a palavra **integração** tornou-se intrínseca ao processo de concepção da proposta, uma das principais formas de integrar os usuários, foi através de cobertas que se unem gerando uma área que pode ser utilizada como área de vivência, ou até mesmo se tornar um novo cômodo no caso de necessidade, necessitando apenas de painéis para a vedação. Seguindo os preceitos ditados pela Defesa Civil, em que se recomenda no mínimo 3m<sup>2</sup> por pessoa, assim como a possibilidade de modificação de layout conforme a necessidade, se tem as seguintes alternativas de layout ilustradas na figura 4, utilizando de um mesmo módulo, ou combinando mais de um caso haja necessidade.

Figura 4: Simulação de Layout



Na proposta de layout 1 temos a opção de utilizar dos painéis articulados para criar dois ambientes, assim como resguardar uma possível área íntima do abrigo. Já no layout 2 e 3, se tem a demonstração da capacidade total do abrigo que é de 4 pessoas. Cada abrigo possui em média 21,6m<sup>2</sup>. Na proposta abaixo conforme ilustra a figura 5, temos a simulação de uma possível expansão, caso haja necessidade, se tem a opção de criar um novo cômodo de forma independente, assim como a opção de manter essa área, como área comum, criando uma área de vivência.

Figura 5: Simulação de expansão



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.



## A flexibilidade e adaptabilidade

Visando o aproveitamento da solução encontrada para o abrigo, optou-se por simular outras funções arquitetônicas a qual o módulo pode suprir, como também com o intuito de cumprir com o programa de necessidades que um acampamento para abrigos temporários necessita a exemplo de sala de administração, espaço de recursos multifuncionais, espaço oficina-ateliê, capela ecumênica, depósitos, refeitório, cozinha, lavanderia, depósitos de materiais de limpeza, e sala de atendimento ambulatorial. Para suprir a necessidade por sanitários e vestiários, optou-se por utilizar e adaptar os contêineres para a finalidade, uma vez que a Defesa Civil destaca a importância em essas áreas serem coletivas, para viabilizar a manutenção.

Figura 9: Simulação de espaço de recursos multifuncionais.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

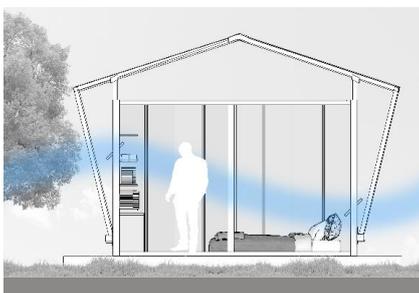
Figura SEQ Figura \\* ARABIC 8: Simulação de Sala ambulatorial.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As chapas de vedação podem ser substituídas por painéis de mesmo material (OSB) mediante a necessidade tanto por conforto ambiental utilizando com janelas pivotantes, conforme ilustra a figura 10, ou mediante a necessidade por funcionalidade utilizando os painéis multifuncionais criados junto a proposta do abrigo.

Figura 10: Simulação de ventilação.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Figura 11: Perspectiva interna.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Um dos principais questionamentos acerca dos abrigos temporários, são as possibilidades de implantação quando se refere as condições do terreno, na grande maioria das situações de pós-desastre, o terreno pode se tornar íngreme e possuir desníveis que podem inviabilizar a instalação de um abrigo. Partindo desse pressuposto, notou-se a necessidade de propor uma forma que o abrigo pudesse se adaptar as condições do terreno, de forma simples, sem grandes modificações em sua estrutura. Abaixo, através das figuras 12 e 13 ilustra-se como funciona a estratégia, que faz uso de pés niveladores já existentes no mercado, que suportam até 1.500KG cada.

Figura 11: Implantação em terreno acidentado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Figura 12: Implantação em terreno acidentado.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Embora tenha sido concebido para clima tropical quente-úmido, a proposta de abrigo pode se adequar a outros contextos e climas, a possibilidade na substituição dos painéis de vedação simples, por painéis com janelas por exemplo, torna possível o habitante adaptar seu abrigo mediante a condição climática do local onde se encontra.

## A implantação

Este subtópico tem o principal objetivo de simular uma possível implantação do abrigo em um contexto, ou seja, no caso um acampamento. Para esta proposta foi utilizado um terreno semelhante ao tamanho de um campo de futebol de aproximadamente 7,500m<sup>2</sup>, a Defesa Civil determina que para cada habitante deve-se prever uma área de 30 a 40m<sup>2</sup> por pessoa, nesta simulação se tem 14 módulos

de abrigo, cada um com capacidade máxima de 4 pessoas, caso haja expansão do módulo, esse número pode variar para 6 ou 8 pessoas, com a expansão de todos os abrigos, se tem um número total de aproximadamente 112 habitantes.

Figura 13: Simulação de Implantação.



Na implantação de um acampamento de abrigos além do que se pede em programa de necessidades considerado básico, há muitas outras estratégias que podem contribuir para uma melhor estada dos usuários, a exemplo de equipamentos de lazer, mobiliários urbanos, dentre outros. Quanto a infraestrutura básica, a defesa civil em seu manual destaca que acampamentos para abrigos devem possuir energia elétrica, drenagem no terreno, assim como água potável, se possível encanada, além dos pontos de apoio espalhados pelo abrigo que geralmente é onde estão bebedouros, voluntários, dentre outros.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo adquirir conhecimento no âmbito da arquitetura emergencial, assim como adquirir embasamento teórico que pudesse respaldar o entendimento acerca dos abrigos temporários, e posteriormente dar subsídio para a elaboração da proposta. Ao longo do trabalho foram abordados diversos aspectos, desde o histórico e a evolução das habitações transportáveis, assim como as variadas formas de fornecimento de abrigo, embora a arquitetura emergencial esteja sempre ligada a desastres naturais, durante o desenvolvimento desse trabalho tornou-se possível perceber que as causas de pessoas desabrigadas vão muito além de desastres naturais, a exemplo das situações de deslocamento

forçado provenientes de perseguições religiosas, guerras, projetos de desenvolvimento, dentre outros.

Mediante o desenvolvimento da pesquisa finalizado, o projeto passou a ser desenvolvido. O objetivo de propor um abrigo temporário de forma digna, e que se adaptasse as necessidades do usuário, fez com que ao longo do processo fossem criadas diversas propostas, porém, optou-se por dar continuidade àquela que pudesse ser executada diante da realidade econômica em que muitos países se encontram logo após um desastre. Além do mais, propor um abrigo que pudesse ser fornecido pelo governo federal ou por qualquer outra autarquia, no que diz respeito a exequibilidade e a orçamento. Além do objetivo principal de propor um abrigo, preocupou-se com outras questões a exemplo de propor solução para módulos sanitários, de cozinha, assim como capela ecumênica, sala de atendimento ambulatorial, dentre outros, cujo a intenção maior deste trabalho fora propor algo que pudesse fornecer o mínimo de conforto aos indivíduos em um momento tão delicado, como é a perda de seu “habitat”, sua morada.

## REFERÊNCIAS

- ANDERS, Gustavo Caminati. **Abrigos temporários de caráter emergencial**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura) – Faculdade de Arquitetura Urbanismo. São Paulo. 2007. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponivel/16/16134/tde.../dissertacao.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponivel/16/16134/tde.../dissertacao.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2018.
- BARBOSA, Lara Leite. Design Emergencial. **Soluções encontradas para amenizar as consequências dos desastres naturais**. São Paulo, 2012.
- FOLLY, Maiara. **Migrantes invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil**. Instituto Igarapé: a think and do tank, Botafogo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-45, mar. 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Migrantes-invisiveis.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2018.
- JUNQUEIRA, Mariana Garcia. **ABRIGO EMERGENCIAL TEMPORÁRIO**. 2011. 108 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Ciências de Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A3f6abc9c-a1fb-4255-9532-a98ccc6d5c6c>>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- MARINHO, Andréa Cito; Soares, Rafael Gonçalves (Orientador); Ghavami, Khosrow (Co-Orientador). **Abrigo desmontável para emergências ambientais utilizando painel-sanduíche de Bambu**. Rio de Janeiro, 2013, 184p. Dissertação de Mestrado

– Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23912/23912.PDF>> Acesso em 8 de mar. 2018.

MONTEIRO, Raissa Gonçalves. **ARQUITETURA DE EMERGÊNCIA E PROJETO SCEUNA (Sistema Construtivo de Emergência para Unidades de Abrigo)**. 2012. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NEGRÃO, Ana Gomes et al (Org.). ARQUITETURA EMERGENCIAL: ABRIGOS EFÊMEROS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS. In: SOBRINHO JÚNIOR, Antônio da Silva et al (Org.). **Engenharia Civil: Temas, Técnicas e Aplicações**. 2. ed. João Pessoa - Paraíba: Unipê - Centro Universitário de João Pessoa, 2017. Cap. 2. p. 23-33. Disponível em: <<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A969312dd-5235-4cac-99cb-c4d6dde2b717>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

## HOTEL FAZENDA ALDEINHA

Jhulya Fernandes Camelo Brito<sup>1</sup>  
Ana Luísa Pires Gouveia Guedes<sup>2</sup>

### RESUMO

No decorrer dos anos, o turismo tornou-se uma atividade de extrema importância para a economia global. Grande parte da movimentação econômica advinda do turismo provém do constante investimento e modernização da rede hoteleira que são os responsáveis pela acomodação do turista, e devido a suas inúmeras diversificações que atingem os mais diversos públicos. Neste contexto, o objetivo desse trabalho visa desenvolver uma proposta a nível de estudo preliminar do Hotel Fazenda Aldeinha, a ser localizado na área rural do município de Solânea/PB. Para tal, fez-se necessário um breve estudo a respeito dos conceitos atuais que cercamos temas de turismo, lazer, incentivos turísticos no Brasil e hospitalidade. Por fim, também foi executado uma análise e diagnóstico do terreno e de seu entorno imediato, sendo realizado um breve estudo a respeito delas e das condicionantes existentes, o que possibilitou a criação do estudo preliminar de um Hotel Fazenda alvo desse trabalho.

**Palavras-Chaves:** Arquitetura hoteleira; Turismo Rural; Hotel fazenda;

### ABSTRACT

Over the years, tourism has become an extremely important activity for the global economy. Much of the economic movement coming from tourism comes from the constant investment and modernization of the hotel chain that is responsible for the accommodation of tourists, and due to its countless diversifications that reach the most diverse audiences. In this context, the objective of this work is to develop a preliminary study proposal of Hotel Fazenda Aldeinha, to be located in the rural area of Solânea / PB. For this, a brief study was needed on the current concepts surrounding the themes of tourism, leisure, tourism incentives in Brazil and hospitality. Finally, an analysis and diagnosis of the land and its immediate surroundings was also performed, and a brief study about them and the existing conditions was carried out, which enabled the creation of the preliminary study of a Farm Hotel target of this work.

**Keywords:** Hotel architecture; Rural tourism; Farm hotel;

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais notório a crescente busca da população por novas opções de lazer. As atividades turísticas no meio rural são um

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

eixo de expansão desde 1950, principalmente nos Estados Unidos, recebendo mais visibilidade e incentivo a partir da criação do programa LEADER (Ligações entre as Ações de Desenvolvimento Rural) em 1991 pela União Européia, onde diversos países implantaram políticas públicas de apoio ao turismo voltado para áreas não urbanas.

Uma das razões encontradas para esse atual crescimento é o alto nível de estresse na maior parte da população. Segundo estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2012, 90% da população mundial sofre de estresse e, de acordo com um levantamento feito pela Associação Internacional do Controle do Estresse (ISMA), o Brasil é apontado como o segundo país do mundo com o maior nível de estresse do mundo.

A fim de trazer um breve levantamento sobre a cidade escolhida, segundo os dados do portal eletrônico da prefeitura municipal de Solânea, ela encontra-se localizada na mesorregião do Agreste Paraibano, à 138,4km de João Pessoa, com altitude aproximada de 626m o que cria um clima ameno o ano todo (temperatura média anual de 23°C).

É valido salientar também que o município possui um enorme potencial natural e paisagístico, os quais, com um adequado planejamento faz-se possível trazer inúmeros benefícios sociais e econômicos que valorizariam não somente a cidade em questão, mas também toda a região em que se localiza.

Com base no cenário apresentado, e visto que o turismo rural é um eixo econômico em expansão por todo o território nacional, é de fácil identificação o potencial existente para a cidade de Solânea. Dito isto, considera-se importante desenvolver uma pesquisa que busque investigar o potencial turístico de Solânea - PB.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

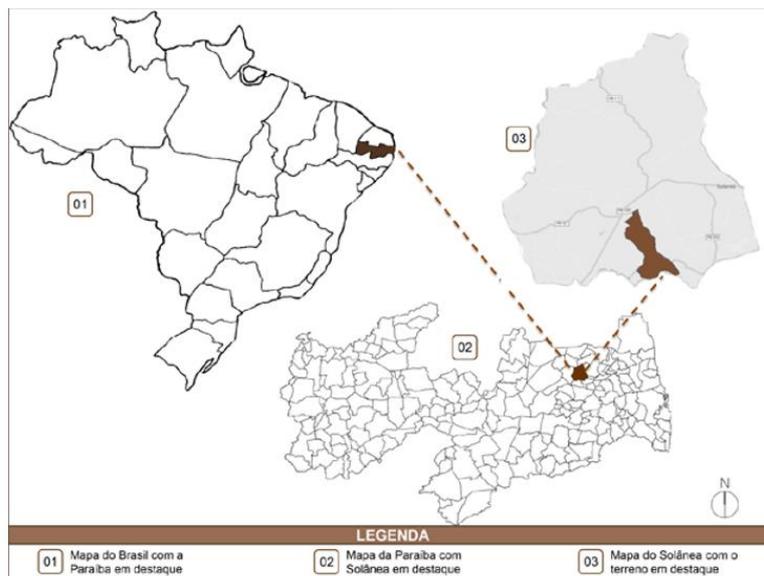
### **2.1 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO LOTE E DO ENTORNO IMEDIATO**

O local escolhido (figura 01) encontra-se no município de Solânea, situado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental do Estado da Paraíba. Limita-se com os municípios de Casserengue (9 km), Serraria (22,3 km), Dona Inês (16 km), Remígio (26 km), Arara (14 km), Barra de Santa Rosa

(44 km), Borborema (7,5 km), Bananeiras (3 km) e Cacimba de Dentro (20 km), possuindo uma distância de 138,4 km até a capital paraibana.

O terreno proposto situa-se na zona rural do município, estando à sudoeste do centro urbano. Possui localização privilegiada em relação aos fluxos de acesso, pois encontra-se às margens da rodovia PB 085 (um dos fluxos responsáveis por fazer a ligação do local até os municípios de Solânea, Serraria-PB e Arara-PB) que atualmente encontra-se no início de sua pavimentação, e da rodovia PB 105 (que faz a ligação entre as cidades de Casserengue-PB e Arara-PB).

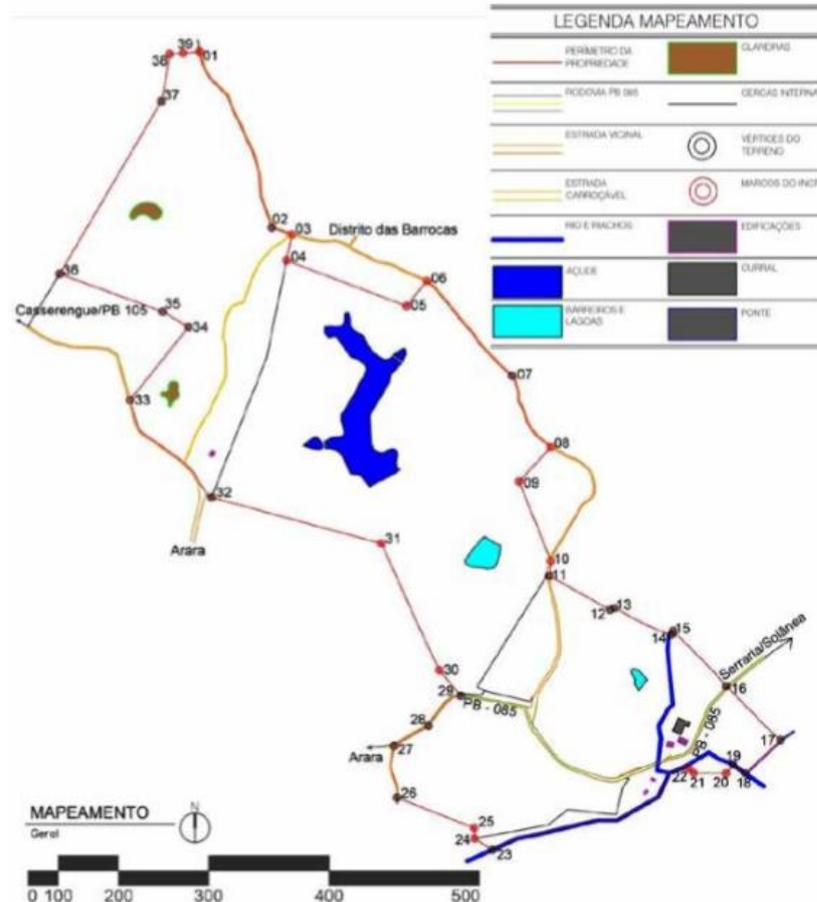
**Figura 01:** Mapa de Localização do terreno.



Fonte: Arquivo do autor (2019).

A área de intervenção trata-se de um terreno onde atualmente funciona uma fazenda, tendo ao todo uma vasta dimensão territorial com aproximadamente 2.090.581,14m<sup>2</sup> ou 209 hectares, e possuindo um perímetro em torno de 8.785,4m. Por se tratar de uma zona rural, o local não possui identificação de número de lote ou de setor.

No seu interior, pode-se identificar facilmente a existência de diversos caminhos informais e linhas de desejo, onde os principais encontram-se próximas as cercas internas indicadas e das estradas carroçáveis que cortam seu perímetro (figura 02).

**Figura 02:** Mapa do terreno de intervenção e marcos existentes nele.

Fonte: Levantamento e produção executado por Jacob Soares Pereira Neto em 2016, editado pelas autoras em março de 2019.

## 2.2 LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO LOTE

Após pesquisas no portal eletrônico e ligações feitas à prefeitura de Solânea, foi possível detectar que o município ainda está em fase de análise e elaboração do seu código de obras, não possuindo ainda diretrizes, leis e/ou normativas relativas a implantação do equipamento proposto disponíveis a consultas públicas.

Fez-se um levantamento onde foi identificado que a cidade mais próxima de Solânea que possui código de obras é o município de Guarabira, sendo o Código de Obras, Edificações e Urbanismo dessa cidade utilizado neste trabalho, e para as demais normativas necessárias que Guarabira não possui, serão utilizadas como base a legislação a nível municipal de João Pessoa.

A fim de sintetizar e facilitar o entendimento do leitor, listou-se as principais normativas utilizadas por este trabalho (tabela 01), acompanhada de uma síntese dos pontos fundamentais que foram extraídos delas:

**Tabela 01:** Normativas pesquisadas

Código de Obras, Edificações e Urbanismo de Guarabira, instituído pela Lei nº 813/2008:	Determinou todas as medidas mínimas (a nível do terreno, sua relação com o entorno) projetuais, assim como parâmetros urbanísticos a serem adotadas na proposta projetual.
Código Florestal Federal, instituído pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012:	Baseou o projeto para todas as decisões tomadas e limites estabelecidos a respeito dos elementos naturais existentes na fazenda, como é o caso da área de proteção permanente de 30m em ambas as margens no percurso do riacho existente na propriedade.
NORMAS DA ABNT - 9050	Permitiu-se projetar espaços acessíveis e de inclusão para todos.
Consulta eletrônica no DER Federal e Estadual	Informações sobre a extensão da faixa de domínio das rodovias situadas às margens do terreno, a qual é de 15m
NBR 15220/03	Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento Bioclimático Brasileiro

Fonte: Arquivo dos autores (2019).

## 2.3 CARACTERÍSTICAS NATURAIS

O estudo das condições e características naturais do terreno e seu entorno imediato é de extrema importância, pois expõe dados pertinentes que direcionam as soluções projetuais, assim como possibilidades de usos a serem desenvolvidas na proposta.

É de extrema importância a análise das condicionantes climáticas a partir do levantamento de informações a respeito da incidência solar e incidência de ventos predominante na área de intervenção. Esse estudo possibilita o desenvolvimento do conforto térmico, comprovando a eficiência energética da construção.

Segundo o Governo Federal através da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), eficiência significa fazer mais (ou, pelo menos, a mesma coisa) com menos, mantendo o conforto e a qualidade.

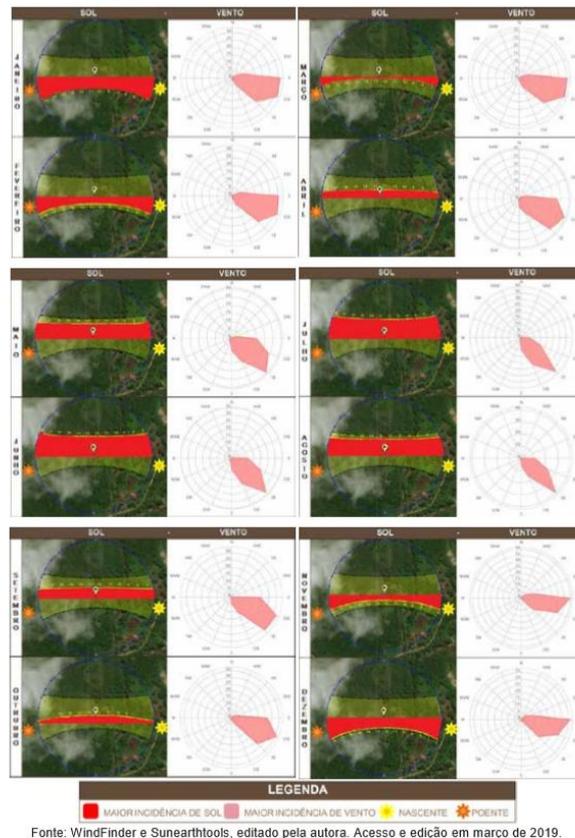
Ao trazer esse quadro para dentro da construção civil, o foco se torna potencializar o uso dos atributos ambientais, como no caso a iluminação e ventilação natural, com baixo impacto ambiental e visando aumentar o conforto térmico do

usuário final, ao mesmo tempo que é reduzido o gasto energético do empreendimento.

Com base nisto, realizou-se a análise de incidência do sol e de predominância do vento no decorrer do ano inteiro. Com relação da iluminação solar, foi possível a análise do terreno proposto através da inserção das coordenadas geográficas do lugar aplicadas no programa computacional Sunearthtools.

Já a respeito da incidência predominante dos ventos, utilizou-se o programa WindFinder e como ponto referencial a cidade de Campina Grande que foi o município mais próximo à Solânea com as informações necessárias, já que a ferramenta computacional não consta as do município a respeito.

**Figura 03:** Condicionantes climáticas no terreno durante o ano todo.



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

## 2.4 DIRETRIZES PROJETOAIS

As diretrizes projetuais servem como forma de nortear o desenvolvimento da proposta de estudo preliminar, assim como das demais fases cabíveis a qualquer

projeto arquitetônico. Para a criação das mesmas, baseou-se em estudos bibliográficos, na legislação vigente, na análise realizada em projetos correlatos, assim como nas necessidades encontradas no local de estudo. Sendo assim, as diretrizes foram divididas em tópicos:

- Mobilidade e aspectos urbanísticos
- Inserção do edifício na paisagem natural
- Funcionalidade do complexo
- Aspectos construtivos, formais e materiais
- Sustentabilidade e conforto ambiental

## 2.5 PROGRAMAS DE NECESSIDADES GERAL

A definição do programa de necessidades é de extrema importância, pois nele contem todas as áreas a serem contempladas pela proposta.

Elaborou-se tendo como base a influência do estudo realizado para a produção do referencial teórico, a legislação pertinente, correlatos apresentados, assim como outros projetos analisados no decorrer da construção dessa proposta, onde foi possível a observação e levantamento a respeito dos tipos de atividades desejadas e correspondentes aos tipos de público alvo da proposta.

Dito isto, definiu-se ao todo dez setores que variam entre seu grau de importância, porém, todos são vistos como essenciais para o bom funcionamento do complexo, já que cada um possui áreas específicas para o mesmo.

São eles: setor de estacionamento e recebimento, setor público/ social, setor de contato com a natureza, setor íntimo, setor de esportes/ lazer, setor administrativo, setor de serviços e zeladoria, setor de conforto funcionários, setor de alimentos e bebidas, e por fim, setor de infraestrutura e segurança, como pode ser observado na tabela 02.

**Tabela 02:** Programa de necessidades

Fonte: Arquivo dos autores (2019).

<b>PROGRAMA DE NECESSIDADES</b>	
<b>Setor 01: Estacionamento e recebimento</b>	Carros; motos; bicicletas; trailer; ônibus; caminhão; quadriciclo; heliponto; doca;
<b>Setor 02: Público/ social</b>	Lobby; sala de estar; áreas de vivência ao ar livre; auditórios; recepção; salão de eventos;
<b>Setor 03: Contato com a natureza</b>	Trilhas; pista de cooper; pista de bicicleta; passeio a cavalo; passeio de charrete; horta; estufa; pomar; galinheiro; lago para patos; local de criação de aves; chiqueiro; deck de contemplação; pesque e pague;
<b>Setor 04: Íntimo</b>	Suítes de diversas tipologias, incluindo PcD; vestiário masculino, feminino e PcD; chalés; banheiro masculino, feminino, infantil e PcD;
<b>Setor 05: Esportes / Lazer</b>	Área kids com sala de recreação e salão de jogos; playground; arborismo; espaço zen; quadra de tênis, poliesportiva e de areia; campo de futebol; piscinas adulto, infantil e aquecida; campo de golfe; parede de escalada; pedalinho;
<b>Setor 06: Administrativo</b>	Administração; recursos humanos; direção; financeiro; enfermaria/ primeiros socorros;
<b>Setor 07: Serviço e zeladoria</b>	Depósito de material de limpeza (DML); lavanderia; depósito de resíduos orgânicos; depósito de resíduos reciclados; triagem de recebimentos; almoxarifado geral; almoxarifados específicos;
<b>Setor 08: Conforto funcionários</b>	Sala de estar e descanso; guarda pertences;
<b>Setor 09: Alimentos e bebidas</b>	Refeitório funcionários; restaurante principal; cozinha comunitária; bar molhado; bar e restaurante; restaurante infantil; restaurante casal;
<b>Setor 10: Infraestrutura e segurança</b>	Casa de bombas; casa de gerador; guarita; sala de monitoramento eletrônico; centro de reaproveitamento de água;

Diante das informações preestabelecidas no programa de necessidades acima, observou-se a necessidade da criação de um pré-dimensionamento visando a facilitação do exercício projetual a partir de parâmetros aqui determinados.

Tendo como auxílio inúmeras referências como os três projetos correlatos, diversas normativas previamente citadas e o livro de Nelson Andrade, Hotel, Planejamento e Projeto, foram determinados os parâmetros bases para o dimensionamento geral do projeto, que devido a extensão do tamanho não será detalhada neste artigo.

## 2.6 ZONEAMENTO GERAL

Após o estudo do pré-dimensionamento, elabora-se a distribuição espacial dos locais específicos para cada atividade, expõe-se o organograma geral de zonas.

A fim de facilitar o entendimento da proposta do Hotel Fazenda Aldeinha, dividiu-se o terreno de intervenção em nove zonas, buscando destinar para cada uma delas um tipo de atividade específica. São elas:

- ZER: Zona de esportes especiais;
- ZP: Zona de preservação;
- ZCA: Zona de camping;
- ZR: Zona receptiva;
- ZL: Zona de lazer;
- ZPRIV: Zona privada;
- ZF: Zona de fazenda;
- ZCH: Zona de Chalés;
- ZM: Zona mista;

No organograma abaixo (figura 04) buscou-se demonstrar o contato existente entre zonas, como também os acessos propostos do exterior para o interior da propriedade.

**Figura 03:** Organograma geral da proposta.



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

O zoneamento geral do terreno, que foi cuidadosamente pensado de forma a facilitar os fluxos internos e externos, assim como de maneira a respeitar, manter e/ou valorizar preexistências da fazenda.

A princípio, observou-se a presença de um riacho e da rodovia PB 085 que cortam a parte sul do terreno. Após consultar as legislações pertinentes, percebe-se que esses dois itens iriam influenciar na área passível de utilização total da fazenda.

Segundo o Código Florestal Federal, rios ou riachos que possuem até 10m de calha, como é o caso do presente no terreno, necessitam de uma faixa de 30m de largura em ambas as suas margens onde encontram-se como Área de Preservação Permanente (APP).

Após uma breve análise nas normativas do DER, constatou-se que nas margens da rodovia PB 085 encontra-se a Faixa de Domínio da mesma, que é considerada pelos órgãos competentes como área pública, sendo proibido a instalação de qualquer tipo de construção dentro do limite de 15m de cada lado da via.

Para facilitar a visualização do leitor, optou-se pela produção de gráficos onde se faz possível a identificação do percentual do terreno passível de uso, assim como da APP e da Faixa de Domínio (gráfico 01).

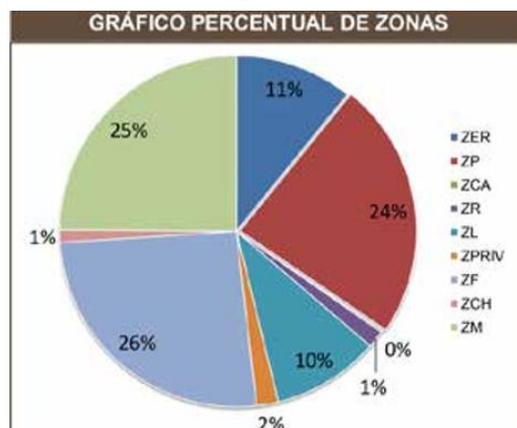
Produziu-se também um gráfico onde foi colocado toda a área ocupada por cada zona proposta, com intuito de obter os percentuais das mesmas (gráfico 02).

Gráfico 01: Percentual de usos permitido para zoneamento.



Fonte: Produzido pela autora em março de 2019.

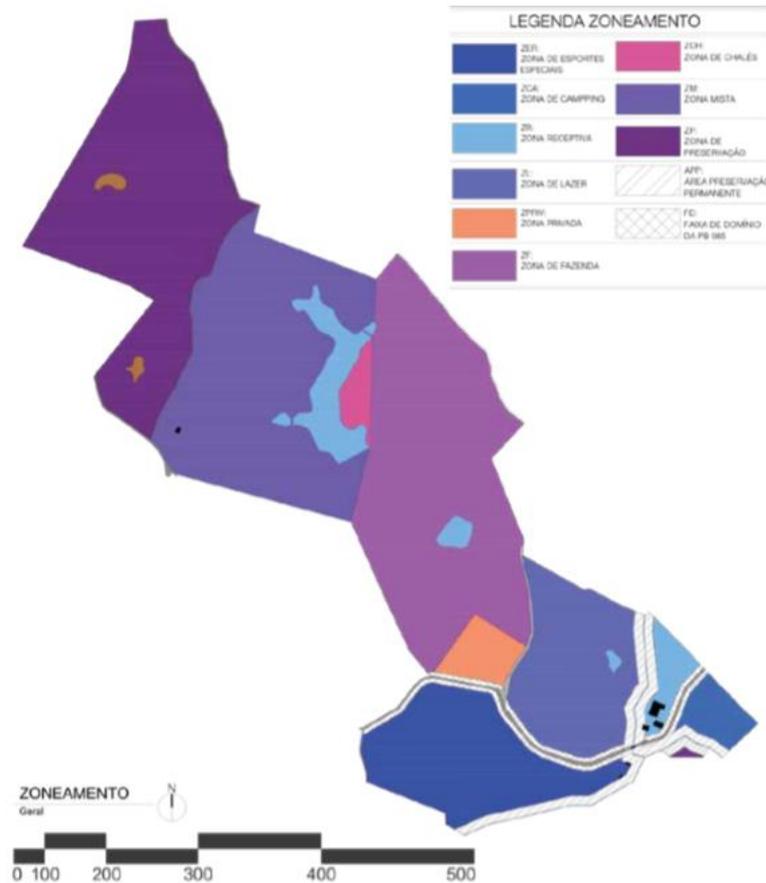
Gráfico 02: Percentual pertencente a cada zona proposta para zoneamento geral.



Fonte: Produzido pela autora em março de 2019.

Após as análises dos gráficos e do zoneamento, foi elaborado um mapa de zoneamento do terreno (figura 04).

**Figura 04:** Mapa de zoneamento do terreno.

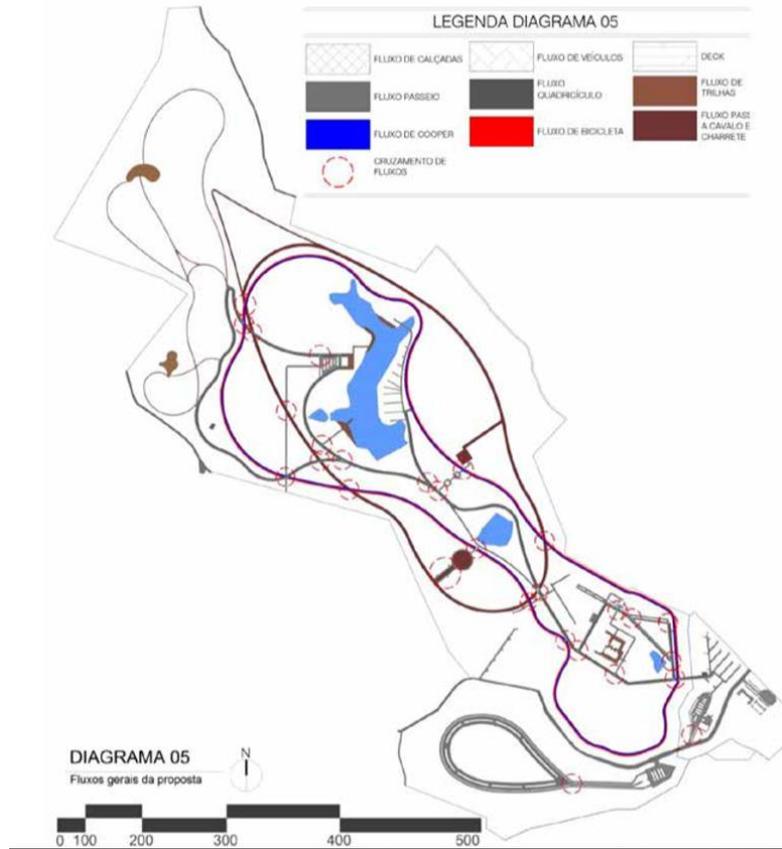


Fonte: Arquivo dos autores (2019).

O fluxograma geral do terreno contém todos os fluxos anteriormente explicados, de forma a entender melhor as conexões existentes entre eles.

Apesar dos esforços realizados para minimizar os cruzamentos existentes no fluxograma gerais da proposta, tal fato torna-se inevitável devido a dimensão do terreno e os diversos fluxos nele proposto.

Ao final da diagramação, foi possível observar que obteve-se ao todo 34 cruzamentos entre fluxos, que teve seu impacto amenizado através da implantação de faixas de pedestres priorizando sempre o fluxo de passeio, estando estes cruzamentos destacados no diagrama abaixo (figura 05).

**Figura 05:** Diagrama de fluxos

Fonte: Arquivo dos autores (2019).

## 2.6 DECISÕES PROJETOVAIS

Antes de propor a implantação geral do terreno, foi necessário analisar as preexistências do lugar, assim como as limitações existentes no local, para poder decidir-se o quais as decisões a serem seguidas.

Elaborou-se um mapa (figura 06) com o intuito de indicar as decisões projetuais tomadas a respeito de cada ponto do terreno. Nele, é capaz de visualizar quais construções preexistentes serão mantidas, demolidas ou receberão nova proposta de uso, como também, a área geral de intervenção e os locais a serem mantidos com a intenção de preservação da vegetação nativa existente.

**Figura 06:** Mapa de implantação geral.

Fonte: Arquivo dos autores (2019).

Devido a complexidade do trabalho, este artigo não comportaria a explanação de todas as zonas presentes no projeto, logo, a respeito das decisões projetuais apresentamos a Zona de Chalés e a Zona Receptiva (ZCH e ZR).

### 2.6.1 ZR - Zona de Chalés

A Zona de Chalés é a única zona proposta do complexo inteiro a ser composta exclusivamente por um único modelo construtivo, o Chalé para Casais.

Figura 07: Volumetria final 01 - Chalé Casal



Figura 08: Volumetria final 02 - Chalé Casal



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

## 2.6.2 ZR - Zona Receptiva

A ZR é a porta de entrada para o complexo, localizada as margens da PB 105. Possui a maior quantidade de acomodações propostas para o complexo, e estas se dividem entre diversos tipos de dormitórios. Nela encontra-se o restaurante regional aberto ao público geral e por isso, se torna o principal bloco do complexo.

Para a tipologia de chalé simples (figura 09 e 10), optou-se pelo uso do cobogó para vedação lateral oeste da escada, paredes verdes como auxílio da amenização da temperatura interna das unidades nas fachadas norte e sul.

Figura 09: Volumetria final 01 - Chalé Simples



Figura 10: Volumetria final 02 - Chalé Simples



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

A implantação dos modelos de Chalé Família foi organizada na parte nordeste da ZR e é o tipo de acomodação em maior quantidade no complexo (de doze unidades). Foram implantados de forma intercalada, de maneira a priorizar a ventilação natural predominante do local e distância lateral entre os blocos de 17m.

Figura 11: Volumetria final 01 - Chalé Família



Figura 12: Volumetria final 02 - Chalé Família



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

O Bloco Central recebeu esse nome pelo fato de estar implantado na parte central da Zona Receptiva, ponto que faz com que o bloco sirva como uma barreira física entre a parte aberta ao público e o interior do complexo, destinado aos hóspedes do mesmo.

Figura 13: Volumetria final 01 – Bloco Central



Figura 14: Volumetria final 02 - Bloco Central



Fonte: Arquivo dos autores (2019).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desenvolvido se propôs a elaborar uma proposta de anteprojeto arquitetônico de um hotel fazenda, onde se fez necessária a realização do estudo de um referencial bibliográfico acerca do tema apresentado, de forma a garantir para o leitor a importância do assunto em questão, justificando o motivo pelo qual este deve ser desenvolvido.

Foi de extrema importância os estudos a respeito de estratégias socioambientais, os quais foram decisivos para nortear todo o desenvolvimento a respeito da implantação da proposta, influenciando, desde as decisões tomadas à respeito de questões paisagísticas (onde foi buscado ao máximo a preservação da vegetação nativa), até a realização de forma satisfatória a todas as condicionantes e objetivos específicos previamente expostas e em seguidas aplicadas a esse estudo preliminar.

Sendo assim, espera-se que o trabalho aqui apresentado seja uma contribuição a respeito de como boas decisões arquitetônicas podem ser aliadas a questões de incentivo turístico, desenvolvimento de áreas rurais e valorização do meio ambiente. Assim como, almeja-se que o mesmo sirva como referência para trabalhos futuros sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, N.; BRITO, P. L.; JORGE, W. E.; **Hotel, planejamento e projeto**. São Paulo, Sp: Senac, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. 15220/03: **Desempenho térmico de edificações** Parte 3: Zoneamento Bioclimático Brasileiro E Diretrizes Construtivas para Habitações Unifamiliares de Interesse Social. Rio de Janeiro: 2003.

BARBOSA, G.; **Breve História do Turismo e da Hotelaria**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Turismo, 2005.

DALPIAZ, R.; **A HOSPITALIDADE NO TURISMO: O BEM RECEBER**. Acesso <[http://www.serragaucha.com/upload/page\\_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf](http://www.serragaucha.com/upload/page_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf)>. Data: 28 fev. 2019.

DER PB, **Relação Descritiva de Rodovias e Estradas Estaduais Divisão em Trechos**. Disponível em: <https://der.pb.gov.br/sistema-rodoviario/rodovias>. Acesso em 20 mar. 2019.

DUMAZEDIER, J.; **Lazer e cultura popular - Debates**. São Paulo, Sp: Perspectiva, 1976. GUIA, W.; Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, Brasil. Brasília, Ministério do Turismo.

IBGE. **Estatísticas - por cidade e estado - Solânea**, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estadoestatisticas.html?t=destaques&c=2516003>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

IBGE. Estatísticas - por cidade e estado - Bananeiras, **2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estadoestatisticas.html?t=destaques&c=2501500>. Acesso em 24 set. 2018.

**Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Bananeiras, história** - localização, 2018. Disponível em: <http://bananeiras.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 09 set. 2018.

**Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Solânea, a cidade** - aspectos gerais, 2018. Disponível em: <http://www.solanea.pb.gov.br/cidade?id=1>. Acesso em: 09 set. 2018.

**Portal eletrônico do Departamento de Estradas de Rodagem** - Relação Descritiva de Rodovias e Estradas Estaduais Divisão em Trechos. Disponível em: <https://der.pb.gov.br/sistema-rodoviario/rodovias>. Acesso em: 16 mar. 2019.

RODRIGUES, A.; **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: editora contexto, 2001.

SOUZA, T.; **Lazer e Turismo**: Reflexões Sobre Suas Interfaces. IN: Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Saberes e Fazeres no Turismo: Interfaces. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Acesso em: < [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/11/Lazer](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/11/Lazer)

## CASA-GRANDE DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ-PB: possibilidades de valoração e valorização cultural

Julianny Fernandes Zuza<sup>1</sup>  
Fernanda Rocha de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é um recorte de um trabalho de conclusão de curso, e tem como objeto de estudo a casa-grande de um engenho situado na cidade de São José do Brejo do Cruz-PB (construída, aproximadamente, em 1822). Objetiva sistematizar métodos relacionados ao tratamento de bens culturais: num primeiro momento, o referencial teórico, trazendo para a reflexão temas relacionados à proteção de bens culturais e às características das estruturas de engenho; num segundo momento, são apresentadas possibilidades de valoração (por meio de referenciais teóricos para debate sobre o tema e mobilização de métodos de levantamento e diagnóstico cultural) e de valorização (através da análise de uma proposta de requalificação para o objeto de estudo) deste tipo de bem cultural.

**Palavras-Chaves:** Casa-Grande; Engenho; Patrimônio; Requalificação.

### ABSTRACT

*This article is a clipping of a course conclusion paper, and its object of study is the main house of a mill located in the city of São José do Brejo do Cruz-PB (built approximately in 1822). The objective is to systematize methods related to the treatment of cultural heritage: at first, the theoretical framework, bringing to reflection themes related to the protection of cultural heritage and the characteristics of mills structures; Secondly, there are possibilities of valuation (through theoretical references for debate on the theme and mobilization of methods of survey and cultural diagnosis) and appreciation (through the analysis of a proposal of requalification for the object of study) of this type. of cultural heritage.*

**Keywords:** Main House; Mill; Cultural Heritage; Requalification.

## 1 INTRODUÇÃO

É relativamente recente, na história da cultura humana, que algumas edificações sejam tidas como bens culturais a serem preservados como obra de arte e/ou documento de valor histórico. Françoise Choay (2001) cita diferentes fases pelas quais o pensamento da preservação passou ao longo dos anos, demonstrando desde os momentos em que não havia uma preocupação sistemática com esse campo, passando pelas contribuições de teóricos do restauro, até chegar à “tripla

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

expansão” do patrimônio, por ela definida como sendo de ordens cronológica, tipológica e geográfica.

Os engenhos, enquanto estruturas típicas do nosso processo de colonização apresentam características construtivas e organizacionais específicas que traduzem as formas de ocupação do território e arranjos produtivos deste período. Por serem unidades de produção de açúcar, com terras cultivadas e com instalações voltadas para a produção e para a moradia, eram dotados de várias construções típicas, tais como: a casa-grande, moradia do senhor e de sua família; a senzala, habitação dos escravos; a capela; e a casa de engenho (AZEVEDO, 1990, p 29).

O presente artigo, que tem como objeto de estudo a casa-grande de um engenho situado na cidade de São José do Brejo do Cruz-PB (primeira residência construída na cidade, aproximadamente em 1822), objetiva trazer para reflexão algumas possibilidades: de valoração (por meio de referenciais teóricos para debate sobre o tema e mobilização de métodos de levantamento e diagnóstico cultural) e de valorização (através da análise de uma proposta de requalificação para o objeto de estudo) deste tipo de bem cultural.

Cabe salientar que este é um pequeno recorte do Trabalho de Conclusão de Curso denominado “Um olhar sobre o patrimônio cultural de São José do Brejo do Cruz-PB: uma proposta de requalificação da casa grande” (ZUZA, 2019), que teve a pretensão de contribuir para a valorização este patrimônio histórico do município, propondo que este funcionasse como um equipamento urbano que promovesse serviços de ensino, e simultaneamente, que estimulasse a vitalidade urbana local. Tendo em conta a situação atual de desuso e desvalorização deste que é considerando um patrimônio cultural, os debates aqui apresentados buscam contribuir para reverter este tipo de cenário.

Para tanto, o artigo foi estruturado em duas partes: um capítulo contendo referencial teórico, abarcando temas relacionados à proteção de bens culturais e às características das estruturas de engenho; e um capítulo aplicando métodos de valoração (diagnóstico do objeto de estudo enquanto bem cultural) e de valorização (por meio da apresentação de uma proposta de intervenção) deste bem edificado. Ao final, são tecidas considerações finais sobre o tema.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

## **Preservação da memória e restauração dos bens arquitetônicos**

Desde os tempos antigos o ser humano tem características relacionadas à capacidade de criar objetos, seja por sua função utilitária, seja para fins artísticos ou arquitetônicos. Essas criações podem ser consideradas bens culturais, por sua herança do passado e por sua contribuição com o que criamos hoje.

O bem cultural é definido – de acordo com o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa – como: “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247). Dessa maneira, no sentido mais amplo de sua definição, o bem cultural é uma espécie de vínculo com nossas raízes, que nos remete à nossa história e identidade. De mesmo modo, a arquitetura se estabelece como bem material e sua preservação é essencial para manter vivo o significado cultural que ela remete.

Com o passar do tempo, a preocupação com os bens materiais imóveis ganhou mais destaque e passaram a surgir estudiosos que formularam teorias a respeito da sua preservação e restauração. A partir do século XX, documentos internacionais surgiram com o intuito de fornecer diretrizes para salvaguardar esses edifícios, sistematizados em convenções, cartas e recomendações patrimoniais. Eles servem de base não apenas para os países que os desenvolvem, mas também para muitos locais que têm o interesse em incorporá-los para aplicá-los em seu patrimônio. De acordo com a Declaração de Amsterdã (1975, p. 3), por exemplo: [...] a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para a manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade.

Com isso, vê-se que a manutenção de bens culturais (inclusive arquitetônicos) representativos de determinada época pode contribuir com as necessidades mais subjetivas da natureza humana, favorecendo a existência de uma coletividade mais conectada às suas referências locais.

É nesse sentido que a Carta da Cracóvia (2000, p. 296) associa a identidade a “uma referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado”. Tão forte é esse conceito que traz, para o campo do restauro, possibilidade de exceção a uma regra há tempos difundida: a carta considera aceitável a reconstrução total de um edifício, que tenha

sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, somente em casos de existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

Fato é que as edificações podem ter um relevante papel para a memória coletiva de uma comunidade e, com isso, é interessante que sejam pensadas ações de manutenção (e, quando necessário, de intervenção) para que este suporte de memória possa continuar servindo de símbolo que conecta estas comunidades ao seu passado, contribuindo para alimentar uma sensação de pertencimento dos grupos sociais com seus territórios. Simultaneamente, este tipo de ação também garante, às futuras gerações, o mesmo sentimento de resgate do passado e de valorização identitária.

Para que estas ações ocorram da melhor maneira, é importante conhecer, de maneira aprofundada, os bens em questão. Devem-se entender as quais tipos de valores os elementos que ostenta podem estar relacionados: elencar características construtivas e estilísticas relevantes; verificar o papel que as partes desempenham em relação ao todo; investigar as formas que são vistos pelos grupos sociais, etc.

### **A relação da casa-grande com o engenho**

Tudo no engenho girava em torno da casa-grande, sendo ela uma espécie de centro de organização social, política e econômica local. Ela foi casa de morada, vivenda ou residência do senhorio nas propriedades rurais do Brasil Colônia a partir do século XVI. (AZEVEDO, 1990, p, 56).

No Brasil colonial, a casa-grande era estrategicamente construída próxima ao engenho propriamente dito (fábrica), a senzala, a casa de farinha e a capela. Alguns sociólogos acreditam que a distribuição espacial das construções nos engenhos possibilitava maior convivência entre as diferentes classes sociais, o que teria tornado a experiência da colonização brasileira diferente de outras.

A implantação privilegiada da casa-grande, geralmente a cavaleiro das demais construções, permitia ao senhor do engenho um maior controle de sua propriedade e a afirmação de sua autoridade. A capela muito ligada e dependente da casa-grande, ficava geralmente a seu lado, na mesma cota altimétrica e, em alguns casos, em posição mais elevada, como símbolo a ser cultuado. Aquele era um elemento fundamental no sistema de controle social do engenho. (AZEVEDO, 1990, p, 106).

A localização e implantação dos engenhos foram esquematizadas pelo o fato de muitos engenhos serem localizados em interiores dos sertões (de clima bastante quente); com isso, optou-se pela construção de casas próximas a rios – denominados, por alguns autores, como “rios de açúcar” (ANDRADE, 1989, p. 76).

A água servia de fonte de energia das primeiras moendas e, principalmente, garantia umidade ao solo, necessária para o cultivo de cana de açúcar. Os rios também serviam para consumo (humano e animal) e como via de transporte para a produção.

Os edifícios dos engenhos foram erguidos com diferentes localizações e tipos de materiais construtivos, refletindo a hierarquia social e os valores da época. A casa-grande e a capela eram construídas com materiais mais nobres e duráveis, e comumente eram situadas na parte mais alta do terreno ou ainda em uma localização de destaque em relação ao conjunto, garantindo vigilância e domínio sobre as atividades do engenho.

A fábrica, que se localizava na parte mais baixa do terreno, era construída com materiais menos nobres do que aqueles empregados nas casas-grandes e capelas. Entre as edificações construídas no engenho, a Senzala era a que apresentava materiais mais precários e perecíveis (como barro, madeira, cipó e palha) e costumava localizar-se também na parte mais baixa do terreno ou em outros pontos de pouco destaque. (AZEVEDO, 1990).

As casas-grandes eram erguidas visando à segurança, e não à estética, já que os donos de engenhos (chamados posteriormente de senhores de engenho) temiam ataques dos índios, negros ou cangaceiros. Os senhores de engenho, em suas propriedades, tinham poder total sobre a vida de seus escravos, empregados e moradores. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

Esta preocupação com a segurança foi se dissipando ao longo dos séculos XVII e XVIII, pois com a chegada da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, começaram as mudanças nas condições gerais das casas-grandes. Elas se tornaram maiores e mais luxuosas, e seus donos passaram a gastar mais dinheiro em móveis, objetos de arte, decoração e utensílios domésticos. (ANDRADE, 1989)

Nesse período, o material de construção também ficou mais diversificado. Além do material já existente, passou-se a usar também alvenaria de pedras e tijolos nas paredes e pilares de sustentação; as cobertas das casas-grandes são

engradamento de madeira e manto de vedação de telha cerâmica do tipo capa e canal; algumas apresentavam engradamento com madeira serrada e roliça ou todo em madeira roliça, em muitos casos, as alvenarias internas não tocam a coberta que fica apoiada sobre pontaletes, criando um espaço de ventilação entre os ambientes internos. Tudo dependia das condições financeiras do senhor de engenho e da disponibilidade de material na região. (ANDRADE, 1989; ANDRADE, 2011).

Sobre as alvenarias externas e internas, estas eram revestidas com argamassa e camada pictórica. Em muitas casas-grandes podem-se perceber intervenções posteriores que resultaram na ampliação de cerâmica esmaltada nas alvenarias de áreas molhadas, como banheiros e cozinhas. Quanto aos pisos mais comuns encontrados nos nas casas-grandes dos antigos engenhos são a lajota cerâmica do tipo tijoleira, e o ladrilho hidráulico, empregado em edificações do início do século XX ou fruto de intervenções posteriores. (CRUZ, 2015).

Nas casas-grandes de dois pavimentos são observados assoalhos de madeira ou até mesmo tendo o segundo piso em lajes revestidas com cimento grosso, provavelmente também fruto de intervenções. A maioria das casas não possuía forro, ficando com a coberta aparente. Contudo, é possível identificar, em algumas casas, ambientes com forros de tabuado de madeira com os tipos de régua de madeira (lambi) e do tipo saia camisa, em que as tábuas são fixadas sobrepondo-se alternadamente, ficando uma ressaltada e outra rebaixada. (CRUZ, 2015).

## **VALORANDO E VALORIZANDO UM BEM CULTURAL: métodos para a proposição de um projeto de requalificação para a casa-grande**

### **O processo de atribuição de valor**

Para que um patrimônio, material ou imaterial, seja reconhecido oficialmente, é preciso que um órgão de proteção (que pode ser nacional, estadual ou municipal) atribua esse *status*. Contudo, para que seja considerado bem cultural para uma dada coletividade, não é necessário um aval institucional, mas apenas o social. O que ambos casos precisam gerar para diferenciar um objeto ou prática em relação aos demais é o processo de atribuição de valor cultural (seja ele histórico, artístico, social, científico e/ou outros).

A atribuição de valor diz respeito a uma determinada história, identidade e memória que se quer construir/registrar. Mas cabe salientar que essa escolha sempre envolve disputas e conflitos de posições e interesses diferenciados, pois “a memória coletiva é não somente conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder” (LE GOFF, 1984, p. 46). Em outras palavras, ao trazer à luz alguns objetos, estamos deixando outros à sombra ou à penumbra. Neste sentido, entende-se que qualquer proposta de valoração de um bem cultural será parcial, já que se trata de uma narrativa adotada entre várias outras possíveis.

Tendo isso claro, cabe aqui destacar os passos utilizados para o processo de atribuição de valor do objeto de estudo. O primeiro deles foi verificar a importância histórica e social do bem em relação à cidade.

Embora não se tenha comprovação documental, segundo a memória oral local, a casa-grande, objeto de estudo, foi a primeira residência construída na cidade São José do Brejo do Cruz (sertão paraibano), nas primeiras décadas do século XIX, pelo patriarca Major Sabino Saraiva. A mesma tem relação com as construções de engenhos e que teve como principal influência a economia açucareira no território de todo o Brasil, sobretudo na atual região Nordeste, pois, foi através do açúcar que os europeus puderam fundamentar as bases da ocupação efetiva do Brasil.

Junto à casa-grande foram plantadas duas Cajaranas, que estão frutando até nos dias de hoje. Uma delas está enraizada na história da cidade do município, pois foi ponto da primeira feira da cidade em 1936, evento que é lembrado até nos dias atuais por seus habitantes, tendo assim valor histórico e social para o município.

A cidade foi construída com a ajuda de Mario Valdemar Saraiva Leão, o terceiro dono das terras de seu avô Major Sabino, o mesmo doou grande parte dos terrenos para as construções dos prédios públicos e até mesmo das casas vizinhas à sua residência (Casa-Grande), sendo um dos grandes precursores para que “São José” virasse cidade (MAIA, 2005, p. 25).

“Mario Saraiva Leão exemplo de honestidade, religioso católico humilde sem vaidade, encarou com luta e fé transformou seu São José De fazenda a cidade” (DORICO, 2010, p.68)”. Este poema foi escrito em sua homenagem no dia em que completou seus 100 anos de idade, Mario Saraiva era um exemplo de homem ilustre na cidade de “São José”.

Figura 1: Localização da cidade, do objeto de estudo e seu entorno imediato.



Legenda: 1- Celeiro, 2- Cajaranas, 3- Casa-Grande, 4- Suposta delimitação de terreno já que não existe registro sobre o mesmo; A- Fachada Leste, B- Fachada Norte, C- Fachada Sul, D- Fachada Oeste. Fonte: Zuza (2019)

Figuras 2 e 3: Casa Grande e Cajarana em 2019 e aproximadamente em 1980.



Fontes: Zuza, 2019; Acervo da Família Saraiva (apud ZUZA, 2019).

A importância da família Sabino, que ergueu a casa-grande, aliada ao papel que a Cajarana possui no quadro social da memória local, já são fatos dignos de nota no processo de atribuição de valor ao objeto de estudo. Contudo, aliam-se a esses importantes elementos os usos que essa edificação teve: além de ter sido ponto de batalha entre cangaceiros, contra o senhor Plácido Francisco (acontecimento que se deu em 8 de março de 1908) (MAIA, 2005, p. 19).

O lugar passou a ser conhecido pelos serviços educacionais que ali funcionaram: “antes do ano de 1957 a escola Olivia Saraiva Maia funcionou na casa grande de Mário Saraiva” (MAIA, 2005, p. 27). Lá também foi sede do programa de educação federal, o Programa de Erradicação Infantil (PETI), que funcionou na residência de 2001 a 2013, tendo tido grande aceitação da comunidade local.

Partindo para uma análise dos valores arquitetônicos, viu-se que a casa tem algumas das características de construções das casas-grandes dos engenhos, sendo elas: alvenarias de tijolos cerâmicos, espessuras largas nas paredes externas, piso em cimento queimado liso ou grosso, portas largas, telhado com duas águas e com telhas de capa canal e sótão com piso em assoalho de madeira.

Figura 4: Fotos da Casa-Grande, demonstrando características de construções de engenho.



Legenda: 1- Perspectiva externa: sótão que era usado para vigilância; predominância do cheio sobre vazio; jogos de telhado com duas águas em telha canal; 2 – perspectiva interna: a alvenaria sem reboco mostrando a estrutura de tijolos cerâmicos cozidos; 3 - parede com espessura larga e porta com esquadria tipo “blusa e saia”. Fonte: Zuza (2019).

A casa-grande, por se tratar de um prédio bicentenário, teve alterações em sua volumetria ao longo dos anos para adaptar-se aos usos que sediou. Neste sentido, foram encontrados três estratos principais de construções na casa, sistematizados na figura 5. Cabe destacar que, no processo de atribuição de valores,

foi considerado que a intervenção inserção de muretas externas (1970-80) deveria ser mantida, uma vez que chegou a não somente representar um dado histórico relacionado ao uso, como demonstrou uma unidade estética própria daquele período, que já foi incorporada pelo imaginário local; já as alterações para acréscimo de um cômodo a noroeste da edificação foi considerada apenas comprometedora à apreciação do objeto.

Figura 5: Edificação Original e seus acréscimos - Planta Baixa Térreo.



Fonte: Zuza, 2019.

### Valorizando os elementos valorados: proposta de intervenção

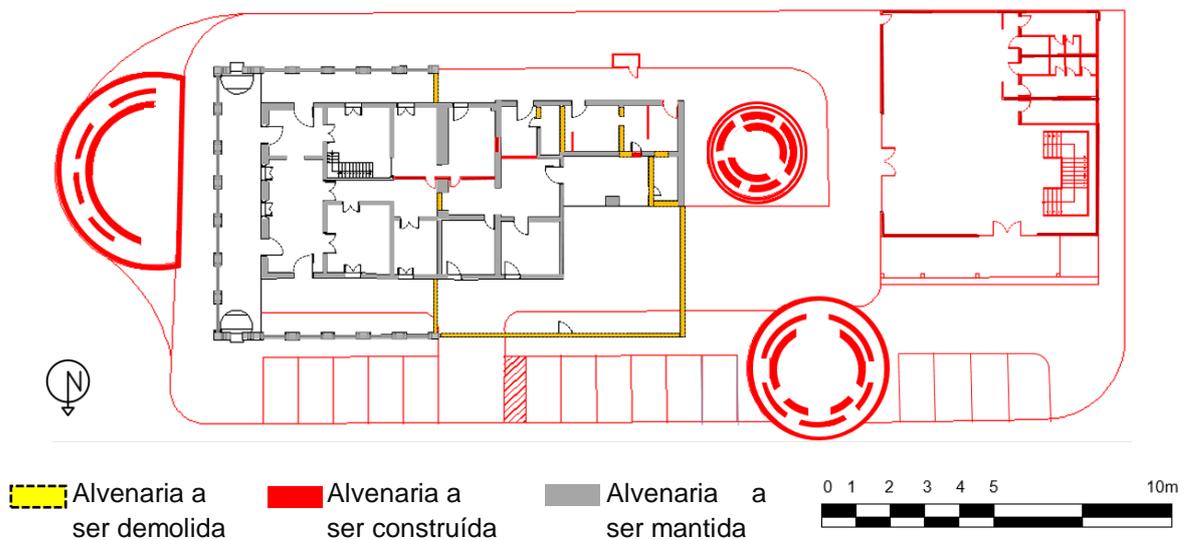
Diante dos vários elementos considerados no processo de atribuição de valor, foi estipulado que o local possui uma vocação já consolidada quanto a atividades de ensino e cultura. Com isso, o novo uso proposto para casa-grande (que se encontra abandonada atualmente) foi de um centro misto de atividades culturais para jovens e adolescentes.

O conceito do projeto de intervenção no edifício da Casa-Grande está na importância que o imóvel tem para a cidade, através de seus elementos arquitetônicos, sua história e a área em que está inserido. Sugere-se, um projeto de requalificação, pautado no reuso de uma edificação, envolvendo também a construção de um anexo para atender de forma mais eficiente o novo uso proposto, que busca o bem-estar coletivo da população através de atividades educacionais, que visam ao desenvolvimento do aluno.

Embora o edifício não seja protegido legalmente em qualquer instância, princípios do restauro foram utilizados como diretrizes da intervenção. Quanto aos estratos apresentados pela edificação, por exemplo, optou-se por manter as alvenarias originais quase completamente. As alterações propostas em sua estrutura foram mínimas e devidamente demarcadas: os acréscimos previstos são de paredes de gesso; as aberturas de vãos para portas (no sentido de conseguir readequar a casa ao novo uso dado) deixariam partes das alvenarias como dado construído da divisão anterior; também foi mantido o acréscimo das muretas na da edificação, pois a mesma ainda agrega uma identidade visual da casa. Os demais elementos removidos não foram demarcados porque foram consideradas intervenções sem um maior comprometimento estético e/ou funcional com o conjunto.

Além do bloco inserido para atender o novo uso, localizado a oeste da edificação, pensou-se em aproveitar as sombras das três cajaranas que se encontram ao redor da edificação. Aproveitando as vantagens térmicas e visuais que suas copas (de grande porte) podem gerar, vislumbrou-se a oportunidade de serem realizadas atividades docentes (aulas ao ar livre) e de lazer. Para isso, foram propostos bancos em formatos circulares e com disposição radiocêntrica.

Figura 6: Planta de construção e demolição – Térreo



Fonte: Zuza (2019).

Figura 7: Planta de construção e demolição - 1º Pavimento.



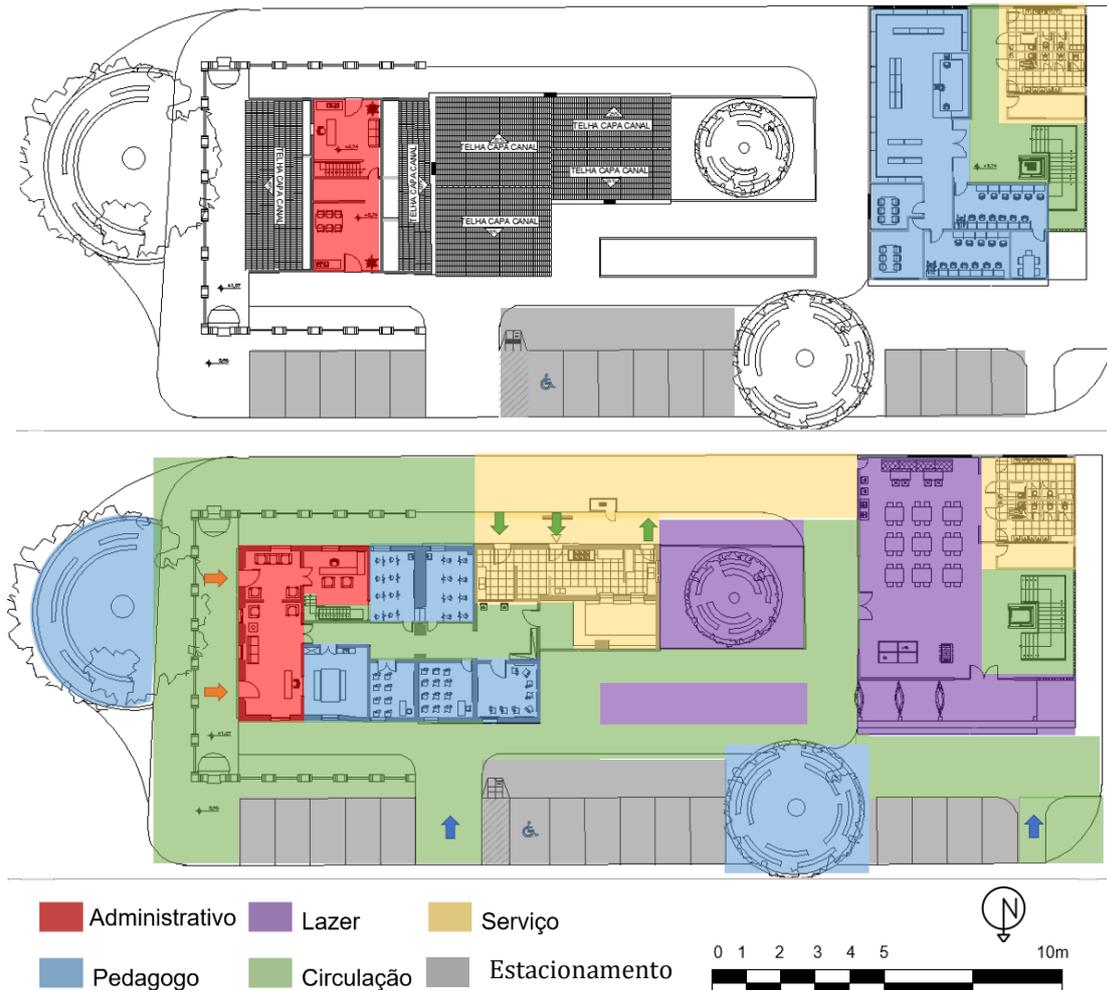
Fonte: Zuza (2019).

A partir da definição do programa de necessidades, foi realizado um estudo de zoneamento na edificação, visando a melhor implantação para os ambientes propostos, levando em consideração fatores climáticos e acessos. Em vista disso, os cômodos da edificação já existente foram destinados aos setores de apoio administrativo, setor pedagogo com as salas para as atividades e parte do setor de serviço, visto que possuem boas condições de iluminação e ventilação natural. Foi escolhida a utilização das Cajaranas para apoio pedagogo e lazer.

O setor de serviços e lazer foi implantado ao fundo da edificação, visto que é um espaço com boa circulação através da construção do anexo, a biblioteca junto com as salas de estudo também foram implantadas na nova edificação por terem mais espaço e por fornecer qualidade para o novo uso. O estacionamento foi posto na parte Norte da edificação.

Os acessos para o centro de atividade se dão em três sentidos de acordo com o devido uso dos setores. O acesso principal se dá na fachada Leste, o acesso secundário na fachada Norte da edificação, já o acesso de serviço se dá na fachada Sul, onde tem a chegada de alimento e saída do lixo.

Figura 8: Zoneamentos - 1º Pavimento (acima) e Térreo (abaixo).



Fonte: Zuza (2019).

Os materiais escolhidos para serem utilizados no novo bloco têm uma dupla função: no aspecto imagético, busca o difícil equilíbrio entre o contraste (como forma de destacar a edificação antiga) e a harmonia, de modo a não destoar no conjunto; do ponto de vista da funcionalidade, busca contribuir com o conforto e adaptar-se à disponibilidade de material na região, pois o local é conhecido pelo o clima quente e seco. Assim, as paredes foram feitas de tijolos cerâmicos e sem reboco, dialogando, em sua coloração, com a cor da cobertura da casa-grande. Também foi utilizado uma parede de cobogó de tijolo cerâmico com pintura azul, fazendo referência às cores das esquadrias da casa-grande.

Figura 9: Vista Leste com Cajarana em 1º Plano.



Fonte: Zuza (2019).

Figura 10: Proposta do novo bloco.



Fonte: Zuza (2019).

Figura 11: Vista Frontal mostrando a casa-grande e o novo edifício.



Fonte: Zuza (2019).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de valoração e valorização de bens culturais são delicados, mas certamente necessários na busca pelo resgate/pela manutenção da memória de grupos sociais.

A experiência aqui apresentada, conforme já apontado anteriormente, inevitavelmente se trata de uma das várias possibilidades de atribuição de valor e de tratamento dos vários elementos que podem ser considerados de valor cultural para a localidade estudada.

Considerando os resultados alcançados pela proposta de intervenção, é nítido como o processo de identificação de significâncias da casa-grande (sob diversas óticas) informou cada decisão do processo projetual: o uso, a quantidade e a forma de ocorrência das alterações, os contrastes e a busca por analogias em detalhes demonstraram possibilidades de valorização dos elementos que foram considerados desejáveis.

É importante verificar, também, que o referencial teórico não figurou apenas como coadjuvante. Em verdade, foi a partir da eleição dos fatores considerados importantes para o tratamento do assunto que foram elencados os procedimentos metodológicos para a realização do trabalho.

Para além do registro desta experiência acadêmica, cabe ressaltar que o presente artigo (e antes dele, o trabalho que lhe deu origem) teve como inspiração um forte vínculo de uma das autoras com o lugar (referimo-nos como lugar, e não apenas o espaço, pelo caráter simbólico em questão): foi nele que a autora participou do projeto educativo que ali existiu (o PETI), reforçando os laços que esse bem concretamente exerce em cidadãos locais.

Com a apresentação deste projeto, espera-se contribuir com a valorização de bens culturais da cidade de "São José", ressaltando a importância de um espaço de educação e cultura que atenda a diversas necessidades da população, desde o bem-estar social até a melhoria da dinâmica urbana do espaço.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar em Pernambuco**. 2.ed. Recife: UFPE, Editora Universitária, 1989.

ANDRADE, Maria do Carmo. **Casa-grande (engenho)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial**. São Paulo: Nobel, 1990.

CARTA DE CRACÓVIA. **Princípios para a conservação e restauração do patrimônio construído**, 2000. Disponível em: <[http://www.caop.org.pt/media/filer\\_public/e2/e4/e2e494f6-383e-4fdb-9575-b9dbdcdae857/carta\\_cracovia\\_2000.pdf](http://www.caop.org.pt/media/filer_public/e2/e4/e2e494f6-383e-4fdb-9575-b9dbdcdae857/carta_cracovia_2000.pdf)> Acesso em 27 de agosto de 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: EDUNESP, 2001.

CRUZ, Luana Honório. **Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação do território potiguar (século XVII ao início do século XX)**. (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

**DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ**, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste: documentário da vida rural**. Maceió: EDUFAL, 2006. (Coleção Nordeste).

DORICO, João. **São José e o seu poeta**. 1ª ed. 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MAIA, Maria das Neves Saraiva. **São José e sua história**. 1ª ed. 2005.

ZUZA, Julianny Fernandes. **Um olhar sobre o patrimônio cultural de São José do Brejo do Cruz-PB: uma proposta de requalificação da casa grande**. (monografia). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP. Cabedelo, 2019.

## **FORMALIDADES E INFORMALIDADES NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: o caso da Avenida Edson Ramalho, João Pessoa/PB.**

Maria Helena Pedrosa Pinheiro<sup>1</sup>  
Marcela Dimenstein<sup>2</sup>

### **RESUMO**

As cidades contemporâneas têm passado por um processo que visa uniformizar a malha urbana, assim como, o planejamento urbano atual foca em cidades e áreas que sejam passíveis de obterem lucratividade. Neste trabalho reunimos conceitos sobre a questão das formalidades e informalidades encontradas na cidade e analisamos se, na Avenida Edson Ramalho, localizada no Bairro de Manaíra em João Pessoa, é possível encontrar focos de contrastes em seus usos. Para tanto, unimos no presente trabalho, pesquisa bibliográfica, levantamento de campo, análise da área objeto de estudo e entrevistas.

**Palavras-chaves:** Uniformização, Racionalidade, mecanismo de mercado, contrastes.

### **ABSTRACT**

Contemporary cities have gone through a process that aims to standardize the urban fabric, as well as current urban planning focuses on cities and areas that are likely to be profitable. In this paper we gather concepts on the issue of formalities and informalities found in the city and analyze if, on Edson Ramalho Avenue, located in the neighborhood of Manaíra in João Pessoa, it is possible to find focal points of contrasts in their uses. To this end, we have joined in the present work, bibliographic research, field survey, analysis of the subject area of study and interviews.

**Keywords:** *Uniformity, Rationality, Market Mechanism, Contrasts*

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa do trabalho de conclusão do curso em Arquitetura e Urbanismo do IESP intitulado **formalidades e informalidades na cidade contemporânea: o caso da Avenida Edson Ramalho**, defendido em 2019.

Abordaremos um tema estudado atualmente por diversos campos do conhecimento como a sociologia, arquitetura e urbanismo e geografia, e diz respeito, às manifestações formais e informais na cidade contemporânea, buscando identificar as influências do mecanismo de mercado que incidem nelas, focalizando nossos esforços na Avenida Edson Ramalho, no bairro de Manaíra, em Joao Pessoa/PB.

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

Percebemos que o atual cenário urbano contemporâneo se mostra cada vez mais individualizado, ao privilegiar um público restrito e economicamente mais favorecido, evidenciando o verdadeiro sentido do termo "fabricar" cidades para pessoas (GEHL, 2015). Segundo o autor, durante o período moderno, a ideologia de desenvolvimento urbano voltado para o automóvel e escalas macro influenciou nas decisões projetuais de como produzir cidade, comprometendo a sua relação com o pedestre e com o espaço público de excelência.

Além disso, estamos percebendo, em ritmo acelerado, obras na cidade que estão valorizando áreas que até pouco tempo eram destinadas a um outro perfil populacional e que apresentava uma outra tipologia arquitetônica. É o caso do bairro do Altiplano, localizado na zona leste de João Pessoa, área atualmente visada pela especulação imobiliária devido à sua localização privilegiada e que está impulsionando uma rápida verticalização e produção arquitetônica voltada para classes altas, com padrão construtivo elevado, sempre valorizando a segurança excessiva e as escalas XL. Esse cenário também pode ser observado em outros bairros da cidade como Miramar, Tambauzinho, Torre e Expedicionários. Essas transformações que estão ocorrendo seguem uma lógica de uniformização do tecido urbano e priorizam as ações individuais que desconsideram a escala humana, sem valorizar seus espaços públicos.

Jan Gehl (2015, p7) ressalta em seu livro, a importância da locomoção independente do transporte individualizado e motorizado ao apontar, "o desejo de uma cidade saudável é intensificado se o caminhar e pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias" e ainda, " A vida em toda a sua diversidade se desdobra diante de nós quando estamos a pé." Para Jacques (2008) o caminhar, além de uma ação urbana também é uma forma de experimentar a cidade e conhecê-la mais profundamente.

Autores como Paola Jacques (2008) e Milton Santos (2001) falam que os atuais espaços públicos da cidade contemporânea se mostram cada vez mais homogêneos ou não apropriados e acabam nos levando a pensar as relações entre urbanismo e o corpo. Ressaltam que a cidade só ganha forma e corpo a partir do momento em que ela é praticada, se tornando assim outro corpo, essa vivência e a experiência urbana está ligada com o espaço que lhe é proporcionado. Jacques (2008) afirma que os praticantes ordinários das cidades são responsáveis por atualizar naturalmente os projetos urbanos, através de sua prática, pois os

urbanistas indicam os possíveis usos, no entanto, os que incorporam, reinventam e experimentam o espaço no cotidiano são os que atualizam na prática a experiência através de apropriações e improvisos.

Para Milton Santos (2001), os espaços formais são aqueles onde as imagens são pré-fabricadas, onde a velocidade predomina e não há tempo para nada. Contudo, é em meio a esse cenário que as diferenças se destacam. Para Paola Berenstein Jacques, (2011, p.195) encontramos as formalidades nas cidades cenográficas, frutos de publicidades e dos “espaços slogans”. Os espaços formais, para a autora, são aqueles onde há uma projeção de cidade utópica sem desalinho, desacordos e desentendimentos. São cidades feitas de cenários que parecem cada vez mais desprovidos de corporalidade e sem consistência, seus protagonistas são aqueles que obedecem a um ritmo de produção acelerado e de autopromoção.

Diante do exposto, objetiva-se neste artigo identificar os usos existentes na Av. Edson Ramalho em João Pessoa, encontrar possíveis focos de contrastes, identificar as atividades formais e informais expostas e analisar como se dão as relações de convívio no espaço.

A pesquisa, que fundamenta esse artigo trata da informalidade, que é, exatamente o oposto desta imagem fixada por um logotipo publicitário, pois uma experiência corporal singular não se reduz a uma imagem de marca ou a um simples slogan, vai além disso, é um corpo que se move de acordo com os cenários que encontra. Dessa forma, buscamos ressaltar a importância das relações de encontro e trocas entre o formal e o informal para uma vida na cidade.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A ocupação do Bairro de Manaíra está atrelada segundo Sales (2014), ao deslocamento da população pessoense do Centro da cidade em direção a praia. A inserção de novas áreas verdes, infraestrutura e a proximidade com o mar foram fatores que impulsionaram essa verticalização, em decorrência também do surgimento de novas tecnologias construtivas, priorizando as classes mais altas, onde pessoas de menor renda foram sendo obrigadas a ocupar áreas de menor qualidade. Desta forma, as residências foram cedendo espaços aos edifícios, e no caso da Avenida Edson Ramalho, o comércio ganhou espaço, devido ao

desenvolvimento comercial ocorrido em seus arredores com a construção do Manaíra Shopping em 1989.

**Figura 01:** Mapa dos arredores da Avenida Edson Ramalho.



Fonte: Google Earth. Editado pela autora.

**Figura 02:** Foto aérea da Avenida Edson Ramalho/Bairro de Manaíra



Fonte: Acervo da autora, 2018

Na imagem acima podemos identificar o processo de verticalização pelo qual o bairro de Manaíra vem passando e também a quantidade elevada de estacionamento em frente às edificações da rua, favorecendo o uso de automóveis individuais. Este fato acaba dificultando a visualização do comércio, como também a passagem do pedestre, tornando o trajeto mais impessoal. A atividade comercial atua como elemento estruturador das cidades fazendo parte da vida urbana e possui o papel de agregar desenvolvimento, troca de experiências entre as pessoas, além de abrir oportunidades para outras atividades que podem ocorrer derivadas do comércio.

Identificamos nas calçadas da Avenida Edson Ramalho algumas atividades que fazem contrastes com as atividades formais existentes e suas edificações que se fecham para o exterior, estes contrastes acontecem, seja pelo uso não convencional ou pelo sentimento atribuído que destoa da impessoalidade identificada ao longo do trajeto e das edificações existentes na rua.

Assim, trazemos à referência da cidade mercadoria segundo Vainer (2013, p.78), que ao falar sobre a cidade como *objeto de luxo*, revela que ela se torna uma mercadoria a ser vendida dentro de um mercado exigente e competitivo para um público consumidor específico. No entanto, além desse cenário, encontramos outras atividades que agregam valor as relações encontradas. Na Avenida Edson Ramalho identificamos atividades obrigatórias, atividades de lazer e atividades comerciais, muitas dessas atividades podem ser vistas simultaneamente nas calçadas e paradas de ônibus da Avenida, onde acontece um *mix* de atividades e concentração de pessoas, comércio e lazer que fazem parte da rotina de alguns.

### **Atividades de lazer**

Durante as visitas observamos que o mobiliário existente ou improvisado na Avenida é utilizado com frequência. É o caso do banco localizado em frente à um restaurante que atrai pessoas a se sentar. Outras áreas que não são pensadas para a espera ou permanência também são apropriadas da mesma forma, podendo ser visto pessoas se apoiando em carros estacionados, ou mesmo utilizando partes de construção (blocos de concreto), que acabam servindo de apoio para aqueles que permanecem por algum tempo. Além disso, podemos ver pessoas que fazem trajetos a pé na Avenida, à passeio ou indo até algum lugar específico.

**Figuras 03, 04, 05:** Descanso e caminhada na Avenida

Fonte: Acervo da autora, 2019

### Atividades Obrigatórias

Estas atividades são aquelas que presenciamos no dia a dia, como pegar o ônibus, ir de um lugar ao outro, trabalhar, voltar para casa. Vimos deslocamentos de bicicletas, carroças e pedestres que utilizam a via planejada para carros. As calçadas, que em alguns trajetos não atendem as necessidades da população por se encontrarem em más condições e sem acessibilidade, provocam que a pista de rolamento seja a opção mais interessante para se locomover.

**Figura 06, 07, 08:** Locomoção e espera

Fonte: Acervo da autora, 2019

Entendemos que, ao falar em locomoção, podemos concluir que, estar parado à espera do ônibus é uma atividade obrigatória, como também esperar que a chuva diminua, se protegendo na edificação existente. Em dias de chuva, vimos que a ausência de um mobiliário urbano apropriado, como paradas de ônibus cobertas, faz com que os pedestres tenham que arranjar formas de se proteger, nas imagens 10 e 11 mostram uma moça que faz uso do papelão para proteção da chuva, ao esperar o ônibus na via.

**Figura 09,10:** A espera com chuva.



Fonte: Acervo da autora, 2019

Além disso, as calçadas oferecem diversos obstáculos para o pedestre, uma vez que, encontramos um fluxo de carros constante estacionando ou acessando às garagens. Muitos trechos estão danificados, interrompidos por rampas e vegetação. Tudo isso torna o trajeto mais perigoso e cansativo, mais ainda para aqueles que possuem alguma deficiência ou limitação física (imagens 11,12,13).

**Figura 11,12,13:** A espera e suas possibilidades



Fonte: Acervo da autora, 2019

Outro ponto observado, diz respeito ao horário de uso e apropriação do espaço. Foi percebido a utilização da calçada no horário noturno para trabalho por garotas e garotos de programa que se utilizam do equipamento urbano existentes, no caso, placas de rua, como mobiliário de apoio. No horário diurno, observamos que este mesmo ponto é apenas uma calçada sem vida ativa e durante observação de 30 minutos não houve passagem de pedestres nesse trecho.

**Figura 14, 15:** Mesmo local na Avenida Edson Ramalho à noite e pela manhã.



Fonte: Acervo da autora, 2019

### **Atividades comerciais**

Outras atividades encontradas na Avenida são carrinhos móveis com venda de lanches, caldo de cana, picolé, brigadeiro, pastel, que passam, segundo relatos, religiosamente na rua e acessam lojas e salões de beleza para oferecer o lanche aos trabalhadores e clientes. Aqueles de passagem pela rua também fazem uso dessas atividades se relacionando com outras pessoas.

**Figuras: 16,17,18:** Atividades comerciais

Fonte: Acervo da autora, 2019

Desta forma, estas atividades consideradas informais, fazem parte do funcionamento da Avenida, trazendo identidade para mesma, diante de uma falsa pacificação e falso consenso criado para uniformizar o comércio e as cidades de uma forma geral, sem considerar o outro lado. Também podemos observar a dinâmica múltipla que existe nas paradas de ônibus da Avenida.

A área de estudo não é favorecida com espaços de lazer de uso comum ou praças, sendo assim, as paradas de ônibus/calçadas desempenham o papel de espaço de convivência na rua. Por essa razão, encontramos uma concentração maior de pessoas principalmente entre o horário das 17:30 às 19:30 nas paradas de ônibus, se tornando, assim, os locais de maior apropriação de espaço encontrado na Avenida.

**Figura 19, 20:** Parada de ônibus

Fonte: Acervo da autora, 2019.

A calçada possui menos de 2 metros de largura, o que não impede que estas atividades aconteçam e seja uma área de grande fluxo de pessoas e movimentação na Avenida. Também identificamos paradas de ônibus que embora não possuam cobertura, nem mobiliário, sempre estão presentes passageiros à espera do ônibus, muitas vezes utilizando os carros que estão no estacionamento como encosto, ou mesmo o poste. O outro urbano ou o homem ordinário nas palavras de Jacques (2011), é aquele que se apropria e se reinventa com o cotidiano, isso presenciamos ao observar as paradas de ônibus da Avenida, uma apropriação do espaço público mesmo que de forma anônima e não consensual.

### **Conhecendo os “informais”**

As visitas de campo e as entrevistas realizadas possibilitaram descobrir uma rua cheia de usos e atividades invisíveis. Percebemos que podemos encontrar usos que contrariam o que se espera da rua e que não vão de encontro com um planejamento formal. As entrevistas e o contato com algumas pessoas que utilizam a rua - como forma de sobrevivência, para obter uma renda extra, ou mesmo aqueles que permanecem na Avenida para aguardar o transporte público, como também os que estão apenas de passagem ou passando o tempo no local, e ainda aqueles que vivem no Bairro de Manaíra – mostrou que apesar da estrutura existente dificultar a experiência cotidiana, ainda conseguem ter uma vida de “*bairro*” nas redondezas.

Esses fatores nos mostraram uma diversidade de usos que não imaginava existir e nos permitiu conhecer com mais profundidade a problemática e os “*personagens*” existentes na Avenida. Além disso, percebemos que a falta de empatia e os *novos tempos* onde tudo é *pré-fabricado* faz com que não levemos em consideração as pessoas não se inserem no contexto formal, e as exceções tornam-se invisíveis para o sistema.

Conversamos com Madeilma (Figura 21), que morava em São Paulo, tem 32 anos, este é o seu primeiro emprego como vendedora em João Pessoa. Todos os dias ela chega mais cedo no trabalho, por volta de 8:00 da manhã, pois leva o sobrinho à escola e aguarda do outro lado da rua até a loja onde trabalha abrir. No horário do almoço sente dificuldade em encontrar algo nas redondezas, prefere levar a comida de casa e almoçar na loja de decoração onde trabalha.

Ela não vê problema em ter que pegar o circular em outra Avenida (Avenida João Cândio da Silva) para conseguir chegar mais rápido na sua casa no bairro do Geisel (localizado na zona sul da cidade), pois na Avenida Edson Ramalho, segundo ela, o ônibus além de demorar para passar, não vai direto até o seu bairro, o que demandaria mais tempo. Madeilma acha a espera e o trajeto tranquilo, com exceção do sábado, pois acredita que é “esquisito” e desagradável a espera na outra Avenida.

**Figuras 21, 22:** Madeilma / Parada na Avenida João Cândio.



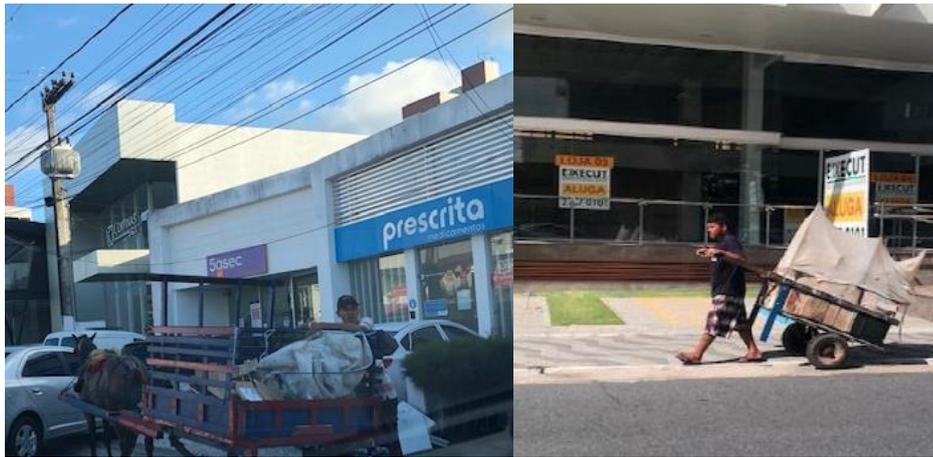
Fonte: Acervo da autora, 2019

Carlinhos (Figura 23), catador de papelão, tem 22 anos, não é alfabetizado, mora no bairro de Mandacaru (localizado na zona norte da cidade), e faz o seu trajeto passando por Cabo Branco e Manaíra, passando todos os dias pela Avenida Edson Ramalho. O trajeto com duração de sete horas foi observado durante alguns minutos, quando foi percebido a dificuldade com a qual Carlinhos lidava com os carros e seus motoristas impacientes ao ter que dividir o espaço, quando a calçada impossibilitava a continuidade de seu trajeto e ele tinha que andar pela rua.

O produto do seu trabalho, no caso, o papelão, é juntado pouco a pouco até que ele consiga o suficiente para revender, o que às vezes acontece com uma semana ou mais de trabalho. Carlinhos, que parecia se emocionar ao falar de sua rotina, diz que o pior em fazer o trajeto pelas ruas é que muitas vezes as pessoas não o respeitam e além de não manterem uma distância segura, buzina e dificultam ainda mais o seu trajeto. Como Carlinhos, existem outros catadores que continuam a fazer o trajeto pela Avenida Edson Ramalho. Sugere-se uma reflexão

sobre como estamos nos relacionando uns com os outros, diante do sentimento de individualismo, onde o egoísmo se faz presente e cada um só consegue pensar e enxergar aquilo que lhe cabe, nos sentimos donos de um espaço que é planejado erroneamente só para carros e não sabemos agir com as imprevisibilidades que fazem parte da cidade.

**Figuras 23, 24:** Trajetos



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Percebemos que a Avenida possui muitas áreas de estacionamento para carros, ao conversar com o guardador de carros que se desloca diariamente do Bairro do Valentina para trabalhar na Avenida, ele afirmou que gosta da área e que o trajeto até sua casa é tranquilo, há 4 meses trabalha neste ponto da Avenida Edson Ramalho.

Escolheu esse ponto por ser um local de difícil manobra para os carros, já que se encontra próximo a um sinal de trânsito e por se tratar de um local que possui diversos serviços, entre eles, conserto de bolsas e sapatos, relojoeiro, o que favorece o fluxo de pessoas. Porém além deste ponto, identificamos outros guardadores de carros ao longo da Avenida, o que nos mostra que a intensidade de chegada e saída de veículos nos locais é alta.

**Figura 25, 26:** Guardador de carros na Avenida

Fonte: Acervo da autora, 2019

Durante as entrevistas, encontramos Denise Regis de Oliveira Lima, vendedora de “din din gourmet”, 54 anos, mora na Avenida Guarabira, (Rua paralela à Avenida Edson Ramalho). Observamos que Denise caminhava em passos acelerados na Avenida ao oferecer em voz alta o dindin que estava no isopor: “...oreo, sonho de valsa, ninho com nutella..” e parecia conhecer as pessoas que estavam à espera do ônibus, fazendo uma pausa para bater um papo. Quando questionada se era aposentada, Denise respondeu que sempre trabalhou vendendo “din dins” que são fabricados por ela, em sua casa. Em outro dia de visita à Avenida, encontramos Denise indo ao sapateiro, mas dessa vez, Denise estava utilizando a Avenida à procura do serviço que necessitava.

**Figuras: 27, 28, 29:** Denise na Avenida Edson Ramalho

Fonte: Acervo da autora, 2019.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, buscou-se analisar e conhecer as diferentes dinâmicas socioespaciais que ocorrem na Avenida Edson Ramalho, focando nas formalidades e informalidades encontradas na cidade contemporânea. Nosso foco de estudo foi esta Avenida, pois a mesma se localiza no Bairro de Manaíra que se encontra em processo de constante crescimento na esfera comercial, o que faz com que sofra as consequências dos processos individualistas, que levam a segregação, ao esquecimento do outro e dos valores culturais que precisam ser preservados e resgatados nas cidades, no entanto, mesmo diante deste cenário, ainda é possível encontrar focos de resistência à esses processos.

Observamos a existência de praticantes da cidade, que vivem a experiência nas ruas mesmo diante de um planejamento do espaço que dificulta a convivência, as relações e os trajetos. Mas apesar deste fator, ainda encontramos fortes características de um comércio de Bairro, como áreas comerciais de assistência e reparos, ambulantes oferecendo diversos lanches caseiros, e mesmo a prática de moradores das redondezas que recorrem ao comércio à pé afim de solucionar suas necessidades cotidianas, trazendo identidade à cidade, preservando a memória local, fazendo parte da rotina de muitos que vivem na área.

Vemos uma transformação no valor cultural de uma população, os vínculos que são feitos, as relações de convivência é o que se deve preservar ao pensarmos em projeto de cidade. Percebemos a necessidade da existência de áreas de lazer para essas pessoas, como também áreas confortáveis para as necessidades básicas, como esperar por um transporte público de maneira adequada.

Durante a análise e entrevistas, encontramos contrastes que não imaginávamos existir, uma realidade que vai além do óbvio que a pressa nos permite enxergar, que vai além do que a uniformização dos espaços nos proporciona ao suprimir a lógica existente. Também observamos na rua, meios facilitadores para aqueles que fazem seu trajeto de carro, pois há uma configuração espacial propícia para atrair um público restrito e que tem os carros individuais como prioridade, porém, se configuram como dificuldades para outros que fazem seu trajeto à pé ou de ônibus, pois nos deparamos com esquecimento e uma falta de investimento na estrutura das áreas comuns, o que dificulta a prática diária das pessoas que estão utilizando o espaço para se locomover, sentar, esperar, permanecer em pé.

A importância do público na Avenida é real, são eles que trazem à tona as necessidades e deficiências encontradas, ao utilizar o espaço em sua totalidade, além de proporcionarem um clima de encontro e trocas de experiências. Portanto, nesta pesquisa foi possível ampliar a visão relacionada à importância da coexistência entre formal e informal, e dessa forma pudemos lançar um olhar para o outro lado da cidade, das pessoas que utilizam o espaço e o transporte público, que se locomovem por grandes distâncias para prática do trabalho diário, aqueles que persistem em um local, apesar de inúmeras formas excludentes que se formam nas cidades atuais, projetos e intervenções que não reforçam a memória e a cultura local, muito pelo contrário.

Enxergamos como somos pequenos, diante de um mundo de tantas facetas, tantas lutas diárias, tantos encontros. Nas palavras de Maricato (2013, p.165),

A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária.

Por essas razões, espera-se que a presente pesquisa traga a reflexão quanto a função dos arquitetos e urbanistas ao produzirem as cidades. Faz-se necessário para tal, rever valores e praticar a empatia, para que, assim, a cidade não se torne mero objeto do mercado e que não deixem se apagar suas características mais valiosas.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8ª Ed., Petrópolis, RJ, Vozes editora: 2013.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas: relações entre corpo e cidade**.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 4ª Ed., 1967.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3 ed. Perspectiva Editora, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: Edufra: 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: 2001.

JACQUES, Paola Berenstein. **Experiência errática**. Texto comunicações feitas em Seminários ocorridos em 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética das favelas**.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias Urbanas**. 2008.

SALES, Lindemberg de Albuquerque. **O Processo de Verticalização e seus problemas no bairro de Manaíra , João Pessoa-PB**. 2014

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

**COMUNICAÇÃO VISUAL NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA:** estudo de caso da rua Duque de Caxias e da rua Josefa Taveira na cidade de João Pessoa – PB

Maria Raissa Costa Chaves<sup>1</sup>  
Alessandra Soares de Moura<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre arquitetura, elementos de comunicação visual e paisagem urbana, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos elementos de comunicação visual presentes em trechos das principais vias de comércio popular da cidade de João Pessoa, a rua Duque de Caxias e a rua Josefa Taveira, a fim de responder o seguinte questionamento: como os meios de comunicação visual atuam na construção da paisagem urbana? A metodologia utilizada tem como critério de análise a quantidade, a dimensão, a densidade, a localização e os tipos de comunicação visual e tem como suporte um conjunto de ferramentas de análise da apreensão visual, como a realização de fotomontagem, mapa de palavras, visão serial e diário de bordo. A partir da análise observa-se a presença de poluição visual em determinados lugares da cidade e o que leva à construção de uma paisagem de tal forma e que a comunicação visual interfere diretamente na construção da paisagem e, quando não há controle, eles são geradores de poluição visual, modificando e descaracterizando a paisagem, a identidade do local e a relação das pessoas com eles e com a arquitetura.

**Palavras-Chaves:** paisagem urbana; comunicação visual; João Pessoa; Rua Duque de Caxias; Rua Josefa Taveira.

## ABSTRACT

*This work investigates the relationship between architecture, visual communication elements and urban landscape, from a quantitative and qualitative analysis of visual communication elements present in stretches of the main trade routes of the city of João Pessoa, the Rua Duque de Caxias and Josefa Taveira, in order to answer the following question: as a means of visual communication act in the construction of the urban landscape? The methodology used has as a criterion for analysing the quantity, size, density, location and types of visual communication and is supported by a set of analysis tools of visual apprehension, as the realization of photomontage, map of words, product serial and logbook. From the analysis it is observed the presence of visual pollution in certain places of the city and which leads to the construction of a landscape in such a way that the visual communication interferes directly in the construction of the landscape, and when there is no control, they are generators of visual pollution, modifying and decharacterizing the landscape, the identity of the site and the relationship of people with them and with the architecture.*

**KEYWORDS:** urban landscape; visual communication; João Pessoa; Street Duque de Caxias; Street Josefa Taveira.

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso e se propõe investigar a relação entre arquitetura, elementos de comunicação visual e paisagem urbana, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos elementos de comunicação visual presentes nos trechos das vias escolhidas da cidade de João Pessoa- PB. Deve-se entender que a comunicação visual está relacionada a todo canal de comunicação que se utiliza de componentes visuais, como símbolos, imagens, fotografias e vídeos. Segundo Cruz (2018), a comunicação visual está presente no contexto da sociedade contemporânea, a ponto de, na maioria das vezes, passar despercebida pelas pessoas, pois não somente a publicidade a utiliza, mas também as artes urbanas, como grafismos, esculturas e instalações artísticas, bem como os elementos essenciais ao funcionamento das cidades, como placas sinalizadoras de trânsito e semáforos.

Atualmente a comunicação visual é uma problemática na construção da paisagem urbana, pois nas áreas comerciais das cidades, a competição pelo olhar do transeunte muitas vezes resulta em uma paisagem repleta de elementos geradores de poluição visual, que corresponde ao uso excessivo (quantidade) e de forma desordenada (qualidade) de elementos (TINOCO et al., 2009, p. 6), isso porque a comunicação visual, como a publicidade exterior, utiliza a paisagem urbana como um veículo para mostrar anúncios e informações, ao qual as pessoas se expõem compulsoriamente, diferentemente dos meios de comunicação de massa, como a televisão, rádio, revista, internet, livros e cinema.

Uma vez que a interferência da comunicação visual na paisagem urbana não é exclusividade das grandes cidades, é de significativa relevância analisar como se dá essa interferência e como é a relação entre comunicação visual e rua em cidades de médio porte, a exemplo de João Pessoa. Por isso, o foco dessa pesquisa é compreender como a qualidade e a quantidade de meios de comunicação visual atuam na construção da paisagem urbana das ruas Duque de Caxias, localizada no bairro do Centro, e na rua Josefa Taveira, localizada no bairro de Mangabeira, as duas vias na cidade de João Pessoa. Para isso, partiu-se de cinco critérios de análise da legibilidade da paisagem urbana: quantidade, dimensão, densidade, localização e tipos, para então adotar um conjunto de ferramentas de apreensão visual que resultaram em três instrumentos: [1] fotomontagem, [2] mapa de palavras e [3] visão serial.

A **[1] fotomontagem** é o resultado de uma composição fotográfica com retratos das fachadas dos trechos de estudo, no qual todos os elementos referentes à comunicação visual serão evidenciados com o uso da cor amarela, com o objetivo de evidenciar a **quantidade**, os **tipos** e a **localização** de elementos de comunicação visual. A fotomontagem foi baseada em uma intervenção, nomeada *Delete!*, realizada por dois artistas plásticos na cidade de Viena no ano de 2005. A partir do **[2] mapa de palavras** será possível identificar a **dimensão** dos elementos de comunicação visual ao longo do trecho e as relações de proporção entre eles, e a **densidade**, avaliando onde há maior e menor concentração desses elementos. O mapa consiste em uma planta baixa do trecho estudado com palavras relacionadas a publicidade exterior presente no espaço, sendo representada proporcional ao tamanho real, tendo como base uma escala gráfica. A **[3] visão serial** são percepções sequenciais dos espaços urbanos do ponto de vista do observador (pedestre/motorista), que tem como objetivo analisar a **relação do observador com os elementos de comunicação visual** inseridos na paisagem, verificar a **legibilidade** do lugar, pelo modo como o observador em movimento compreende ou percebe o espaço, bem como a **funcionalidade**, indicando a presença de situações problemáticas, como, por exemplo, a obstrução de calçadas, que exigem maior esforço para o deslocamento do observador.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### Elementos de comunicação visual, paisagem urbana e a cidade

O espaço urbano é resultado de uma sociedade em constante transformação e a paisagem faz parte desse espaço, sendo produto da história e da mudança do tempo. O meio urbano de uma cidade é produzido e alterado pelo homem diariamente, logo, assim como a cidade, a paisagem urbana é dinâmica e fruto das ações humanas nesse local. Devido ao caráter multidimensional da paisagem urbana, há diversas possibilidades de análise. Neste trabalho a análise da paisagem tem como foco os aspectos comunicacionais e informacionais da paisagem.

No decreto nº 4/2005 da Convenção Europeia da Paisagem, é dito que: “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos. ”

(2005, p.2). Segundo Santos (2000 apud Moura, 2011), a paisagem é um produto de heranças que são caracterizadas pela relação entre homem e meio, com elementos históricos inseridos no tempo, sempre em contínua transformação. Cullen (2006), aborda a paisagem urbana como a arte de tornar coerente e organizado, visualmente a grande quantidade de elementos presentes na paisagem, como edifícios, ruas e espaços do meio urbano. No entanto, a paisagem urbana não se resume apenas aos elementos que nela estão inseridos, o significado e a representatividade da paisagem devem ser levados em consideração tanto quanto os aspectos formais dos elementos que a compõem, pois, a percepção de cada indivíduo também constrói a identidade do local.

A paisagem pode ser definida como um conjunto de elementos que agrupados constituem um todo: a configuração da cidade. A cidade, conseqüentemente a sua paisagem, sofre, pela ação do homem, processos de adição ou subtração em sua estrutura, mediante as necessidades de cada tempo, onde o controle sobre o crescimento e expansão do espaço são parciais e resultam numa sucessão de fases, em constante continuidade.

Segundo Lacerda (2010), comunicação visual é o termo utilizado para a designação de um agregado de imagens visuais bidimensionais, ao qual estamos expostos diariamente, independente de nossa escolha. Essas imagens são carregadas de informações ou ideias publicitárias com diferentes tipos de mensagens e funções que têm cartazes, símbolos, instruções, publicidade, etc. como suporte de comunicação. A comunicação visual é parte fundamental da cidade, pois, além de agregar valor ao ambiente dando vitalidade à cidade (CULLEN, 1996), ela executa o papel de emitir mensagens de orientação do comportamento no espaço público, logo ela afeta a percepção e cognição das pessoas em relação ao espaço urbano.

No entanto, o excesso de estímulos e mensagens dos elementos de comunicação causa, além de poluição visual, a desorientação do transeunte e motorista no espaço, pois não é possível compreender todas as informações presentes no local e, conseqüentemente, a cidade torna-se incompreensível (CAUDURO, 1992).

Outro problema na paisagem urbana, resultante da saturação desse artifício, na disputa por atenção e destaque, dentro de um ambiente majoritariamente comercial, é a substituição do objeto arquitetônico, por uma imagem publicitária.

A construção tende a virar só fachada, painel liso onde são fixados inscrições e elementos decorativos, para serem vistos por quem passa correndo pela auto-estrada. Ocorre uma superficialização do prédio: por trás da fachada ele é um simples galpão igual a todos os outros” (NÓBREGA; DUARTE, 2009, p. 229 apud PEIXOTO, 1990, p. 362).

Tal ato é o que se entende por poluição visual, que corresponde à limitação da percepção do espaço urbano pelo cidadão, contribuindo para a deterioração da cidade. Essa situação de grande sobrecarga visual prejudica diretamente o pedestre e a legibilidade da paisagem, pois há a perda de referências urbanas, históricas e culturais da cidade (CASARIN, 2007).

## A Rua Duque de Caxias e a Avenida Josefa Taveira

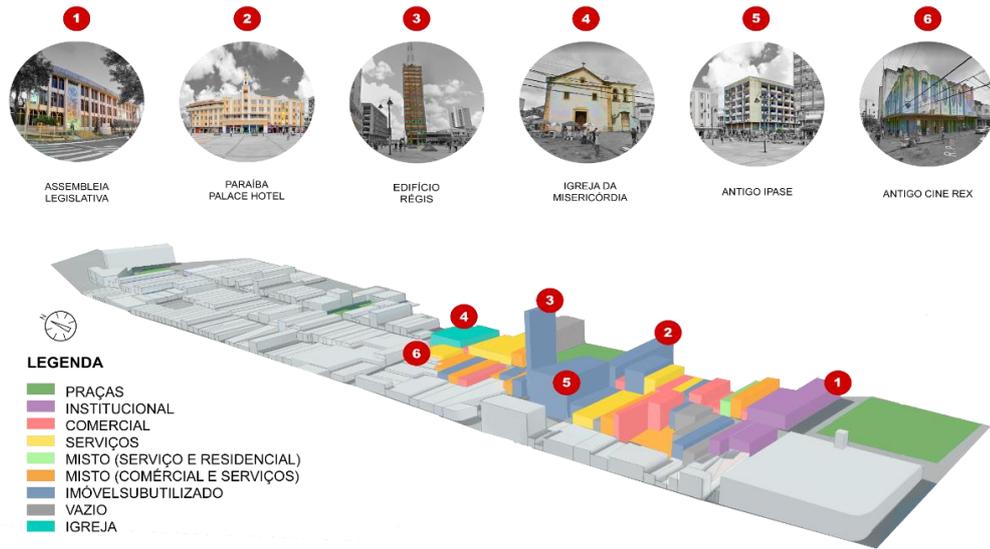
- *2.1 Caso 1. Via Duque de Caxias: Principal centro comercial*

A rua Duque de Caxias, escolhida como cenário de estudo, está localizada no bairro do Centro, na porção oeste da cidade de João Pessoa – PB. Atualmente é caracterizada por fazer parte do principal centro comercial popular da cidade. O trecho de estudo é delimitado pela Assembleia Legislativa da Paraíba e pela Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, respectivamente número 1 e 4 da figura 1, que corresponde ao trecho da rua destinado apenas a circulação de pedestres e é dividido em cinco quadras, as quais não apresentam padrão uniforme.

A partir do mapa de uso e ocupação em 3D (figura 1) é possível observar que a rua Duque de Caxias apresenta em sua paisagem a predominância de construções antigas de aspecto provinciano do período da colonização Portuguesa na cidade, mas também possui edificações de diferentes momentos históricos e alguns marcos da rua e da cidade. A presença de uma densidade histórica e diversidade de estilos arquitetônicos resulta em uma complexidade paisagística diferente, essa complexidade é definida a partir das ações humanas no espaço, que vão realizando suas interferências na paisagem, imprimindo suas culturas, costumes e tecnologias e assim modificando e construindo a história do lugar. Essa coabitação de interferências novas e antigas é definida pelo geógrafo Santos (2012) como **rugosidade**.

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012, p. 140 apud SABINO; SIMÕES, 2013, p. 3).

Figura 01: Perspectiva de uso e ocupação do solo da rua Duque de Caxias.



Fonte: Modelo eletrônico 3D de Deyse Sousa, adaptado pela autora, 2019.

Por meio da **fotomontagem**, verificou-se ao longo do trecho, a presença de 100 publicidades, das quais 75 estão localizadas no lado oeste do trecho e 25 estão no lado leste.

Figura 02: Mapa de fotomontagem do trecho da rua Duque de Caxias.

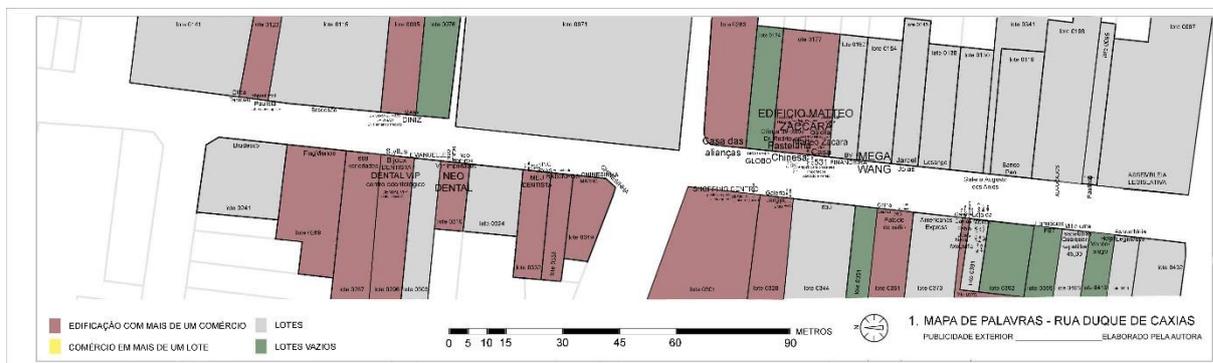


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Através do mapeamento do uso das edificações observou-se a presença de 11 edificações subutilizadas, no qual 8 desses imóveis estão localizados no lado oeste e 3 no lado leste, já os lotes considerados vazios somam 5 em todo o trecho, 4 no lado oeste e 1 no lado leste. Algumas das edificações presentes no trecho estão subdivididas em mais de um estabelecimento, isso reflete diretamente na quantidade

da publicidade exterior na fachada dos imóveis e, por conseguinte, na sobrecarga visual da paisagem urbana. Essa densidade informacional também é vista através do mapa de uso e ocupação no qual é possível analisar as dimensões das publicidades exteriores na via e a relação de proporção entre elas.

Figura 03: Mapa palavras do trecho da rua Duque de Caxias.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O **mapa de palavras** analisado juntamente com o mapa de uso e ocupação mostra a relação da quantidade de palavras com a quantidade de estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço por edifício/lote. Foi observado uma maior densidade de informações em edificações subdivididas em mais de um estabelecimento, a exemplo do lote 0177 no qual está localizado o edifício comercial Matteo Zaccara, com mais de dez anúncios publicitários na fachada.

Através da figura 3 percebe-se, em alguns pontos da via, a presença de publicidade exterior superdimensionada para a escala do pedestre, o que muitas vezes resulta no encobrimento da fachada da edificação pelo elemento publicitário acentuando a relação problemática entre publicidade e arquitetura.

A partir da definição de Lynch (1982) sobre marcos, foram encontrados na paisagem dois elementos referenciais, o Ponto de Cem Réis e o Túnel Damásio Barbosa da Franca, que se destacam na paisagem devido a sua função e dimensão, funcionando como referência local. A publicidade exterior, em alguns casos, também pode ser considerada como um marco, um exemplo está no estabelecimento que ocupa o lote 0130, no qual o destaque do estabelecimento não se dá devido a um grande letreiro e sim pelo uso da cor vibrante que envolve toda a edificação.

A característica mais marcante da rua Duque de Caxias é o fato de estar localizada em um bairro histórico da cidade, com grande presença de edifícios que

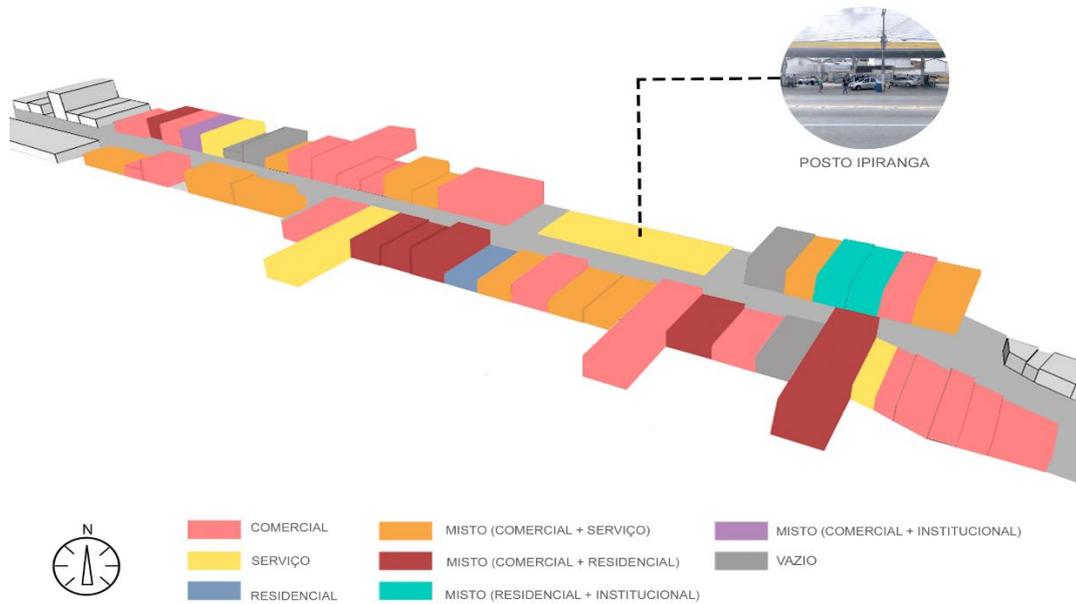
revelam a história de diferentes períodos. Isso resulta em uma paisagem rica em elementos e informações visuais, que confere a ela uma paisagem complexa, devido a sua rugosidade que acentua os significados da paisagem e interfere diretamente na sua imagem. Essa rugosidade é benéfica, pois, a fim de preservar os elementos que compõem a história local, há leis específicas com normativas mais rígidas, não apenas em relação a publicidade, mas também levando em consideração a manutenção das características formais de cada edifício, que resulta em uma paisagem com menos poluição visual.

- *2.2 Caso 2. Via Josefa Taveira: Nova centralidade*

A rua Josefa Taveira, escolhida como cenário de estudo, está localizada no bairro de Mangabeira e é considerado um subcentro da capital pessoense, pois reproduz boa parte dos serviços ofertados pelo centro da cidade, sendo assim, responsável por viabilizar a economia local e sendo marcado como uma nova centralidade. Surgiu como uma alternativa ao principal centro comercial da capital, devido a distância entre centro e periferia, caracterizando-se, desta forma, como um importante subcentro local. É a principal via do bairro mais populoso de João Pessoa, fato que intensifica a importância de sua abordagem. O trecho escolhido está delimitado pelo seu encontro com a rua Srg. Miguel Moreno até o seu encontro com a rua Everaldo Gonçalves do Nascimento. Está dividido em seis quadras, as quais apresentam padrão uniforme, possuindo uma forma regular com lotes longos e testadas menores, alternando entre quadras estreitas e quadras compridas, com a presença de lotes estreitos.

A partir do mapa de uso e ocupação em 3D (figura 4) é possível observar que diferentemente do caso 1, o trecho da rua Josefa Taveira é dotado de monotonia, pois nele faltam elementos que rompam o gabarito, os lotes iguais conferem um padrão às edificações e a falta da densidade histórica impacta na relação dos imóveis com os tipos de comunicação visual, tornando-a mais conflituosa.

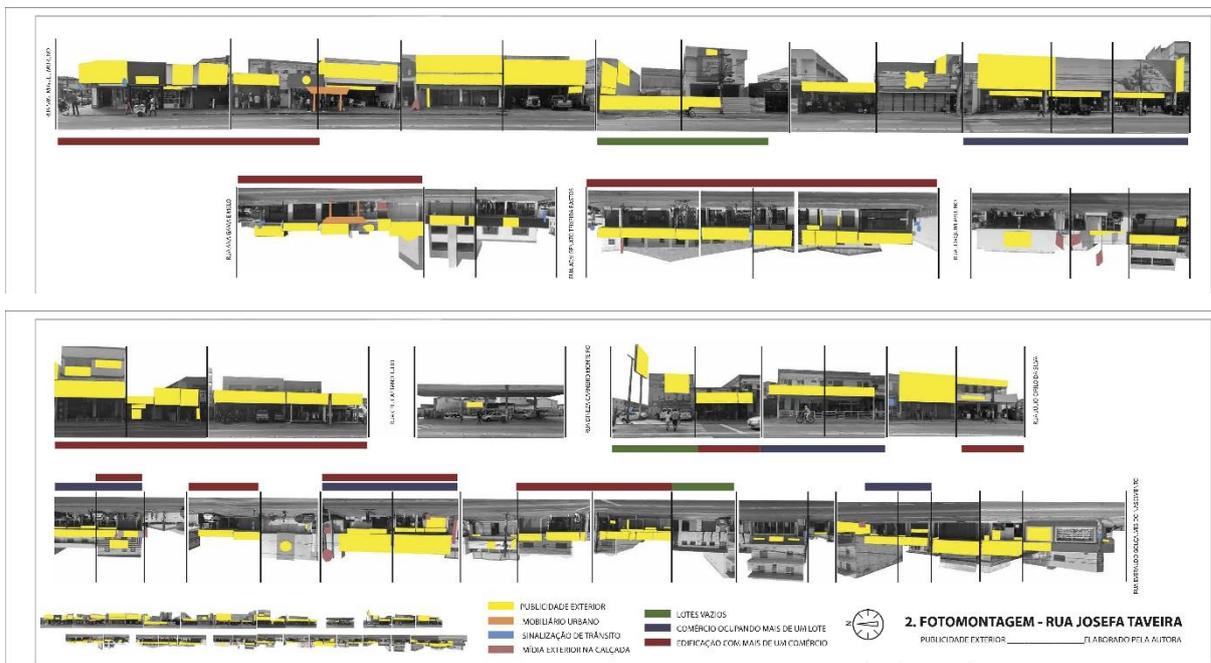
Figura 04: Perspectiva de uso e ocupação do solo da rua Josefa Taveira.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Por meio da **fotomontagem**, verificou-se ao longo do trecho, a presença de 133 publicidades, das quais 85 estão localizadas no lado oeste do trecho e 48 estão no lado leste.

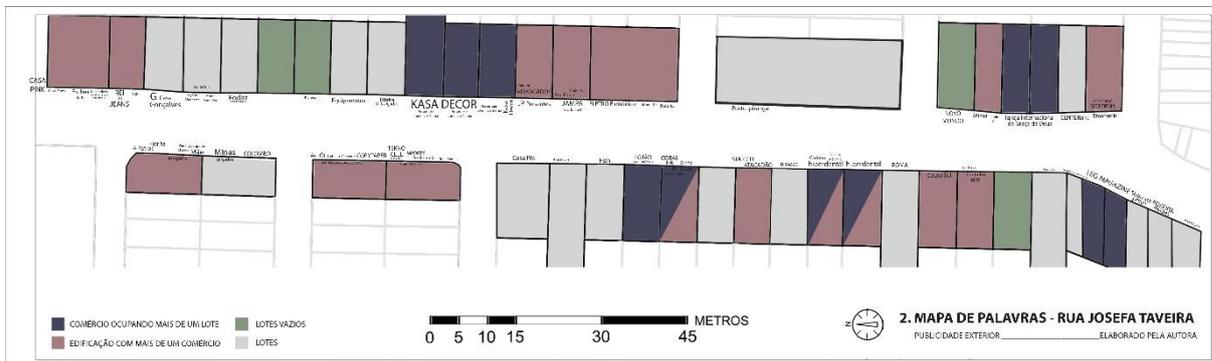
Figura 05: Mapa de fotomontagem do trecho da rua Josefa Taveira.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir do mapeamento do uso das edificações observou-se que não havia nenhum lote em situação de subutilização e que somam 4 os lotes considerados vazios em todo o trecho, sendo 1 no lado oeste e 3 no lado leste, indicando uma boa ocupação da rua. A maioria dos lotes estão subdivididos em mais de um estabelecimento e por consequência a paisagem desse trecho possui grande sobrecarga visual. Observa-se que alguns estabelecimentos ocupam mais de um lote, no lado oeste da via, há 3 estabelecimentos ocupando dois lotes cada e no lado leste, há 2 estabelecimentos ocupando mais de um lote. Em alguns casos, o estabelecimento que ocupa mais de um lote ainda divide esse terreno com outros estabelecimentos de comércio e serviço.

Figura 06: Mapa de palavras do trecho da rua Josefa Taveira.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Assim como na fotomontagem, através do **mapa de palavras** também é possível perceber a quantidade de publicidade na via e a quantidade por lote. Foi observado uma maior densidade de informações em edificações subdivididas em mais de um estabelecimento, que estão sobrecarregados de elementos publicitários, induzida pela competição pelo olhar. Assim como na rua Duque de Caxias, além da relação entre quantidade e densidade, podemos perceber a existência da problemática da relação conflituosa entre publicidade e arquitetura, no qual o elemento arquitetônico é encoberto pela publicidade a ponto de não ser mais possível visualizar a arquitetura. O encobrimento da arquitetura pelo elemento publicitário ocorre na maioria das edificações do trecho analisado, principalmente em lotes com a concentração de vários estabelecimentos, onde há uma pequena superfície dando suporte à intensa disputa por visibilidade.

Na rua Josefa Taveira, há algumas publicidades superdimensionadas, principalmente devido ao fato de que, além de pedestres, essa informação publicitária também deve alcançar o motorista. O uso de diferentes tamanhos de comunicação visual acontece devido aos tempos das experiências em cada modalidade. No veículo, ocorre uma experiência parcialmente desatenta, cuja visão é filtrada, em consequência do movimento, enquanto, como pedestre, a permanência no espaço é maior, com uma experiência completa, sendo possível usar as sensações corporais para a percepção do espaço, e não apenas a partir de uma visão parcial.

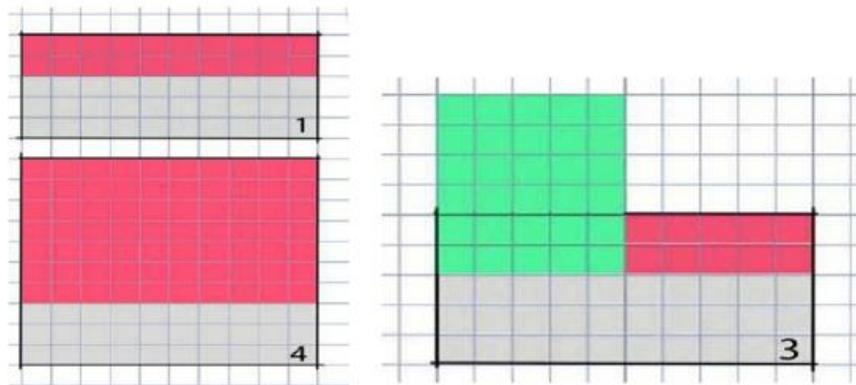
Por fim a escala do elemento de comunicação está diretamente relacionada com o tempo da experiência no meio urbano, quanto menor o tempo (veículo), mais chamativo será o anúncio informativo. Tal estratégia contribui para o aumento da densidade da paisagem e, conseqüentemente da sua qualidade visual. Logo, a escala do elemento de comunicação está diretamente relacionada com o tempo da experiência no meio urbano, quanto menor o tempo (veículo), mais chamativo será o anúncio informativo. Tal estratégia contribui para o aumento da densidade da paisagem e, conseqüentemente prejudica a sua qualidade visual. O superdimensionamento da publicidade, além de interferir na qualidade visual da paisagem, encobre e achata a edificação, tira o caráter de elemento tridimensional e solto do lote que o modernismo coloca. Isso faz com que a paisagem da rua se torne genérica, sem identidade, podendo ser a paisagem de uma rua de João Pessoa ou de outra cidade.

Uma problemática observada na rua Josefa Taveira é a relação entre o público e o privado com a privatização das calçadas por elementos de publicidade. Na rua analisada, a competição pelo espaço visual é tamanha, a ponto de não ser suficiente a utilização de elementos publicitários para a divulgação e a atração dos clientes, os comerciantes veem a necessidade de expor o produto além da vitrine, com isso ocorre a privatização da calçada por elementos de publicidade, onde a relação entre público e privado não fica mais tão clara, descaracterizando o meio urbano.

Outro fenômeno presente nesse trecho de estudo é a planificação das edificações, no qual o espaço está a serviço do programa, ele se resume em uma edificação genérica, onde se aplicam os símbolos e o edifício perde o caráter tridimensional ao ter sua fachada encoberta pela publicidade exterior. A inserção na

fachada do edifício de uma grande placa que seja suficientemente grande para atrair a atenção dos veículos que transitam pela rua é uma das principais causas da planificação das edificações. Levando em consideração que não é uma característica isolada, mas sim um padrão no trecho estudado, essa atitude acaba resultando na planificação de toda a paisagem e em virtude disso, gerando uma paisagem genérica. A paisagem se torna genérica, porque a inserção de elementos publicitários encobre as qualidades arquitetônicas do edifício, passando a resumir a edificação em uma fachada, e um anúncio publicitário.

Figura 07. Padrões de fachadas encontradas na rua Josefa Taveira, definidos segundo a relação entre publicidade ao ar livre e edificação, evidenciando a planificação dessas.



Fonte: Moura, 2011.

As edificações encontradas no trecho da Josefa Taveira são designadas por Venturi, Brown e Izenour (2003) como galpões decorados, e consistem em arquiteturas banais, do modo como são construídas, com a publicidade exterior assumindo o papel iconográfico da arquitetura. Edificações tipo galpão decorado em conjunto compõem uma paisagem com ausência de identidade, pois nela não há rugosidade, não há elementos que caracterizem o espaço, com referências culturais, históricas e/ou tecnológicas. Torna-se uma paisagem genérica e apática, que pode ter sido retirada de qualquer outro lugar.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a estudar a relação entre comunicação visual e cidade, analisando o comportamento dos meios de comunicação visual na paisagem urbana. Para a realização da pesquisa foram escolhidos dois cenários de estudo que

desempenham a mesma função, no entanto, surgiram em diferentes contextos, a rua Duque de Caxias e a rua Josefa Taveira. As duas vias são destinadas ao comércio popular e estão localizadas na cidade de João Pessoa, tendo como diferença que a Duque de Caxias permite apenas o tráfego de pedestres, enquanto na via Josefa Taveira transitam pedestres e veículos. Para a realização da análise da relação entre os elementos de comunicação visual e a paisagem foram estabelecidos cinco critérios de análise: quantidade, dimensão, densidade, localização e tipos. Quatro instrumentos metodológicos foram utilizados como ferramenta de análise: fotomontagem, mapa de palavras, visão serial e diário de bordo.

A análise realizada no presente trabalho serviu para compreender que (1) há poluição visual em determinados lugares da cidade e o que leva à construção de uma paisagem de tal forma; (2) que quantidade, densidade e uso e ocupação estão relacionados; (3) há maior sobrecarga visual em lotes subdivididos em mais de um estabelecimento; (4) o uso de legislações específicas para cada local muda a relação da publicidade com a paisagem, gerando um ambiente menos poluído visualmente; (5) o encobrimento da arquitetura por elementos publicitários e o uso excessivo e desordenado da publicidade tendem a gerar espaços genéricos.

Assim, chega-se à conclusão que o contexto de cada ambiente deve ser levado em consideração no estudo de cada paisagem e da sua relação com os elementos que a compõem. Os itens de comunicação visual interferem de forma excessiva na construção da paisagem e, quando não há controle, eles são geradores de poluição visual, modificando e descaracterizando a paisagem, a identidade do local e a relação das pessoas com eles e com a arquitetura.

## REFERÊNCIAS

CASARIN, Vanessa. **A mídia externa e o ambiente construído na paisagem urbana: um estudo de caso**. Florianópolis, 2007. 180p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2007.

CAUDURO, João Carlos. **Design & ambiente**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1992.

CRUZ, Luciana. **Comunicação Visual**. Disponível em: < [know.net/cienceconempr/marketing/comunicacao-visual](http://know.net/cienceconempr/marketing/comunicacao-visual)>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Decreto nº 4/2005, **Convenção Europeia da Paisagem, Florença** em 20 de outubro de 2000.

JOÃO PESSOA. Lei Complementar, nº 07, de agosto de 1995. **Institui o Código de Posturas do município de João Pessoa e dá outras providências**. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), João Pessoa, 1995.

LACERDA, Antônio. **O Paradigma da Comunicação Visual e dos Signos Identificadores e na Sociedade Contemporânea**. Actas de Diseño, Buenos Aires, v. 9. p. 161-165. Jul, 2010.

LYNCH, K. A **Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MOURA, Alessandra Soares de. **Publicidade: a cidade como suporte da mídia exterior. O caso da Avenida Josefa Taveira e da Rodovia Pedro Gondim (BR230)**. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2011.

NÓBREGA, Maria de L. C. da C.; DUARTE, Clarissa. Publicidade e Identidade na Arquitetura do Espaço Público Urbano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 223-233. Dez, 2009.

SÃO PAULO (SP). Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006. **Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de São Paulo**. Secretaria do Governo Municipal, São Paulo, 2006.

TINOCO, A. et al. **Comunicação Visual Urbana**. Porto Alegre, 2009.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. Editora Cosac Naify, 2003.

## FELICIDADE É PRESERVAR MEMÓRIAS: um estudo de caso do estado de conservação do edifício sede do IPASE

Mariana Costa Tavares De Melo<sup>1</sup>  
Anne Camila Cesar Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

As edificações necessitam de cuidados ao longo dos anos, para que alcance um envelhecimento com qualidade. Além disso, os problemas com a conservação e manutenção das construções não interfere só no seu produto, reflete e desequilibra todo o entorno que está inserido. Embasado nesse cenário, o objetivo geral deste artigo é analisar o estado de conservação de uma edificação do período da arquitetura moderna, o edifício sede do IPASE, marco do início da verticalização das construções de João Pessoa. O método de pesquisa foi dividido em três etapas. Inicialmente foi realizado o estudo bibliográfico, a segunda etapa envolveu o estudo de caso. E na etapa final foi realizada uma análise dos resultados, com base no diagnóstico da edificação estudada, levando-se em consideração os ciclos de aprendizagem que aconteceram entre as pesquisas, assim como a revisão bibliográfica efetuada durante todo o trabalho.

**Palavras-chaves:** edificações modernas, patrimônio, conservação, diagnóstico, inspeção predial.

### ABSTRACT

*Buildings need care over the years to achieve quality aging. In addition, the problems with the conservation and maintenance of buildings not only interfere with your product, it reflects and unbalances the entire surrounding area. Based on this scenario, the general objective of this paper is to analyze the state of conservation of a building from the period of modern architecture, the IPASE headquarters building, the beginning of the verticalization of João Pessoa's buildings. The search method was divided into three steps. Initially the bibliographic study was performed, the second step involved the case study. And in the final stage, an analysis of the results was performed, based on the diagnosis of the studied building, taking into account the learning cycles that took place between the researches, as well as the bibliographic review made throughout the work..z*

**Keywords:** modern buildings, heritage, conservation, diagnosis, building inspection.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo passamos por diversas transformações: históricas, filosóficas, econômicas, políticas e sociais, e todas elas deixam uma herança. Como resultado deste percurso, um dos fenômenos mais relevantes é o envelhecimento

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

acelerado. Ele se manifesta no decorrer dos anos em virtude das inúmeras atividades realizadas e seus desgastes, das novas tecnologias, que se tornam obsoletas e se renovam cada dia mais rápido, e pelo desejo de atender os anseios particulares e comunitários de forma imediata. Portanto, a sociedade busca metodologias para uma melhor relação com este envelhecimento de forma sadia.

Diante deste cenário, o presente artigo, denominado “Felicidade é preservar memórias: Um estudo de caso do estado de conservação do edifício sede do IPASE”, apresenta como tema central a conservação das edificações. Para tanto, a pesquisa visa analisar o estado de preservação de uma edificação do período da arquitetura moderna em João Pessoa, o edifício sede do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE.

Além de conservar a memória, a preocupação com a forma na qual esses imóveis estão se desgastando é também uma questão de segurança. Não é incomum encontrar notícias cada vez mais recorrentes sobre acidentes em edificações. Segundo a Câmara de Inspeção Predial do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias em Engenharia - IBAPE/SP, em 2009, 66% dos acidentes prediais, em edificações com mais de trinta anos, foi por falha ou falta de manutenção e uso. Esse dado alerta que o desgaste de uma edificação passa principalmente pelo risco que envolve tanto a edificação em si, como o usuário direto e o seu entorno. O que leva a uma pergunta simples de resposta complexa: “Você está seguro?” e “Já parou para pensar no imóvel onde você mora, trabalha e se diverte, está em boas condições?”.

Mediante o envelhecimento das edificações e buscando um meio para prolongar sua vida útil, viabilizar seu uso e preservar sua memória, toma-se como referência no setor da construção civil, a engenharia diagnóstica ou “ciência da observação”, como é conhecida. Desta forma, é entendida segundo Gomide, Neto e Gullo (2015) como a arte de criar ações preventivas, por meio dos diagnósticos, prognósticos e prescrições técnicas, visando a qualidade total da edificação.

Uma das ferramentas da engenharia diagnóstica é a inspeção predial, definida como a avaliação das condições técnicas de uso e de manutenção da edificação visando orientar esta última, para fins de conservação e qualidade predial total (GOMIDE, NETO, GULLO, 2015).

Em alguns países da Europa, por exemplo, que apresentam edificações com a idade mais avançada, manter o patrimônio imobiliário em boas condições de uso é

uma questão cultural e rotineira. A contratação dos serviços de inspeção predial para elaboração de um plano de manutenção é realizada naturalmente, demonstrando a consolidação desta atividade nestes países. Isto pode ser observado na Tabela 1, que mostra os gastos relativos à manutenção e reparos. Em algumas localidades, chega até a ultrapassar o valor da própria construção. Ademais, as edificações possuem um papel fundamental na construção das cidades e caracterizam uma parcela importante da memória de uma sociedade.

**Tabela 1 - Gastos com reparo e manutenção em alguns países**

País	Gastos com construções novas	Gastos com manutenção e reparo
<b>França</b>	85,6 bilhões de euros (52%)	79,6 bilhões de euros (48%)
<b>Alemanha</b>	99,7 bilhões de euros (50%)	99,0 bilhões de euros (50%)
<b>Itália</b>	58,6 bilhões de euros (43%)	76,8 bilhões de euros (57%)
<b>Reino Unido</b>	60,7 bilhões de euros (50%)	61,2 bilhões de euros (52%)

Observação: Os dados se referem ao ano de 2004, exceto no caso da Itália do ano de 2002.

Fonte: Adaptado pela autora MEDEIROS; HELENE; (2009)

Já no Brasil, país relativamente “jovem” que, segundo Martine e McGranahan (2010), sofreu na segunda metade do século vinte, uma das mais aceleradas transições urbanas da história mundial, assim esta cultura de durabilidade ainda é pouco cultivada.

A prática da manutenção brasileira, atualmente, está focada em consertar o que está quebrado, sem a disponibilização de recursos necessários à implantação de plano de atividades particularizado a cada empreendimento, o qual deveria considerar alguns pontos fundamentais para o sucesso do programa de manutenção, quais sejam: vida transcorrida das instalações, tipos e frequências de uso, horas de funcionamento de máquinas e equipamentos, operacionalidade e perdas de desempenho. (GOMIDE; PUJADAS; NETO, 2006 apud VILLANUEVA, 2015.)

Ainda que o tema seja relativamente novo no Brasil, com as primeiras menções em 1999 (IBAPE/SP, 2012), alguns municípios possuem leis específicas sobre o assunto. No município de João Pessoa, encontra-se na Câmara aguardando publicação, o projeto de lei nº 11.945/2010, ainda não sancionada. Essa proposta sofreu recentemente modificações na sua versão original. Um dos acréscimos feitos foi a periodicidade da inspeção predial, seguindo a lógica de quanto mais antigo o imóvel, menor o espaço temporal entre as análises. Por exemplo: em edificações com 50 (cinquenta) anos ou mais, a inspeção deve ocorrer anualmente, como pode ser visto no Quadro 1 abaixo:

**Quadro 1 - Periodicidade de inspeção predial de acordo com idade estabelecida na minuta de modificação da projeto de lei nº 11.945/2010**

<b>Idade</b>	<b>Periodicidade</b>
Edificações com mais de 50 (cinquenta) anos	Anualmente
Edificações entre 31 (trinta e um) e 50 (cinquenta) anos	A cada 2 (dois) anos
Edificações entre 21 (vinte e um) e 30 (trinta) anos	A cada 3 (três) anos
Edificações com até 20 (vinte) anos	A cada 5 (cinco) anos

Fonte: Projeto de lei nº 11.945/2010

Quanto ao processo metodológico o trabalho está dividido em três grandes fases: bibliográfica, o estudo de caso e resultados do diagnóstico. A fase bibliográfica tem como objetivo principal a aprendizagem em relação ao contexto do período da arquitetura moderna e a edificação objeto de estudo.

Durante a fase de desenvolvimento apresenta-se o diagnóstico da edificação. Utilizando um método híbrido partindo dos pressupostos relacionados à inspeção predial foram criadas outras categorias de análises cruzada, atendendo aos itens de significância cultural como critério igualmente norteador, somados ao atendimento as normas pertinentes a discussão.

Por último, foi efetuada a etapa de equalização de resultados do diagnóstico, com base nos dados da construção estudada, baseado nos ciclos de aprendizagem que aconteceram entre os estudos, assim como a revisão bibliográfica efetuada durante toda a pesquisa.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **A preservação da arquitetura moderna**

A preservação da arquitetura moderna de acordo com Moreira (2011) possui alguns desafios específicos, somados aos já pertinentes a de uma conservação, são eles: a dificuldade encontrar novos usos, pela funcionalidade característica do período; os materiais utilizados, já que nessa época introduziu novos materiais sem tradição construtiva; o próprio sistema de infraestrutura que geralmente encontra-se problemas para adequação; ausência de cultura de manutenção; aceitação da pátina nos edifícios modernos já que os sinais de envelhecimento não foram compreendidos como valor; problemas existentes no reconhecimento e tombamento.

Segundo Amorim (2007 apud CHAVES, 2011), o avanço do mercado imobiliário, a passos largos e muito mais voraz que o registro e mapeamento desses patrimônios, torna a sua morte anunciada. Logo a proposta de enfrentamento com urgência desse patrimônio para resgate deste período histórico é fundamental.

Nossas sociedades ainda não consolidaram a ideia de que a arquitetura moderna é um produto cultural e de que deve ser protegida para as futuras gerações. O reconhecimento de um edifício como um bem cultural de uma comunidade leva certo tempo. Muitos edifícios modernos estão sob o risco de descaracterização ou demolição, mas muitos deles ainda não tiveram seus valores reconhecidos pela sociedade. Como Richard Longstreth advertiu: “Nós não podemos nos dar ao luxo de perder coisas que nós nem conhecemos bem ainda” (LONGSTRETH, 1995, p.i; 16).(MOREIRA, 2011).

Incluindo a isso, o anseio por modernidade, no sentido, de novo, acaba por cultivar a cultura do “construir do zero”, ao invés de manter, conservar nossas edificações existentes. Observa-se que os construtores trazem o conceito utilizado em outras áreas, a exemplo, a obsolescência horizontal. Essa prática se trata de uma relação de consumo na qual o produto é considerado “ultrapassado”. Seja pela queda da utilidade, ou porque o fornecedor não lhe dá as características necessárias, para então lançar um “novo” produto logo mais (CORNETTA, 2016), como acontece comumente com os eletrodomésticos e eletrônicos.

### **O edifício sede do IPASE**

Construído no período da arquitetura moderna, no ano de 1949 (PERREIRA, 2008), esse empreendimento não é apenas um marco pelo seu gabarito há época. Esse foi um balizador da “modernidade” da capital da Paraíba e sinalizou o progresso local. Mais também por ser a primeira edificação na cidade a usar a estrutura independente (CHAVES, 2008), ou seja, com vedações sem função estrutural, o que proporciona uma maior liberdade na planta, na fachada e carga na coberta.

O prédio objeto de estudo está localizado a leste pela Rua Duque de Caxias e a norte pela Avenida Guedes Pereira – Centro – João Pessoa-PB. Contendo um bloco com 10 pavimentos, sendo subsolo, térreo, mezanino, seis pavimentos tipo e coberta. Na edificação podem ser identificados vários aspectos da arquitetura moderna, marcados por um dos principais atores dessa época, Le Corbusier:

A planta livre, a fachada independente (proporcionados pela estrutura em concreto armado), janelas horizontais e o uso de pilotis (embora não tenha a intenção de liberar integralmente o edifício do solo). O quinto ponto ausente é o terraço-jardim, substituído por uma cobertura de telha de fibrocimento escondida por platibanda. Outra característica do edifício em estudo que se relaciona com a arquitetura moderna é o uso de elementos que contribuem para o conforto climático. Em suas fachadas leste e norte as janelas se encontram recuadas e sobre o plano das fachadas são colocados elementos de proteção solar horizontais e verticais feitos em concreto, que criam uma grelha, cuja marcação expressa a divisão de salas no seu interior. Parte da fachada sul apresenta elementos vazados de concreto, que propiciam a ventilação e iluminação natural (PEÇANHA, GOLDFARB, TINEN, 2009).

A edificação encontra-se hoje invadida, como consta no próprio cadastro da União sob Registro Imobiliário Patrimonial nº 2051002415009. Essa situação não é exclusiva desta obra. Na lista de patrimônio da União são encontrados, no Brasil, 248 (duzentos e quarenta e oito) edificações invadidas, sendo 05 (cinco) em João Pessoa.

Outro órgão ligado a essa edificação é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba responsável pela proteção do bem. O edifício sede do IPASE está inserido em uma Área de Preservação Rigorosa – APR pelo Decreto Estadual nº 25.138/2004. É classificado, quanto ao grau de preservação, como sendo de Conservação Parcial – CP, protegido pelo Decreto Estadual nº 7.819/1978 e pela Lei nº 9.040/2009.

O pavimento térreo da edificação atualmente se encontra ocupado, em maioria, por ambulantes, conforme Figura 1. Esta apropriação se dá pelo alto potencial das ruas que o margeiam, que possuem um grande fluxo de pessoas, além de estar envolto por inúmeros serviços e comércio. Entretanto, as ocupações do piso térreo, bem como na sua calçada e na entrada, comprometem o acesso e a visibilidade da própria edificação.

**Figura 1 - Fachada do edifício sede do IPASE na Av. Guedes de Pereira**



Fonte: Autora (2019)

Os demais pavimentos estão sem aparente uso. Entretanto, na visita foi detectado que há um casal reside no primeiro pavimento da edificação. Foi ainda relatado, de maneira informal, que a edificação já chegou a abrigar mais de 100 famílias em condições insalubres.

### **Inspeção Predial**

A engenharia diagnóstica é um assunto recente e encontra-se em construção. Há pouco, (2018) os autores Gomide, Neto e Gullo, os principais pensadores e pesquisadores do Brasil da disciplina, reformularam a sua definição no livro, “Engenharia Diagnóstica em Edificações”

Engenharia diagnóstica é a disciplina das investigações técnicas (tetra in) para determinar os diagnósticos de manifestações patológicas e níveis de desempenho das construções, visando aprimorar a qualidade ou apurar responsabilidades. (GOMIDE; NETO; GULLO, 2018)

Essa matéria é composta por ferramentas, sejam elas, vistoria, inspeção, auditoria, perícia e consultoria. Diante esses instrumentos da engenharia diagnóstica, a presente pesquisa, usa como parte da metodologia a inspeção predial. Essa deve ser entendida como uma vistoria para analisar o estado de uma edificação. Inspeção predial não é manutenção. É uma ferramenta que auxilia na elaboração ou revisão do plano de manutenção e gestão predial (IBAPE/SP,2014).

Ainda, segundo NEVES; BRANCO (2009), nos países desenvolvidos, a contratação dos serviços de inspeção predial é habitual.

Nos EUA e no Canadá, é considerada como pré-requisito em qualquer transação imobiliária, sendo obrigatória a juntada do laudo de inspeção para a assinatura dos contratos. Nos prédios públicos desses países pode-se verificar o Certificado de inspeção predial nos quadros de avisos, e nos imóveis residenciais disponíveis para venda e locação, este certificado é geralmente fixado atrás da porta, permitindo em ambos os casos ao usuário ou ao futuro morador, avaliar as condições físicas e o estado de conservação destas edificações (NEVES; BRANCO, 2009).

Portanto, pode-se afirmar, segundo Silva (2015), que toda edificação dever ser submetida a uma rotina de inspeções e manutenção, de tal forma que eventuais processos de degradação sejam constatados e tratados precocemente e que o envelhecimento de seus componentes seja compatibilizado, permitindo que a vida útil de projeto da edificação seja alcançada ou até ultrapassada.

A metodologia da inspeção predial obedeceu às etapas sugerida pela norma do IBAPE/SP (2012), são elas indicadas no Quadro 2:

**Quadro 2 - Etapas com as respectivas tarefas para realização de uma inspeção predial**

<b>Etapa</b>	<b>Tarefas</b>
1	Obtenção e análise de informações sobre a edificação, como tipologia, elementos e sistemas estruturais, para a definição do nível de inspeção, definição da equipe e dos tópicos a serem inspecionados;
2	Análise de documentos;
3	Obtenção de informações junto ao responsável pela edificação;
4	Vistoria nas áreas comuns e unidades autônomas para verificação dos tópicos definidos anteriormente, com utilização de check-list previamente elaborado, e obtenção de informações com os usuários;
5	Classificação das anomalias e falhas e das não conformidades com a documentação examinada
6	Classificação e análise das anomalias e falhas quanto ao grau de risco
7	Elaboração de lista de prioridades;
8	Elaboração de recomendações técnicas; de sustentabilidade e gerais
9	Classificação do estado de conservação;

Fonte: IBAPE/SP, 2012.

Ainda, deve-se esclarecer que o produto final de uma inspeção predial, ou seja, o retrato da edificação é o laudo de inspeção predial. Por se tratar de um artigo

não existiu o relatório técnico propriamente dito, mas tudo que compõe um laudo de inspeção predial foi distribuído ao logo do trabalho, apresentado os resultados no próximo item.

O laudo de inspeção predial, além de orientar as transações imobiliárias, funciona como uma importante ferramenta no auxílio para identificação de anomalias e falhas, que podem comprometer o funcionamento do edifício ou até mesmo colocar em risco a integridade física dos seus usuários.

A inspeção predial e a elaboração do laudo estão em conformidade com o disposto no ordenamento jurídico que regulamenta a profissão do arquiteto e urbanista, conforme estabelece a alínea “VI” do art. 2º da lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que trata sobre o exercício da profissão do Arquiteto e Urbanista, e dá outras providências. Além disso, as análises desenvolveram-se de acordo com os critérios básicos estabelecidos pela NBR-13752:1996 – Perícias de Engenharia na Construção Civil, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, postulado do código de ética profissional da categoria

O IBAPE/SP (2012) sugeriu, em uma cartilha, os requisitos mínimos (Quadro 3) a serem atendidos no laudo de inspeção predial indicados a seguir:

**Quadro 3 - Itens que devem constar em um laudo de inspeção predial**

Item	Requisito
1	Identidade do solicitante
2	Classificação do objeto da inspeção
3	Localização
4	Data da diligência
5	Descrição técnica do objeto
6	Nível utilizado
7	Critério adotado
8	Relação dos elementos construtivos e equipamentos vistoriados com a descrição das respectivas anomalias, classificadas por grau de risco e urgência
9	Relatório fotográfico
10	Relatório de documentos analisados
11	Indicação das recomendações técnicas e/ou das medidas preventivas e corretivas necessárias (plano de manutenção), quando a inspeção estiver classificada em nível 3
12	Avaliação do estado de conservação geral do imóvel
13	Recomendação do prazo para nova inspeção predial
14	Data do laudo

15	Assinatura do profissional responsável, acompanhado do Nº do CAU/CREA
16	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)

Fonte: IBAPE/SP, 2012.

### **Discussões e resultados**

A inspeção predial deste estudo de caso foi realizada seguindo como diretriz o método do IBAPE/SP 2012, conforme abordado no item anterior. A inspeção do imóvel foi realizada em uma visita única no dia, 07 de março de 2019. As visitas, basicamente, têm o objetivo de conhecer e caracterizar o bem inspecionado. Nesta etapa destaca-se a condição de uso da edificação. Como a mesma encontra-se invadida, a entrada na edificação só foi possível em uma visita para não gerar movimentações e com o acompanhamento da força policial para a segurança.

A primeira etapa consiste na caracterização do bem, de forma a entender qual nível de inspeção será utilizado. Como a edificação já foi enfatizada segundo item desse estudo, a próxima fase é determinar o nível.

A inspeção predial é classificada quanto a sua complexidade e elaboração do laudo. Consideradas as características técnicas da edificação, manutenção e operação existentes e necessidade de formação de equipe multidisciplinar para execução dos trabalhos. Os níveis de inspeção predial podem ser classificados em Nível I, II e III:

**NÍVEL 1:** vistoria para a identificação das anomalias aparentes, elaboradas por profissional habilitado; contando com orientação técnica pertinente;

**NÍVEL 2:** vistoria para a identificação de anomalias aparentes identificadas com o auxílio de equipamentos, elaborada por profissionais de diversas especialidades, contendo indicação de orientações técnicas pertinentes;

**NÍVEL 3:** vistoria para a identificação de anomalias aparentes, e das ocultas constatáveis com o auxílio de equipamentos, incluindo testes e ensaios locais e/ou laboratoriais específicos, elaborada por profissionais de diversas especialidades, contendo indicação de orientações técnicas pertinentes (IBAPE, 2012, p. 07).

O nível adotado no edifício sede do IPASE foi o “1”, segundo as normas do IBAPE/SP, na medida em que foi feita a identificação das anomalias e falhas aparentes, realizada por um profissional habilitado.

Quanto as documentações, os levantamentos ocorreram junto aos órgãos federais, estaduais, municipais, aliada a bibliografia sobre a edificação. Entretanto, existe uma lista de documentação básica solicitada em uma inspeção predial

sugerida pelo IBAPE/SP (2012). Como o objeto de estudo, deste trabalho, é um edifício antigo em situação de invasão, estabelece-se a dependência do levantamento de documentos junto aos órgãos federais, estaduais, municipais, aliado ao bibliográfico sobre a edificação, seja em arquivo eletrônico, seja em arquivo físico.

Além da escassez de informação por falta de registro e burocracia para alcançar as informações, encontram-se erros e/ou falta de atualizações. Dois exemplos podem ser citados, além do já relatado, sobre o zoneamento da edificação. O primeiro é referente à ficha cadastral do imóvel na Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP. Nela consta que a edificação conta apenas com um pavimento, tendo a mesma 10 pavimentos, como já caracterizado no capítulo três. Ou ainda no cadastro da União, a edificação encontra-se na lista de seu patrimônio, mas quando é feita a busca pelo seu Registro Imobiliário Patrimonial de nº 2051002415009, não consta no cadastro individual do imóvel.

É importante ressaltar que a ausência e a falha dessa documentação não deixam a inspeção inválida, pois a inspeção predial não tem como objetivo a regularização do imóvel. Porém, não resta dúvidas de que quanto maior o número de informações, mais consistente se tornará o laudo, ou neste caso, a análise final.

No que discorre a obtenção de informações, no caso da edificação estudada, não existe síndico ou comissão de representantes, o proprietário é a União. Além disso, foram levados em consideração relatos informais do casal que reside, hoje, informalmente na construção.

A inspeção predial, pode ser total e contemplar todos os sistemas da edificação ou ainda de itens específicos. Para esse estudo foram inspecionados os elementos de significância para edificação. A significância é um conceito que vem da Carta de Burra, em 1980: “significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”. A significância é reconhecida por meio da declaração de significância. Essa por sua vez é entendida como um documento que expressa o porquê de um bem ser preservado por aquela comunidade, ou seja, apresenta aquele elemento como instrumento de memória. Esta serve como guia da conservação e restauro de uma edificação (ZANCHETTI, HIDAKA, 2014).

Assim diante os ciclos de aprendizagem a respeito do movimento moderno e o valor histórico da edificação para a cidade de João Pessoa apresentados até aqui

nesta pesquisa, são elencados a seguir no Quadro 4 os elementos que serão enfoque da inspeção predial:

**Quadro 4 - Quadro com elementos que foram inspecionados**

<b>Elemento</b>	<b>Significado</b>	<b>Valor</b>
Planta livre	1º Edificação com estrutura independente	Concepção + Histórico
Fachada livre	Modernismo	Concepção
Pilotis	Modernismo	Concepção
Cobogó	Modernismo	Concepção + Estético
Permeabilidade visual	Modernismo	Concepção + Estético
Uso de concreto armado	Nova forma de construir	Tecnologia
Atividade institucional	Função original	Uso

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As falhas e anomalias encontradas na edificação nos atributos relacionados nos atributos elencados anteriormente são vistos no Quadro 5:

**Quadro 5 - Quadro resumo com danos identificados na edificação estudada**

<b>Atributo</b>	<b>Dano</b>
Planta livre	As vedações não condiz com formatação original
Fachada livre	Eflorescência
	Trincas e fissuras na fachada
	Focos de oxidação nas armaduras
	Manchas de sujidades
	Manchas de infiltrações em lajes e paredes
Pilotis	As vedações não condiz com formatação original
Cobogó	Elemento danificado
Permeabilidade visual	Esquadrias danificadas ou ausentes
Uso do concreto armado	Focos de oxidação nas armaduras
	Trincas e fissuras

Fonte: Autora (2019)

Identificado os danos parte-se para classificação dos mesmos. Para Gomide (2006) anomalia é o vício construtivo e a falha é vício de manutenção. Assim as anomalias podem ser classificadas quanto a sua origem (Quadro 6), da seguinte forma:

**Quadro 6 - Quadro com os tipos anomalias e suas respectivas origens**

Anomalias	Origem
Endógenas	Provenientes de vícios de projetos, materiais e execução
Exógenas	Decorrentes de danos causados por terceiros
Naturais	Oriundos de danos causados pela natureza
Funcionais	Provenientes da degradação

Fonte: (Gomide, 2006)

E as falhas de manutenção são classificadas como visto no Quadro 7:

**Quadro 7 - Quadro com os tipos falhas e suas respectivas origens**

Falhas	Origem
De planejamento	Decorrentes de falhas no plano e programa de manutenção
De execução	Oriundas dos procedimentos e insumos
Operacionais	Provenientes dos registros e controles técnicos
Gerenciais	Devido a desvios de qualidade e custo

Fonte: (Gomide, 2006)

Assim, quanto à classificação das não conformidades constatadas nos elementos do edifício sede do IPASE, indicadas nesta pesquisa, considerando que a edificação é antiga, 70 (setenta) anos (no ano da pesquisa), pode-se dizer que são na sua maioria do tipo FALHA, o que sugere perda precoce de desempenho por deficiência no uso e nas atividades de manutenção periódica.

Além de classifica-las, recomenda-se estarem dispostas em ordem de prioridade, sinalizando a sequência de ações corretivas a serem tomadas, dispostas em ordem decrescente de quanto ao seu grau de risco e intensidade. Para tal tarefa utiliza-se a metodologia matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) de Kepner e Tregoe. (MOURA, 2017)

Essa matriz foi proposta por Charles H. Kepner e Benjamin B. Tregoe, em 1981 (SOTILLE, 2014), com o objetivo de solucionar problemáticas, ela pode ser

aplicada em diversas áreas de conhecimento. Para a inspeção predial temos uma adaptação segundo GOMIDE (2006):

Quanto à gravidade:

**Quadro 8 - Matriz GUT - Pesos da gravidade**

Grau	Gravidade	Peso
Total	Risco à vida do usuário ou colapso da edificação (destruição do equipamento) ou dano ambiental grave	10
Alta	Risco de ferimento ao usuário ou avaria não recuperável na edificação (dano grave ao equipamento) ou contaminação localizada	8
Média	Insalubridade ao usuário ou deterioração elevada da edificação (deterioração contínua e rápida do equipamento) ou desperdício de recursos naturais/materiais	6
Baixa	Incômodo aos usuários ou degradação da edificação (deterioração contínua e lenta do equipamento) ou uso não racional dos recursos naturais/materiais	3
Mínima	Depreciação imobiliária	1

Fonte: Gomide, 2006.

Quanto à urgência:

**Quadro 9 - Matriz GUT - Pesos da urgência**

Grau	Urgência	Peso
Total	Impacto no funcionamento da edificação ou Atendimento imediato	10
Alta	Impacto no funcionamento do pavimento ou Atendimento a curto prazo	8
Média	Impacto no funcionamento do setor ou Atendimento a médio prazo	6
Baixa	Impacto ao usuário ou Atendimento a longo prazo	3
Mínima	Sem impacto na atividade fim ou Atendimento não planejado	1

Fonte: Gomide, 2006.

Quanto à tendência:

**Quadro 10 - Matriz GUT - Pesos da tendência**

Grau	Tendência	Peso
Total	Evoluiu em sua totalidade	10
Alta	Evolução rápida	8
Média	Evolução a médio prazo	6
Baixa	Evolução lenta	3
Mínima	Problema não deve evoluir	1

Fonte: Gomide, 2006.

O inspetor deve analisar e pontuar as não conformidades de acordo com os quadros acima, estabelecendo assim a ordem decrescente da prioridade dos serviços. A lista proposta nesse estudo de caso, além da ordem decrescente de prioridade, também conta com informações de descrição da anomalia ou falha, orientação e relatório fotográfico. A descrição da falha é apresentada em linguagem simples para que o usuário possa entender o que está ocorrendo no sistema em questão

As falhas de manutenção constatadas e analisadas na inspeção predial do edifício sede do IPASE, de acordo com a metodologia da ordem de prioridades, tem-se o seguinte:

**Quadro 11 - Elementos e seus respectivos danos e suas notas pela metodologia GUT**

Atributo	Dano	G	U	T	Nota
Planta livre	As vedações não condiz com formatação original	3	10	1	30
Fachada livre	Eflorescência	6	10	8	480
	Trincas e fissuras na fachada	3	6	8	144
	Focos de oxidação nas armaduras	6	10	8	480
	Manchas de sujidades	3	6	6	108
	Manchas de infiltrações em lajes e paredes	6	10	8	480
Pilotis	As vedações não condiz com formatação original	3	10	10	300
Cobogós	Elemento danificado	6	10	1	60
Permeabilidade visual	Esquadrias danificadas ou ausentes	8	10	10	800
Uso do concreto armado	Focos de oxidação nas armaduras	6	10	8	480
	Trincas e fissuras	3	6	8	144
Uso	Não existe sistema de combate a incêndio	10	10	10	1000

Fonte: Autora (2019).

Assim sendo a ordem de prioridade dos serviços de reparo das anomalias e falhas, de manutenção com suas respectivas recomendações técnicas, é a seguinte:

**Quadro 12 - Quadro com a ordem de prioridade de reparo dos danos encontrados**

Atributo	Dano	Nota	Prioridade	Recomendação
Uso	Não existe sistema de combate a incêndio	1000	1	Regularização imediata perante ao órgão
Permeabilidade visual	Esquadrias danificadas ou ausentes	800	2	Reposição de esquadrias
Fachada livre	Eflorescência	480	3	Limpeza e reparo do foco
Fachada livre	Focos de oxidação nas armaduras	480	3	Reforço da armadura
Fachada livre	Manchas de infiltrações em lajes e paredes	480	3	Reparos na cama de impermeabilização
Uso do concreto armado	Focos de oxidação nas armaduras	480	3	Reforço da armadura
Pilotis	As vedações não condiz com formatação original	300	4	Recompôr as esquadrias
Fachada livre	Trincas e fissuras na fachada	144	5	Tratamento das trincas e repintura
Uso do concreto armado	Trincas e fissuras	144	5	Tratamento das trincas e repintura
Fachada livre	Manchas de sujidades	108	6	Limpeza e repintura
Cobogó	Elemento danificado	60	7	Reparo do elemento
Planta livre	As vedações não condiz com formatação original	30	8	-

Fonte: Autora (2019).

Segundo (GOMIDE, 2006), as recomendações técnicas não devem ser feitas de forma aprofundada. Elas devem ser genéricas e simples para orientar os responsáveis quanto aos serviços que devem ser realizados, pois os serviços de reparo e os projetos técnicos são de responsabilidade dos profissionais e empresas contratadas para a realização dos mesmos, além da prescrição técnica não faz parte do escopo da inspeção predial e sim das atividades de consultoria.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo buscou-se analisar o envelhecimento do edifício sede do IPASE, exemplar da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa. Inicialmente, procurou-se entender sobre a arquitetura moderna de forma geral, além do seu desenvolvimento no Brasil e sua existência na cidade de João Pessoa. Outrossim, este aprofundamento serviu como ferramenta para alcançar o objetivo final deste estudo, viabilizando a inspeção predial do bem escolhido, considerando a história e os condicionantes legais de caráter patrimonial.

Diante do exposto, entende-se de maneira geral, que as áreas da edificação, ora inspecionada, carecem de intervenção, podendo variar de pequena a média quantidade e complexidade. Em suma, em todos os pavimentos foram identificados não conformidades, seja, fissuras e trincas em paredes, infiltração, eflorescência, etc. Destaca-se quatro pontos identificados na inspeção: O primeiro ponto diz respeito a ausência do corpo de bombeiro. Ou seja, a edificação pode provocar danos à saúde de seus usuários e de seu entorno.

Em segundo, os indícios de corrosão da armadura e deficiência no cobrimento tanto na estrutura interna, como na de fachada. Além de todo os desrespeitos as normas virgemente quanto a condição de Conservação Parcial do imóvel previsto no Decreto de lei estadual nº 25.138/2004. E por último, a clara ausência de qualquer tipo de manutenção na edificação

Assim quanto à classificação de risco das não conformidades, pode - se afirmar que a edificação inspecionada se encontra no estágio CRÍTICO, na medida em que pode provocar danos à saúde e segurança dos seus usuários e do próprio meio ambiente.

Os vícios aparentes, ou seja, as não conformidades detectadas a olho nu, de constatados estão indicados neste trabalho de conclusão de curso. No entanto, os vícios ocultos, aqueles não detectáveis no exame visual, podem surgir durante a continuação da utilização do equipamento edificado, momento em que poderá outro profissional habilitado emitir laudo técnico que indique o tipo de vício, utilizando-se de testes, ensaios e equipamentos específicos.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13752:1996: Perícias de Engenharia na construção civil**. Rio de Janeiro. 1996.
- CÂMARA DE INSPEÇÃO PREDIAL: **Acidentes Prediais e a Incidência de Falhas e Anomalias em Edificações**. In: XIV Cobreap (Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícia). São Paulo.2009.
- CHAVES, Carolina. **João Pessoa: verticalização, progresso e modernidade. Registro dos prédios altos (1958 – 1975)**. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa, CAU/UFPB, 2008.
- CHAVES, Carolina. **Contribuição da documentação em arquitetura para o registro e estudo da arquitetura moderna de João Pessoa entre 1958 - 1975**. Artigo apresentado no Fórum I - Vol. 4, Nº. 2, 2011.
- CORNETTA, William. **A obsolescência como artifício usado pelo Fornecedor para induzir o consumidor a realizar compras repetitivas de produtos e a fragilidade do CDC para combater esta prática**. 2016. Disponível em:< <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19874/2/William%20Cornetta.pdf>>. Acesso em 15 de outubro. 2018.
- GOMIDE, Tlito Lívio Ferreira; NETO, Jerônimo Cabral P. Fagundes; GULLO, Marco Antonio. **Engenharia Diagnóstica em Edificações**.2 ed. São Paulo: Editora PINI, 2015.
- GOMIDE, Tlito Lívio Ferreira; NETO, Jerônimo Cabral P. Fagundes; GULLO, Marco Antonio. **Engenharia Diagnóstica em Edificações**.3 ed. São Paulo: Editora Leud, 2018.
- IBAPE (Nacional. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia) - **Norma de Inspeção Predial**, 2012.
- ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). **Carta de Burra de 1980**. Tradução: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em 15 de maio. 2019.
- MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. In: **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais** / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.
- MEDEIROS, Marcelo Henrique Farias; HELENE, Paulo. **Durabilidade e Vida Útil das Estruturas de Concreto. Concreto: Ciência e Tecnologia**. Cap. 22. IBRACOM. Disponível em:< <https://www.phd.eng.br/wp-content/uploads/2014/07/lc55.pdf>>. Acesso em 15 de outubro. 2018.

MOURA, Guilherme Henrique Munhoz de Diretrizes. **Roteiro e proposta de laudo para inspeções prediais**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Graduação em Engenharia Civil, Florianópolis, 2017. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178272>>. Acesso em 26 de março. 2019.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. 2011. Disponível em:< <http://www.journals.usp.br/cpc/article/view/15676/17250>>. Acesso em 15 de outubro. 2018.

NEVES, Daniel Rodrigues Rezende; BRANCO, Luís Antônio M. N.. **Estratégia de Inspeção Predial**. Construindo Belo Horizonte, v1. n2. p12-19.2009.

PARAÍBA (Estado). **Decreto de lei nº 7.819/1978**, de 24 de outubro de 1978. João Pessoa, 1978.

PARAÍBA (Estado). **Decreto de lei nº 25.138/2004**, de 28 de junho de 2004. João Pessoa, 2004.

PARAÍBA (Estado). **Decreto de lei nº 11.945/2010**, de 18 de junho de 2010. João Pessoa, 2010.

PEÇANHA, Juliana; GOLDFARB, Marina; TINEM, Nelci. **Registro de arquitetura moderna: o edifício sede do IPASE**. 2009. Disponível em:< <https://studylibpt.com/doc/937269/edif%C3%ADcio-sede-do-ipase> >. Acesso em 10 de setembro. 2018.

PERREIRA, Fluvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956 – 1974)**. 2008. Disponível em:< [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-21072008\\_142851/en.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-21072008_142851/en.php)>. Acesso em 10 de setembro. 2018.

VILLANUEVA, Marina Miranda. **A importância da manutenção preventiva para o bom desempenho da edificação**. 2015. Disponível em:< <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10013451.pdf>>. Acesso em 03 de abril. 2019.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Vol. 57. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014.

**PARQUE DE VIZINHANÇA:** Anteprojeto para a cidade de Santa Rita com ênfase no lazer para idosos

Merllyn Natasha De Souza Soares<sup>1</sup>  
Anneliese Heyden Cabral Lira<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho refere-se a uma intervenção a nível de anteprojeto desenvolvido na graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Instituição de Ensino Superior da Paraíba – IESP. O anteprojeto compete a elaboração de um parque de vizinhança localizado em um terreno que fica entre duas Instituições de Longa Permanência para Idosos. As mesmas são de utilidade pública e estão localizadas no bairro Alto das Populares no Município de Santa Rita – PB, chamadas de Associação Filantrópica do Ancião (ASFA), e Associação Promocional do Ancião (ASPA). O trabalho propõe criar espaços voltados a promover a interação dos idosos com a população local, trazendo bem-estar e conforto aos seus usuários, respeitando as condições físicas dos idosos e estimulando o seu desenvolvimento intelectual e emocional através das oportunidades multissensoriais.

**Palavras-chaves:** Parque; Paisagismo; Idosos; Lazer na terceira idade; Multissensorial.

**ABSTRACT**

*This paper refers to a preliminary project intervention developed in the undergraduate degree in Architecture and Urbanism at the Higher Education Institution of Paraíba - IESP. The preliminary project is responsible for the elaboration of a neighborhood park located in a land that is between two Long Term Care Institutions for the Elderly. They are of public utility and are located in the Alto das Populares neighborhood in the municipality of Santa Rita - PB, called the Philanthropic Association of the Elder (ASFA), and the Promotional Association of the Elder (ASPA). The work proposes to create spaces aimed at promoting the interaction of the elderly with the local population, bringing well-being and comfort to its users, respecting the physical conditions of the elderly and stimulating their intellectual and emotional development through multisensory opportunities.*

**Key words:** Park; Landscaping; Seniors; Leisure in old age; Multisensory.

**1 INTRODUÇÃO**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2016), com o aumento na expectativa de vida, o número de brasileiros com mais de 65 anos tem aumentado gradativamente nas últimas décadas. Segundo a Organização

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

das Nações Unidas do Brasil - ONUBR (2016), a proporção de pessoas com 60 anos pode duplicar nos próximos anos, principalmente em países desenvolvidos. Dados analisados sobre o Índice de Envelhecimento (ID) no Brasil, mostram que entre o ano de 2000 e 2017, a população idosa com 60 anos ou mais cresceu de 18,66% para 38,8%. Contingentes populacionais indicam que, em 2025, a população idosa brasileira chegará a 59,32% de pessoas. Na Paraíba, a população idosa atual é de 34,78% e estima-se para 2025 uma população de 49,24% de idosos (IBGE, 2017). Esses dados reforçam a importância de se pensar o envelhecimento no Brasil, em diversos âmbitos, inclusive na arquitetura e no urbanismo, uma vez que os espaços podem ampliar a promoção de saúde e de inclusão social para esta população.

A Legislação Brasileira estabelece que o cuidado com os membros dependentes deve ser de responsabilidade familiar. O artigo 229 da Constituição Federal de 1988, determina que, é dever dos filhos ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O que se torna cada vez mais difícil em função da redução do tamanho das famílias, e da falta de alternativas para os familiares manterem seus idosos em casa. Isso tudo impulsiona a demanda cada vez maior por instituições de longa permanência para idosos (LELIS; TEIXEIRA; SILVA, 2012).

Atualmente existem 49 instituições de longa permanência para idosos (ILPI) na Paraíba, sendo elas localizadas em 25 municípios do estado. Segundo o Comitê Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idoso, grande parte dessas instituições se encontram em situação precária, tanto em relação a questão de higienização, como também financeira (MPPB, 2018). Em pesquisa realizada por Lima, Medeiros e Nóbrega (2015) observa-se o perfil das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizadas em toda Região Metropolitana de João Pessoa/PB, integrando os municípios de Bayeux, Cabedelo, João Pessoa e Santa Rita. Baseado em estudo de caso realizado em 12 instituições, as mesmas necessitam de ajustes e, principalmente, de áreas que forneçam atividades que melhorem na capacidade funcional do idoso institucionalizado, que é a habilidade do indivíduo em realizar atividades do seu cotidiano, que estimula na autonomia do mesmo.

A falta dessas áreas que exercem a função de qualidade espacial para o uso de idosos não é um problema apenas dentro destas instituições, as cidades estão pouco preparadas em seus espaços públicos para atender às necessidades dessa população, embora seja de amplo conhecimento que além de proporcionar o contato

com a natureza, as áreas verdes são capazes de promover benefícios para a saúde física e mental da população, promover oportunidades de socialização e relaxamento, e ser um incentivo à prática de atividades físicas, aumentando a qualidade de vida, em especial das parcelas com algum tipo de necessidades (Argento, 2010).

Portanto, o trabalho consiste em uma intervenção a nível de anteprojeto de um parque de vizinhança, que foi localizado em um terreno onde se encontram duas Instituições de Longa Permanência para Idosos na cidade de Santa Rita – PB. A escolha do terreno se deu em função de sua vitalidade, assim como a ausência desse tipo de espaços públicos na cidade. A proposta surgiu como opção de lazer e recreação a população, considerando suas potencialidades. O equipamento urbano teve como foco, gerar um espaço de lazer e convívio, afim de melhorar a qualidade de vida dos idosos residentes, e da população do bairro, contribuindo para a interação e sociabilidade entre os mesmos.

A contribuição das áreas verdes, sejam parques, ou outros tipos de áreas livres com vegetação, está relacionada a fatores benéficos a saúde dos idosos. Segundo Bani Szeremeta e Zannin, (2013), os parques urbanos, por conterem características físicas e sociais, por exemplo, infraestrutura segurança e facilidade de acesso, são considerados apropriados para a prática de atividades físicas e área de recreação. Os parques estão se tornando palco para novas possibilidades, transformando-se em exemplos de práticas sociais, culturais e econômicas no desenvolvimento das cidades. Conforme GATTI (2013), para que a elaboração de um equipamento urbano funcione e seja capaz de refletir as necessidades e desejos de seus utilizadores é preciso entender dia-a-dia das pessoas e a dinâmica de como funciona a cidade.

Diante desse cenário, o objetivo foi de promover a melhora no bem-estar dos idosos e a sociabilidade desses com a população local, além de proporcionar para os residentes das instituições um espaço de lazer e recreação, capaz de respeitar suas condições físicas e mentais através de oportunidades multissensoriais.

A metodologia foi trabalhada com diferentes técnicas e abordagens, sendo essas as que mais se adequassem com tema do trabalho, a mesma, foi dividida em: pesquisa bibliográfica e documental, que serviu de base para a construção de investigação da proposta, logo depois, a pesquisa de campo, em seguida a caracterização da área de estudo, que foi realizado um estudo de mapas temáticos e

levantamentos de condicionantes onde buscou na caracterização atual da área para a implantação do parque, seguidamente, o desenvolvimento de proposta, definindo o conceito e o partido arquitetônico, como também as análises sobre o objeto de estudo e seu entorno, para assim, serem definidas as diretrizes projetuais e paisagísticas do projeto, e por último, a parte da elaboração da proposta projetual do parque de vizinhança.

Sendo assim, o artigo foi estruturado em três partes: a primeira, com o capítulo contendo a parte do referencial teórico, que buscou as definições relacionadas ao tema do trabalho; a segunda foi designada para etapas que deram início ao desenvolvimento do anteprojeto, e apresentação da proposta do Parque; por último, a terceira parte será apresentado as Considerações Finais, que consiste na sistematização e discernimento da autora com o trabalho que foi realizado.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nesta primeira parte foi abordado os principais conceitos e classificações relacionados as áreas verdes, espaços livres, paisagismo sensorial, parques e lazer para idosos. Cada conceito foi explanado a fim de facilitar o entendimento do leitor sobre o trabalho.

### ***Áreas verdes***

Começamos pela definição feita por Lima et al., (1994, p. 539-553) citado por Bargas e Matias (2011 p. 176), que definem áreas verdes como aquelas predominantes de vegetação que englobam as praças, jardins, parques urbanos, canteiros centrais e trevos de vias públicas, com funções estéticas e ecológica. Essas também devem ser hierarquizadas segundo sua tipologia (privadas, potencialmente coletivas ou públicas) e categorias (BARGOS; MATIAS, 2011).

Outra definição, agora enquanto ao porte de vegetação, é de Nucci (2008, p.120) que diz que uma área para ser considerada como área verde, a mesma deve apresentar uma “predominância de áreas plantadas, e cobertura vegetal e “solo permeável (sem laje) o qual deve ocupar, pelo menos, 70% da área”.

Os termos “áreas verdes”, “espaços/áreas livres”, “arborização urbana”, “verde urbano” vem sendo usado e reproduzido por diferentes autores, cada um explana diferentes definições acerca do tema, por essa razão, vêm sendo frequentemente utilizados com o mesmo significado, mesmo não

sendo sinônimos, e muito menos se referem aos mesmos elementos (LIMA et al., 1994).

### **Espaços livres**

Consoante Llandert (1982, p.151 apud LOBODA; ANGELIS, 2005, p.132), o termo “espaços livres” pode ser entendido “como um conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para descanso, passeio, prática esportiva, e em geral, recreio e entretenimento”. Segundo Lima et al., (1994) exemplifica as áreas livres subdivididas em:

**Área verde:** áreas com predomínio de vegetação arbórea. Ex: praças, jardins públicos e parques urbanos, canteiros centrais e trevos de vias públicas, com função estética e ecológicas.

**Parque urbano:** áreas verde, com função ecológica, estética e de lazer, com sua extensão maior que as praças e jardins públicos;

**Praça:** áreas com vegetação e não for impermeabilizada, espaços livres, cuja a principal função é o lazer. Quando não existe a

**Arborização urbana:** Representa elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes (apud BARGOS; MARTINS, 2009, grifo do autor).

### **Paisagismo**

O paisagismo é um campo multidisciplinar da ciência atrelado ao estudo da paisagem, apresentando um diverso vocabulário conceitual. Bellé (2013, p.02), por sua vez, o define como, “[...] a organização de um espaço externo, que busca a harmonia entre suas construções e a natureza, e está baseado em critérios estéticos e na relevância que assumem os elementos naturais, em especial a vegetação”. Como elementos que estruturam a paisagem urbana, o paisagismo também é capaz de proporcionar inúmeras formas de percepções perante a paisagem e provocar variadas sensações em seus usuários, por meio de diferentes espécies e do uso de seus atributos sensoriais (ELY et al., 2010, p.17). Dessa forma, a utilização do paisagismo valoriza não só os aspectos estéticos de um projeto, mas também o funcional, consequentemente melhorando no bem-estar de seus usuários.

A vegetação como elemento primordial do paisagismo, segundo Mascaró e Mascaró (2010), tem como função influenciar na questão de sombreamento e iluminação natural, temperatura e umidade relativa, ventilação, amenização de

ruídos e da poluição atmosférica. Sobre os aspectos ambientais, os autores ainda explanam que a vegetação pode contribuir para:

- Ameniza a radiação solar na estação quente e modificar a temperatura e a umidade relativa do ar, através do sombreamento;
- Modificar a velocidade e direção dos ventos;
- Atuar como barreira acústica;
- De acordo com a quantidade da chuva, interferir na sua frequência;
- Através da fotossíntese e da respiração, reduzir a poluição do ar.

Além desses aspectos acima mencionados, somam-se também atributos de bem-estar psicológico ao homem, estéticos e ecológicos, pois auxilia-se também na preservação da fauna e flora silvestre. Assim, o paisagismo pode ofertar vários benefícios ao meio urbano, tendo como objetivo potencial o restabelecimento da relação entre o homem e o meio natural, ampliando as possibilidades de qualidade de vida, nos aspectos humanos, urbanos e ambientais.

Enquanto ao paisagismo multissensorial, o mesmo surge com diferentes formas de criações que visa estimular os sistemas sensoriais dos indivíduos a partir das características dos elementos projetuais implantados nos espaços (ELY et al., 2006). É capaz de proporcionar aos seus usuários um momento de contemplação, e relação com o ambiente, capaz de ir muito além de enxergar suas cores e formas.

### ***Sentidos do ser humano no paisagismo***

O sistema sensorial são canais receptores responsáveis pelo processamento de informações sensoriais dos ambientes. É composto pelos sentidos da visão, tato, paladar, audição, olfato com seus respectivos órgãos: olhos, pele, língua, ouvido e nariz. Ely et al., (2010, p.29) explicam que “essa captação pode ser realizada de maneira passiva (quando o indivíduo sente a diferença de temperatura do meio, por exemplo) ou ativa (quando existe a intenção de se tocar uma superfície para sentir sua temperatura)”. Ainda segundo os autores, a “sensação é a captação do estímulo, enquanto a percepção trata basicamente da interpretação da sensação”.

Além de proporcionar uma vivência com a natureza e amenizar a falta de acessibilidade, o jardim sensorial é capaz de deixar um ambiente muito mais harmônico e equilibrado, ajudando no estímulo e no desenvolvimento da população, e ainda é um instrumento na tentativa de incorporar a sustentabilidade na vida da comunidade.

### ***Parques***

O termo “Parque” está relacionado a áreas verdes dedicadas ao lazer, livre de qualquer edificação e se caracteriza por uma grande presença de vegetação. Para Scalise (2002), não há um consenso sobre as definições de parques, por conta da grande diferença que existe entre suas dimensões, formas, funções e equipamentos. Definido por Escada (1992) os parques de vizinhança são:

de uso localizados, uma vez que planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou habitação, substituindo as ruas e os quintais de casas das cidades menores. Têm espaços com tamanho reduzido, que abrigam alguns tipos de equipamentos ligados à recreação e devem distar entre 100 e 1.000 m das residências ou do local de trabalho. (apud TEIXEIRA, 2007, p. 13, grifo do autor).

Em outra definição, Lamas (s/d) (2000) conforme citado por Mendonça (2007, p. 125), afirma que: “[...] O parque encontra-se inserido no bojo dos ambientes caracterizados pelas estruturas verdes, que são reconhecidas como “elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços”.

### ***Atividades físicas e de lazer para idosos***

Em relação as atividades físicas e de lazer para idosos, começamos pela definição de Marcellino (1990), conceitua o lazer “como a cultura -compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível.” Macedo (1995, apud Dorneles, 2006 p.37) classifica o lazer em dois tipos, o primeiro refere-se ao lazer ativo, esse, que as “atividades requerem movimentos e esforço físico, como, andar, correr, caminhar, praticar esportes, etc”, o segundo é o lazer

passivo, esse é capaz de proporcionar ao seu público um momento de descanso, o “expectador de atividade em si, como conversar, descansar, apreciar a paisagem, refletir, etc”.

Segundo Nogueira e Martins (2017), na vida dos idosos institucionalizados, as atividades de lazer contribuem na sua inserção em grupos sociais, auxilia na sua convivência interpessoal, conseqüentemente aumentando sua autoestima. As atividades praticadas pelos idosos devem sempre respeitar as limitações dos mesmos, para que assim, “possa obter os resultados e benefícios desejados, tanto físicos quanto psicológicos” (ARGENTO, 2010, p. 21). Por fim, o lazer direcionado a terceira idade pode despertar as potencialidades dos idosos, tanto para seus aspectos criativos, como sociais, lhe permitindo uma vida mais ativa com mais satisfação e qualidade.

### **3 PROPOSTA PROJETUAL**

A segunda parte trouxe a junção dos estudos que resultaram na criação conceitual e na solução do partido do anteprojeto. O conceito, partiu da intenção de fazer com que os usuários se permitissem descobrir diferentes sensações por meio de uma trilha com espaços multissensoriais. Os cinco sentidos humanos sendo aguçados à medida que o caminho fosse percorrido, e os espaços seriam revelados pouco a pouco, de modo a induzir e incentivar o visitante a continuar a experiência. Como desdobramento do conceito, o partido arquitetônico foi escolhido. Para compreender sua escolha, explica-se que no terreno escolhido para a implantação do parque já existia uma trilha, a mesma, foi feita pela equipe multidisciplinar da ILPI, mas, que não estava sendo utilizada. Como forma de resgatar o seu uso, essa pré-existência foi idealizada para ser o condutor da experiência sensorial. O partido paisagístico buscou responder as pré-existências do local, sendo assim, foi feito primeiramente um estudo para catalogar a vegetação existente, foram identificadas árvores de grande, médio e pequeno porte, sendo elas arbustivas, arbóreas, de forração, árvores frutíferas, sendo alguma delas mangueiras.

A parte sensorial do parque foi estimulada através de seus ambientes multissensoriais, espaços capazes de se relacionar com todo o parque, estimulado através dos cinco sentidos humanos, que são:

- Visão – com espécies diversas no que diz respeito as cores e as folhagens, com tamanhos e formas diferentes;
- Olfato - é indicado as plantas que sejam ervas aromáticas, usadas como temperos para chás, e também as plantas que exalam perfumes;
- Tato – plantas que dispõe de folhas e flores aveludadas e coriáceas;
- Paladar - através dos sabores das frutas e ervas; como também as ervas aromáticas;
- Audição - despertada através dos sons da natureza, o barulho das folhas, os sons dos pássaros, além do barulho da água em espelho d'água com espécies de plantas aquáticas.

O programa de necessidades foi definido a partir da leitura do lugar e das necessidades dos usuários. Sendo assim, os setores do programa foram divididos em: lazer ativo, lazer passivo, lazer cultural, área para ambientes de apoio. A área de lazer ativo foi locada nas imediações dos acessos as instituições, por ela está focada no lazer para os idosos, consequentemente viabilizando em ser uma área mais reservada e de fácil deslocamento, proporcionado uma maior segurança dos mesmos. O lazer passivo por ser uma área destinada aos benefícios de contemplação e descanso, está situado na área que recebe mais ventilação, e onde se concentra a maior quantidade de vegetação pré-existente. A área de lazer cultural foi proposta para ser localizada dentro de uma das instituições, a ASPA, por ela conter um espaço mais amplo, e por ela já ser palco para eventos dessa natureza. Os ambientes de apoio, foi concentrado na área sul do terreno onde está localizado a entrada principal do parque, afim de ter um aproveitamento melhor de seu funcionamento.

Figura 01: Implantação do Parque.



- 01 - Estacionamento
- 02 - Guarita
- 03 - Administração
- 04 - Banheiros
- 05 - Posto policial
- 06 - Á. Alimentação
- 07 - Bicicletário
- 08 - Horta
- 09 - Mesas de jogos
- 10 - Espaço multifuncional
- 11 - Contemplação
- 12 - Convivência
- 13 - Orquidário
- 14 - Piquenique
- 15 - Jardim
- 16 - Redários
- 17 - Pátio

-  Acesso principal ao Parque
-  Acesso as instituições
-  Acesso especial



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

O parque contém apenas um acesso principal, este localizado na rua Emílio Soares da Silva, os acessos especiais as instituições, será feito apenas quando forem permitidos e acompanhados em momentos de eventos ou visitas. O estacionamento contém três padrões de vagas, um com dimensões convencionais

de 2,50 x 5,00m; o segundo com vagas para pessoas com deficiência, de 2,50 x 5,00m com acréscimo de faixa lateral com 1,20 x 5,00; o terceiro para vagas destinadas a idosos.

Figura 02: Acesso principal ao parque.



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

A área de lazer ativo foi locada nas imediações dos acessos as instituições, por ela está focada no lazer para os idosos, consequentemente viabilizando em ser uma área mais reservada e de fácil deslocamento, proporcionando uma maior segurança dos mesmos. Tais áreas foram compartilhadas em:

a) Horta comunitária – as hortas foram inseridas no terreno das duas instituições, como forma de envolver a comunidade em questões de organização comunitária, e trazendo uma vivência afetiva para os idosos.

b) Mesa de jogos – existe um dentro de cada instituição, pelo fato de já existir esse espaço no local, o outro, está próximo a entrada dos acessos especiais. Esse foi destinado ao usufruto dos idosos com o intuito de exercer a função social entre eles, mas também com a comunidade em geral.

c) Espaço multifuncional – esse espaço está voltado a atividades físicas que poderão ser desenvolvidas tanto pelos idosos como pelos visitantes. Ele se divide em três áreas, uma reservada para academia ao ar livre com aparelhos de exercícios físicos em geral, a segunda destinada a alongamentos, e por último, uma para a prática de exercícios funcionais.

Figura 03: Espaço multifuncional, destinada a alongamentos.



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

d) Área de alimentação (Container) – Esse ambiente funciona de forma independente e foi disposto um pouco depois da entrada do parque, logo a frente ao espaço de convivência como forma a garantir um contato estratégico com os usuários.

O lazer passivo por ser uma área destinada aos benefícios de contemplação e descanso, está situado na área que recebe mais ventilação, e onde se concentra a maior quantidade de vegetação pré-existente:

a) Contemplação - Esse espaço teve como intenção proporcionar mais contato com os ambientes internos, e menos possível com o externo.

b) Convivência – Ambiente aconchegante, e que proporcione a interação social, por essa razão está localizado em um ponto estratégico, em frente da área de alimentação.

c) Orquidário – Está localizado bem no centro do parque, separado pela trilha do jardim sensorial, é reservado especialmente para o cultivo das plantas, como as orquídeas. Também irá ter um espaço destinado a guardar ferramentas para dá suporte ao orquidário e jardim sensorial.

d) Jardim Sensorial – Este espaço tem como objetivo estimular os cinco sentidos humanos, todos os cinco sentidos.

e) Redários – Proposto para ser mais um ambiente destinado ao uso dos idosos, esse espaço proporcionar aproveitar um fim de tarde, relaxando de maneira confortável.

Figura 04: Rédarios.



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

A área de lazer cultural foi proposta para ser localizada dentro de uma da instituição ASPA, por ela conter um espaço mais amplo, e por ela já ser palco para eventos dessa natureza.

A área dos ambientes de apoio, foram concentradas na área sul do terreno onde está localizado a entrada principal do parque, afim de ter um aproveitamento melhor de seu funcionamento.

a) Área administrativa – Esse espaço se encontra nas imediações da entrada principal, seu serviço está voltado a disponibilizar informações referentes as atividades desenvolvidas do parque. Ira dispor também uma área de enfermaria, um banheiro privativo, despensa e uma copa.

Figura 05: Área administrativa e banheiros.



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

b) Guarita – o parque disponibiliza de duas guaritas, a principal encontrasse na entrada do parque, a outra nas adjacências na parte que dá acesso as instituições, e a terceira já existe, e é de uso da instituição ASPA.

c) Posto policial – o posto policial encontrasse ao lado da guarita da entrada do principal, servindo como uma de forma de segurança aos usuários, e tendo uma vista geral do parque.

d) Banheiros – São dois banheiros acessíveis, feminino e masculino. Um está localizado ao lado da administração, o outro está em frente a área de contemplação e ao lado da academia ao ar livre.

e) Bicicletário – Localizado bem na entrada do parque, seu uso é direcionado para funcionários, ou que for visitar o parque e usa esse meio de transporte para se locomover.

Figura 06: Área de alimentação.



Editado por: Merllyn Natasha, 2019.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho viabilizou a criação de um Parque de Vizinhança com foco nos idosos residentes em duas Instituições de Longa Permanência para idosos, planejado com o objetivo de proporcionar a melhora na qualidade de vida e bem-estar de seus utilizadores. O resultado do trabalho demonstrou o quão importante é o contato com a natureza no dia-a-dia dos idosos institucionalizados, e como as formas de interação com o ambiente externo pode beneficiar no estado físico e mental dos mesmos, como também, a produção consiste em mostrar que o propósito do estudo foi alcançado, abrangendo as relações do paisagismo sensorial com as atividades praticadas pelos idosos em suas horas de lazer.

Durante todo o trabalho, primeiramente houve um cuidado em resguardar os idosos, respeitando suas limitações, suas memórias afetivas, e a relação dos mesmos com o ambiente existentes e atividades desenvolvidas, como também, a preocupação com as características específicas da área. Desde modo, conclui-se que o presente trabalho resulta em um grande interesse em mostrar os benefícios que o contato com a natureza pode trazer, e a importância que ele leva para a vida daqueles que atualmente necessitam de uma atenção especial. Como também, levando em consideração o conhecimento adquirido acerca do valor de um projeto

paisagístico tem, servindo de referência para que esse tema seja implantado em outros lugares.

## REFERÊNCIAS

ARGENTO, Rene de Souza Vianello. **Benefícios da atividade física na saúde e qualidade de vida do idoso**. Campinas, SP: [s.n], 2010.

BARGOS, D.C.; MATIAS, L.F. **Áreas verdes urbanas: Um estudo de revisão e proposta conceitual**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

BELLÉ, Soeni. **Apostila de Paisagismo**. Bento Gonçalves, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art 229. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo, ABCP, 2013

ELY, V. H. B. et al. **Desenho Universal aplicado ao Paisagismo**. Florianópolis, 2010.

IBGE. **Índice de Envelhecimento (IE) 2000-2030**. On-line. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 04 de abril de 2018.

LELIS, C.T.; TEIXEIRA, C.M.D.; SILVA, N.M. **A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 523-532, out./dez. 2012.

LIMA, R. J.; MEDEIROS, F. A. L.; NOBREGA, M. L. **Congresso internacional de envelhecimento humano. PERFIL DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIs) NA REGIÃO METROPOLITANA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB**. 2015.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes publicas urbanas: Conceitos, usos e funções**. Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais. V.1, n. 1 Jan/Jun. 2005.

MASCARÓ, Juan Luís; MASCARÓ, Lucia Elvira Alicia Raffo. **Vegetação Urbana**. 3. ed. Porto Alegre, 2010.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2ª ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

ONUBR. **OMS: expectativa de vida sobe 5 anos de 2010 a 2015 no mundo, mas desigualdade persistem**. On-line. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms->

expectativa-de-vida-sobe-5-anos-de-2000-a-2015-no-mundo-mas-desigualdades-persistem/>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

SCALISE, W. **Parques urbanos: evolução, projeto, funções e uso.** Assentamentos Humanos. v. 4, n. 1, 2002.

SZEREMETA, B; ZANNIN, P. H. T. **A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades.** Curitiba, UFPR, 2013.

TEIXEIRA, R.S. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: estudo de caso na Bacia da Pampulha.** Viçosa, MG, 2007.

**A PRODUÇÃO DE CIDADE E A EXPERIÊNCIA URBANA: um olhar sobre a br 230**

Rafaella Dantas de Paiva<sup>1</sup>  
Alessandra Soares de Moura<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho parte do princípio que para planejar cidades, antes de tudo é necessário compreender bem o espaço, buscando tal compreensão através de diferentes pontos de vista, e experienciando a cidade através do corpo. Deste modo, buscamos a compreensão de práticas e dinâmicas urbanas de um trecho da Rodovia BR-230 compreendido entre Cabedelo e João Pessoa, capital paraibana entre o km 9 e o km 11 no contexto da obra de triplicação da rodovia. Para a compreensão do espaço urbano, foram desenvolvidas 4 ferramentas de análise aplicadas na área de estudo na tentativa de narrar as experiências presentes no espaço urbano e identificar as práticas cotidianas para relacioná-las com a produção de cidade. Esperamos que este estudo abra novos caminhos e possibilidades para o debate da experiência urbana no planejamento, e contribua para a caminhada para cidades mais justas.

**Palavras-Chaves:** Planejamento, Experiência urbana, Corpo.

**ABSTRACT**

This work assumes that to plan cities, first it is necessary to understand space well, seeking such an understanding through different points of view, and experiencing the city through the body. In this way, we seek to understand the practices and urban dynamics of a section of the BR-230 Highway between Cabedelo and João Pessoa, capital of Paraíba between km 9 and km 11 within the context of the road expansion work. In order to understand the urban space, four analytical tools were developed and applied in the study area in an attempt to narrate the experiences present in the urban space and to identify the daily practices to relate them to the city production. We hope that this study will open new avenues and possibilities for the discussion of the urban experience in planning, and will contribute to the journey towards fairer cities.

**Keywords:** Planning, Urban experience, Body.

**1 INTRODUÇÃO**

No dicionário, cidade é tido como uma grande aglomeração de pessoas em uma área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, e que desenvolve as mais variadas atividades (MICHAELIS, 2019). Logo, não existe cidade, sem as pessoas que nela vivem, sem suas necessidades, anseios e ações. Segundo Gehl

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

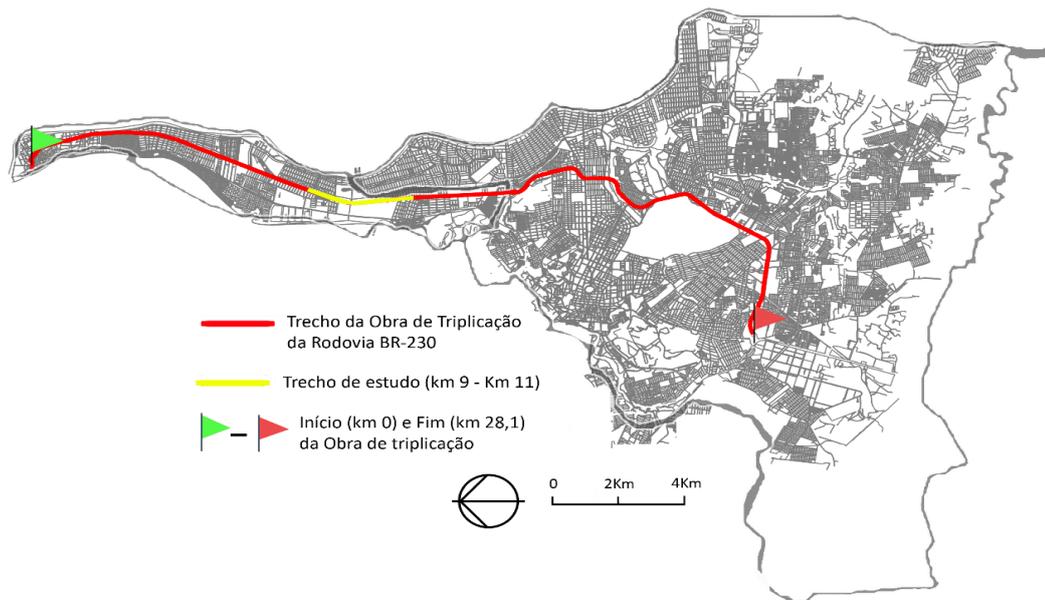
<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

(2015), as cidades antigas, medievais, autoconstruídas, tinham a escala adaptada para as pessoas, pois cresciam conforme as necessidades das atividades cotidianas, que se transformaram no decorrer da história, tornando-se mais complexas, mudando o modo de construção de cidade.

Ascher (2007), aponta que a cidade, do século XX e XXI, tem estado marcada pela lógica do automóvel e dos tráfegos. Um processo de racionalização presente na produção de cidades, através do planejamento de urbano, influenciado pela industrialização, com foco na eficiência e rapidez. “O planejamento resumido à estruturação da circulação leva, no limite máximo, ao ideal de cidade funcional, [...] resumindo a metrópole a condicionante de circulação” (CARLOS, 2001, p. 278).

Atualmente, existe uma racionalidade hegemônica na produção e compreensão do espaço. O que segundo Sennett (2003), houve uma privação sensorial que aflige o ambiente urbano do século XX, e impede a construção de espaços, com outras racionalidades proporcionadas por outras experiências urbanas.

O presente artigo discorre sobre as ferramentas metodológicas desenvolvidas e utilizadas para o processo de compreensão das práticas urbanas durante uma análise de um trecho da BR 230, compreendido entre o km 9 e o km 11, localizado entre o município de Cabedelo e João Pessoa no estado da Paraíba. Trecho incluído na recente triplicação da BR 230, iniciada no segundo semestre de 2016 e com término previsto para 2020. Tal obra, intitulada de “Obra de adequação de capacidade e segurança”, tem seu início no centro da cidade de Cabedelo-PB com finalização no viaduto Ivan Bechara, do bairro de Oitizeiro, (ver Mapa 01) localizado na região oeste da cidade de João Pessoa, capital paraibana, totalizando um trecho de 28 quilômetros de extensão, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).



Mapa 01: Mapa de situação da obra de Triplificação da BR-230.

Fonte: SEINFRA e plataforma da Prefeitura de João Pessoa, modificado pela autora. 2019.

Buscamos trabalhar em três pontos fundamentais: a cidade como espaço, as práticas cotidianas como produtoras desse espaço, e o corpo como ferramenta para tal compreensão. Percebendo que, através da compreensão das práticas cotidianas, possibilita aproximar o planejamento da realidade e das preexistências, tornando então, o arquiteto e urbanista, um tradutor do espaço.

De acordo com Campbell (2015), não é possível pensar cidade sem levar em conta a experiência coletiva. A cidade não existe sem troca, sem aproximações e sem proximidade: ela cria relações. As ruas não são apenas lugares de passagem, são também lugares de encontro.

É no cotidiano que as formas de percepção sensível se incorporam e ganham força social, do individual ao coletivo, na maneira como vivemos nosso dia a dia, como experimentamos os espaços e as relações a nossa volta. (CAMPBELL, 2015, p. 25).

A forma como o habitante da cidade experimenta o espaço, realiza as suas práticas cotidianas e ocupam os lugares, nos proporciona uma visão real, de como a cidade se apresenta com sua dinâmica.

Frente a esta realidade, este trabalho partiu do princípio de que o planejamento precisa ser democrático, e que a compreensão das dinâmicas urbanas e das práticas daqueles que vivem e fazem cidade, contribui para o entendimento de

narrativas variadas, a fim de aproximar o planejador urbano de um resultado próximo de diversas realidades.

### **Ferramentas de análise**

As **ferramentas de análise** escolhidas para a compreensão deste trabalho, partem do princípio que para agir como arquiteto no meio urbano, além de conhecê-lo bem, é necessário buscar novos métodos para compreender as coerências e contradições da formação das cidades (Santos, 1980).

No livro *A vida na cidade: como estudar*, Gehl e Svarre (2018) defendem que a compreensão de espaços públicos se dá de maneira mais efetiva quando feita de forma direta pelo observador, e sugerem a elaboração de perguntas chave para auxiliar no conhecimento geral do comportamento no espaço público. Com essa premissa, foram desenvolvidas perguntas que nortearam as observações nos trechos de análise. São elas:

**“Quantas** pessoas passam por aqui?”

A contagem fornece dados que podem ser usados para qualificar projetos e servir de argumentos em processos decisórios.

**“Quem** passa por aqui?”

Ter o conhecimento mais específico das pessoas que utilizam determinado espaço, é fundamental para “planejar formas mais precisas de atender às necessidades de mulheres, crianças, idosos ou deficientes por exemplo.” (GEHL E SVARRE, 2018, p. 14).

**“Como** as pessoas passam por aqui?”

Identificar e quantificar os modais que as pessoas utilizam em determinado lugar pode ajudar a entender como o espaço é utilizado e identificar como ele pode ser mais democrático.

“**O quê** acontece aqui?” (Atividades)

“Mapear o que acontece no espaço urbano dá informações específicas sobre os tipos de atividades na área.” (GEHL E SVARRE, 2018, p.17). É importante ter esse tipo de informação pois revela como elas atuam no espaço.

Após a elaboração das perguntas, foram definidas quais ferramentas seriam utilizadas para sistematizar e registrar as observações feitas em campo, determinando quatro ferramentas: **contagem**, **mapeamento de atividades**, **fotografia sequenciada** e **diário de bordo** (o corpo como prova).

## Contagem

A contagem é um dos métodos mais simples e básicos para os estudos nas cidades (GEHL e SVARRE, 2018), e foi a ferramenta de análise principal utilizada neste trabalho. Para facilitar o registro, foi elaborado uma tabela que abrangesse **quantas** pessoas passavam no local, **quem** passava, havendo uma subdivisão de gênero (homem, mulher, mulher com criança, homem com criança e criança) e **como** as pessoas passavam, indicando os modais utilizados (a pé, bicicleta, moto, carro, a pé com veículo e tração animal) ver Figura 1.

Gehl e Svarre (2018) explanam que uma contagem por 10 minutos a cada hora, dá uma imagem precisa do ritmo diário, pois se trata de uma amostragem aleatória que será compilada para se obter uma visão geral do dia.

Modal \ Gênero					
					
					
					
					
					

Figura 01: Tabela de contagem elaborada pela autora.

Fonte: Autora, 2019

A contagem foi realizada mediante a utilização de uma tabela, elaborada pela autora, entretanto, quanto a contagem dos carros e motos, não houve a possibilidade de contabilizar o gênero como previsto na tabela, tendo em vista o fluxo de veículos no local, desta forma, os modais que consideraram gênero foram o à pé e bicicleta.

## Mapeamento de Atividades

Para Gehl e Svarre (2018) mapear o comportamento é simplesmente marcar o que ocorre em um mapa do espaço ou da área de estudo (ver figura 02). Neste trabalho, foram mapeadas as atividades que aconteciam no local, dividindo-as em duas categorias: necessárias e opcionais.

Atividades necessárias incluem fazer compras, caminhar para um ponto de ônibus ou dele vir, ou trabalhar como guarda de estacionamento, policial ou carteiro. Atividades opcionais incluem passear ou correr, sentar-se no degrau da escada, cadeira ou banco para descansar, ler o jornal [...]. (GEHL E SVARRE, 2018, p.17).



Figura 02: Exemplo de mapeamento.

Fonte: Imagem retirada do livro A vida na cidade: como estudar, 2018.

## Fotografia sequenciada

Esta ferramenta consiste em representar um percurso, ou um movimento e pode ser feito a partir de duas perspectivas, a do pedestre, e a do automóvel, com fotos em sequência. A importância da utilização deste tipo de ferramenta, é a possibilidade de observar as ações possibilitando diferentes formas de percepção do espaço.

Jan Gehl (2018), ilustra em seu livro *A vida na cidade: como estudar* o que Jane Jacobs (1961) chama de 'balé das calçadas' (ver figura 03) são ações cotidianas que acontecem e que nunca irão se repetir, mas que demonstram sua beleza na singularidade e imprevisto.



Figura 03: Exemplo de 'Balé das calçadas'.

Fonte: Imagem retirada do livro *A vida na cidade: como estudar*, (2018).

## Diário de Bordo (O corpo como prova)

Paola Jacques e Fabiana Britto (2008) em seu texto *Cenografias e Corpografias Urbanas* expõem que as experiências que vivemos na cidade, ficam inscritas no corpo como uma "memória urbana" quando nos apropriamos do espaço da cidade. Como as observações aconteceram com a pesquisadora dentro do espaço delimitado, tendo o corpo como prova do que acontecia, foi utilizado um diário de bordo, de modo que registrasse de outras maneiras, as percepções e as experiências que eram vividas durante as observações, através de narrativas pessoais, desenhos, entre outros.

" Entender, compreender, ser parte do espaço, parte da cidade que tantas vezes parte, que em tantos lugares divide. Divide pessoas, divide cor, divide o rio.

Enquanto rio aqui, choram lá e meu pranto, veja, é riso em outro lugar, da mesma cidade.

A cidade vive, em pressa, em presa, em resistência. O tempo se arrasta pelas calçadas e ruas, pelas praças e postes. " (Trecho do diário de bordo da autora.)



Figura 04 e 05: Exemplo de diário de bordo.  
Fonte: Autora, 2019.

Deste modo, através da experiência urbana, da apreensão do espaço através do corpo, no emprego das ferramentas de análise, atentando para as particularidades de cada ponto de observação, (ver mapa 02) pudemos compreender um pouco a multiplicidade das práticas cotidianas e da sua relação com a construção de cidade. Contribuindo para o registro e debate de experiências urbanas que vão além da narrativa dominante, e que através da presença de subjetividades, compreende a dinâmica urbana do espaço.



Mapa 02: Mapa de localização da área de estudo km 9 e km 11 com pontos de referência na BR-230.

Fonte: SEINFRA e Plataforma da Prefeitura de João Pessoa modificado pela autora. 2019.



Figura 13: Mulher atravessando a BR-230 (17:30) No km 11 (Posto Castelinho). Fonte: Autora. 2019.

*Existe um homem que passa na rua.  
Ele passa no seu carro  
E eu vejo o que ele leva  
Caixa, sacola e papelão  
O homem invisível que o carro não vê  
Eu vejo e fico sem saber  
Se é o carro  
Ou seu olhar  
Que pesa mais. (15 de Maio, 07:00, BR Mania).*

*A chuva bateu no asfalto  
Naquela correria toda  
Quem ia  
Corria  
Se molhava  
Mas ia  
Chinelo na mão pra atravessar  
A espera do outro lado  
A incerteza da segurança  
Chinelo no peito  
Passo corrido  
Outro lado  
Braços, rosto, cabelo molhado  
Pé no chão  
Chinelo na mão. (28 de Março, 17:40, Posto Castelinho).*



Figura 20: Fotografia sequenciada, homem catador de papelão atravessando, km 9 (BR Mania) 07:00.

Nos perímetros de estudo, observamos como o espaço construído mediante a lógica do cotidiano, ou seja, através da necessidade de seus usuários, oferece um suporte mínimo de segurança nas travessias, nos pequenos estabelecimentos informais, sempre com pessoas, na sociabilidade de pedestres e ciclistas, contabilizados mediante o horário, seus fluxos.

Nessas observações, onde a produção do espaço foi além da lógica dominante de ser fazer cidade, podemos vincular o pensamento de Jacques (2008) quando a autora fala que a experiência urbana, possibilita a apreensão da cidade de maneira corporal, levando a uma reflexão e a uma prática mais próxima do urbanismo.

Introduzir a experiência na arquitetura é fundamental para incluir o subjetivo, o perceptual, o sensorial e o corporal, ao mesmo tempo que se reforça o fenômeno da arquitetura contemporânea enquanto construção social (MONTANER, 2017, p. 13-14).

Alinhando o processo de observação mediante as ferramentas de análise, e com o posterior estudo do projeto de ampliação da rodovia BR-230 disponibilizado pelo DNIT, pudemos ver a transformação espacial prevista para estes locais, o que sugere conseqüentemente, a transformação de dinâmicas, priorizando o tráfego de veículos em detrimento do de pedestres e ciclistas, também utilizadores deste espaço.

Este modo de observar, atentando para as particularidades, os detalhes do espaço urbano, para Santos (1980) é um papel do antropólogo que muito tem a contribuir com o arquiteto e urbanista.

Os impasses que as grandes cidades brasileiras estão vivendo seriam devidos à sua complexidade e diversidade, incompatíveis com as estruturas administrativas autoritárias e generalizantes a que estão submetidas. A contribuição maior do antropólogo seria a de apontar fórmulas de coexistência e convivência que evitassem o agravamento do "caos urbano" pelos que se dizem interessados em resolvê-lo. (SANTOS, 1980, p.46.)

Contudo, observamos duas situações:

1. A construção da cidade formal, obedecendo a uma lógica hegemônica e dominante de se produzir espaço, herdada da cidade moderna, e que ainda continua priorizando a circulação, maximizando tráfegos, na forma da obra de ampliação da

rodovia BR-230, com alterações não somente na rodovia, mas também em seu entorno, privilegiando os usuários motorizados<sup>3</sup>.

2. A construção da cidade informal realizada pelos usuários não motorizados, que não pertencem a rodovia, e que seguindo a lógica do cotidiano, na forma de apropriação e participação nestes espaços, estabelecem uma relação na construção de cidade.

## Os não motorizados e a insegurança

Na utilização da tabela de modais e gênero, pudemos observar as ações que os usuários não motorizados exerciam no espaço, bem como a insegurança que a travessia ou passagem proporcionavam ao pedestre, ciclista entre outros. Para Júnior (2008), pedestres e ciclistas são os modais mais frágeis na disputa do espaço de circulação, tradicionalmente prejudicados.

Enfim, as intervenções que visem melhorar a qualidade das interfaces urbano-rodoviárias devem levar em consideração a integração da rodovia à paisagem urbana, bem como garantir a possibilidade de travessia de ciclistas e pedestres, principalmente. (JÚNIOR, 2008, p.6).

Júnior (2008) em seu artigo *Rodovias em áreas urbanizadas e seus impactos na percepção dos pedestres* mediante uma análise, fala sobre o Efeito Barreira, que se refere ao efeito das infra estruturas sobre os deslocamentos realizados pelos não motorizados, enxergamos aqui uma aproximação entre o conceito do Efeito Barreira e a implementação da obra de triplicação da BR-230 e os seus possíveis efeitos nas travessias e passagem dos modais não motorizados

A rodovia (se compreendida como uma grande via no tecido urbano) exerce claramente a função de barreira, influenciando o tráfego local de veículos motorizados a partir da ampliação das distâncias a serem percorridas, por exemplo. Os pedestres, já tradicionalmente os menos favorecidos na disputa pelo espaço de circulação, os mais prejudicados, pois, além de serem mais frágeis perante os veículos motorizados têm impedido o usufruto pleno do espaço urbano. (JÚNIOR, 2008, p.225).

---

<sup>3</sup> De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito, os usuários estão divididos em motorizados e não motorizados.

A partir da análise da tabela de gênero e modais, e a dos usos e ocupações formais, em parte delimitada pelo plano diretor, observamos também as ocupações informais às margens e ao longo da rodovia BR-230, para Barbuda (2012) esta “arquitetura de gambiarra” surgem a partir das práticas cotidianas, subvertendo a ordem imposta, hegemônica.

Este agente que se estende ao espaço urbano através de suas práticas cotidianas, criando táticas para subverter uma ordem imposta e reconfigurando a cidade contemporânea é um corpo de prova [...] estende-se através destes dispositivos que são transcrições de suas práticas cotidianas ou estende o conflito da sua ação através de seu próprio corpo, criando conflitos na rua pela própria ação que exerce e pela ordem que “representa”. (BARBUDA, 2012, p.45).

Com a implementação da obra de triplicação da rodovia BR-230, a maioria destas ocupações vão deixar de existir tendo em vista que se localizam atualmente em sua maioria no lugar da futura via lateral, no caso do km 9 (BR Mania) e no caso do km 11 (Posto Castelinho) na futura pista de rolamento de acesso ao retorno.

As ocupações informais são fruto do processo de apropriação do local pelo transeunte, em especial o usuário não motorizado, e proporcionam uma estrutura mínima de segurança para a permanência dos mesmo no espaço, com as mudanças que o processo de implementação da obra de triplicação pode oferecer, possivelmente dificultará o acesso destes usuários ao espaço, e como Carlos (2014) alerta, esvaziando espaços públicos e diminuindo as práticas socioespaciais.

Segundo Júnior (2008), O planejamento dos sistemas de transporte deve ser planejado pensando também nas ocupações do entorno, pois uma vez inserida em uma área urbanizada, a rodovia passa a fazer parte da vida urbana.

A efetividade dessas ações depende da articulação adequada entre os níveis de planejamento e execução (municipal, estadual, federal), e também da articulação adequada destes com as comunidades envolvidas através de contatos diretos, audiências públicas bem como das organizações da sociedade civil. (JÚNIOR, 2008, p.226).

## A mulher

Achamos importante ressaltar a predominância do gênero feminino do modal a pé em ambos os km (Gráfico 15). Apresentamos nossas impressões a respeito da obra de triplicação da rodovia BR-230 e da relação com as ocupações informais e os não motorizados, em ambas situações, temos em comum a 'invisibilização' de estruturas contrárias à forma de planejamento hegemônica da cidade.

Neste contexto, discutiremos a respeito da mulher não motorizada no nosso trecho de estudo, e na relação da produção de espaços e o olhar de gênero no planejamento. Este olhar sobre o gênero o qual fala Santoro (2008), contribui com o ponto de vista sobre a apreensão e a experiência urbana através do corpo que

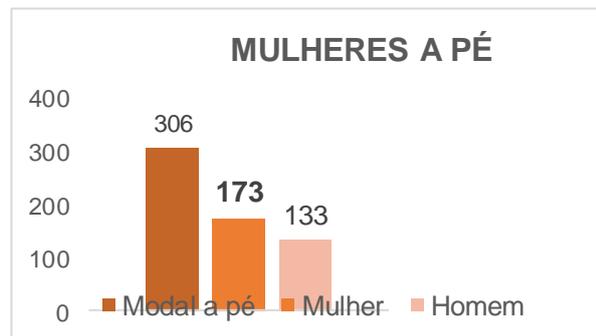


Gráfico 15: Total de modais a pé e cada gênero, com destaque nas mulheres a pé. Fonte: Autora, 2019

Jacques (2008) defende para a construção de um urbanismo próximo da realidade e dos utilizadores do espaço. Para a autora, o olhar sobre o gênero dá início a uma nova sensibilidade urbana, compreendendo as diferenças entre os grupos, e levando em conta que o planejamento não deve pensar em uma totalidade, e sim estar atento às diferenças.

É necessário sair do raciocínio generalista, funcional, quantitativo ou em grande escala, e debruçar-se sobre um território em uma escala menor, que permite uma maior aproximação com os grupos sociais. (SANTORO, 2008, p. 2).

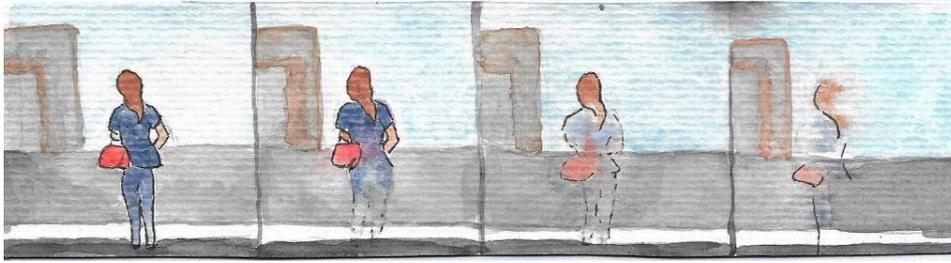


Figura 27: Aquarela de mulher esperando a travessia no km 11 (Posto Castelinho). Fonte: Autora, 2019.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trabalhar em três pontos fundamentais: a cidade como espaço, as práticas cotidianas como produtoras desse espaço, e o corpo como ferramenta para tal compreensão, para desta forma identificar as práticas cotidianas, quantificar horários e modais através da análise e do mapeamento de usos e ocupações compreendidos no km 9 e 11 relacionando as práticas cotidianas com a produção de cidade.

Mediante a utilização de 4 ferramentas de análise, quantificamos os modais utilizados na área de estudo em dois períodos, mapeamos os usos e ocupações, e buscamos identificar nas práticas cotidianas de ambos pontos de observação sua relação– com a produção de cidade.

Deste modo, através da experiência urbana, da apreensão do espaço através do corpo, e atentando para as particularidades de cada ponto de observação, pudemos compreender um pouco a multiplicidade das práticas cotidianas e da sua relação com a construção de cidade. Contribuindo para o registro e debate de experiências urbanas que vão além da narrativa dominante, e que através da presença de subjetividades, compreende a dinâmica urbana do espaço.

Reforçamos ainda, o discurso que a triplicação da rodovia BR-230 pertence a uma lógica predominante de produção do espaço que desconsidera outras possibilidades de existências na cidade, quando privilegia os modais motorizados transformando os espaços preponderando a circulação e tráfegos.

Entendemos que a obra de ampliação da BR-230, faz parte de uma construção de cidade, entretanto beneficia apenas usuários motorizados, quando não são os únicos a construí-la. Partimos da premissa que para uma construção de

cidade democrática, é necessário permitir uma parceria entre vida e espaço na cidade (GEHL, 2018).

Acreditamos que o primeiro passo para permitir esta parceria, é compreender a vida na cidade. Analisar o espaço urbano através da pesquisa de campo, neste trabalho, contribuiu de forma significativa para a construção dessa compreensão, e em especial na formação profissional, enquanto possível transformador do espaço urbano, despertando a sensibilidade para compreender e planejar.

Alinhando o conhecimento sobre o planejamento urbano, com o entendimento de Lefebvre, citado por Colosso (2016) em que espaço é socialmente produzido pelas relações sociais e práticas coletivas, indispensável para a democracia urbana.

Acrescentamos a importância da experiência urbana, e sua contribuição na produção de espaços, de cidade, variando o ângulo, entendendo dinâmicas e práticas cotidianas ao olhar de outro lugar, para deste modo, entender para quem, como e porque estamos produzindo cidade.

## REFERÊNCIAS

ASCHER, François. As duas formas de compartilhar a rua. In: BORTHAGARAY, Andrés. (Org). **Conquistar a rua! Compartilhar sem dividir**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BARBUDA, Amine Portugal. Corpo de Prova. **Revista Redobra**. n. 11, 2013.

BRITTO, Fabiana Dultra.; Paola Jacques Berenstein. **Cenografias e Corpografias Urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CAMPBELL, Brígida. **Arte para uma cidade sensível**. São Paulo: Invisíveis Produções, 2015.

CARLOS, A. F. A. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

COLOSSO, P. A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno. In: **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do Século XX** (p. 79 – 88). São Carlos, SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.2016.

JACQUES, Paola Berenstein. **Espetacularização Urbana Contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2004.

JÚNIOR, Sílvia Silva et al. Rodovias em áreas urbanizadas e seus impactos na percepção dos pedestres/Impacts of highways in urban sites–the pedestrians' perception. **Revista Sociedade & Natureza. ISSN**, v. 1982, p. 4513, 2008.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan.; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. Tradução de Anita Di Marco. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/> >. Acesso em: março de 2019.

MONTANER, Josep M. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

SANTORO, Paula F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos.; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 2. Ed. Rev. e Atualizada. Rio de Janeiro: 1981.

VENTURI, Robert, Denise Scott Brown, Steven Izenour, **Aprendendo com Las Vegas**. Ed. Cosac & Naify: São Paulo, 2003.

**CASA DO ESTUDANTE:** proposta de habitação universitária de uso misto em cabedelo**Sandrina Karoline Costa Gonçalves<sup>1</sup>**  
**Ana Luísa Pires Gouveia Guedes<sup>2</sup>****RESUMO**

O artigo consiste em uma proposta arquitetônica de habitação universitária de uso misto no município de Cabedelo. Para se entender melhor a importância da moradia universitária e como elaborar o anteprojeto, foi realizado um breve estudo histórico da origem das habitações, e a relevância do modelo de moradia para quem vem de outras localidades, na grande maioria das cidades interiores próximas, em busca de um curso de graduação. A partir do estudo de normativas, legislação, estudo de caso e projetos correlatos, implantação e condicionantes naturais do lote, foi criado embasamento teórico para elaboração da habitação universitária.

**Palavras-chaves:** Habitação; Estudantes; Graduação;

**ABSTRACT**

The article consists of an architectural proposal of mixed use university housing for the municipality of Cabedelo. To better understand the importance of university housing and how to prepare the draft, a brief historical study of the origin of housing was carried out, and the relevance of the housing model for those coming from other locations, in the vast majority of nearby interiors, in search of University graduate.

**Key Words:** *Housing; Students; University graduate;*

**1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta uma proposta de anteprojeto arquitetônico para Habitação de uso misto<sup>3</sup>, voltada para estudantes das instituições de Ensino Superior da região Metropolitana de João Pessoa.

O estudo tem como finalidade propor uma moradia de caráter privado, específica para estudantes universitários, que migram de outras localidades. Segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, houve aumento de 29,2% no percentual de estudantes que se deslocam das cidades onde moram para outros estados e municípios, em busca da sua graduação. A ausência de cursos nas instituições de ensino superior encontradas no interior, se relaciona diretamente com

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>3</sup> Um edifício de uso misto tem o objetivo de combinar três ou mais usos em uma estrutura, como residência, hotel, comércio, estacionamento, transporte, cultura e entretenimento. Disponível em: < <http://www.urban-hub.com> > Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

os dados em questão, levando as famílias a buscarem melhores alternativas para a capacitação.

No Brasil, esses jovens ainda contam com a ausência do suporte a moradia nas instituições de ensino, na grande maioria, devido à falta de opção, passam a pagar um alto custo para morar nas proximidades das universidades. As instituições Federais e Estaduais, costumam, disponibilizar residências próprias dentro da unidade para os alunos, porém, as instituições particulares, não possuem o mesmo hábito. De acordo com Barreto (2014), as casas de estudantes de universidades federais, tem como preferências alunos de outras cidades, com baixa renda, que não possuem condições de se manter na cidade.

A escolha do tema partiu também da identificação de crescimento dos centros universitários, decorrente do aumento dos cursos oferecidos e oportunidades auxiliadas pelo governo. De acordo com o MEC, o número de estudantes de ensino superior cresce diariamente, tornando cidades como pólos universitários. Segundo o Censo IMEP, nos últimos 14 anos, o número de Instituições de Ensino Superior teve crescimento de 101%, e o Nordeste está na segunda colocação no número de matrículas em cursos presenciais com relação as outras regiões. Porém, não se observa um crescimento semelhante na assistência estudantil, o que caracteriza a moradia como principal dificuldade.

Conforme Barreto (2014), um dos problemas enfrentados pelas IFES com relação às moradias estudantis é sua gestão, tanto pelo número reduzido de vagas, como a política de inclusão adotada pelas Instituições para os moradores, e o movimento estudantil em relação à moradia.

Segundo Maciel (2018), existem apenas três residências estudantis, em João pessoa, nas quais duas estão vinculados a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de caráter público. Tais residências estão localizadas em locais distintos: uma no bairro Castelo Branco, outra no Centro da cidade, e uma pertencente ao Governo da Paraíba voltada para os alunos de nível médio, localizada também no Centro da cidade.

Partindo do requisito de implantar a edificação em uma região onde existisse instituições de relevante importância para o estado, e de uma localidade que não houvesse o modelo de moradia, a área de estudo escolhida, fica situada na zona norte da grande João Pessoa, localizado no Município de Cabedelo, e próximo a três instituições de ensino superior, o IFPB (Instituto Federal da Paraíba), a FCM

(Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba) e o IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba).

O projeto segue o modelo oposto ao das típicas residências universitárias, que na sua grande maioria se encontra no interior das universidades, transmitindo a sensação de isolamento da cidade, então, a proposta deste trabalho é trazer a edificação para fora deste contexto, integrando a mesma com a sociedade, quebrando as barreiras entre cidade e universidade.

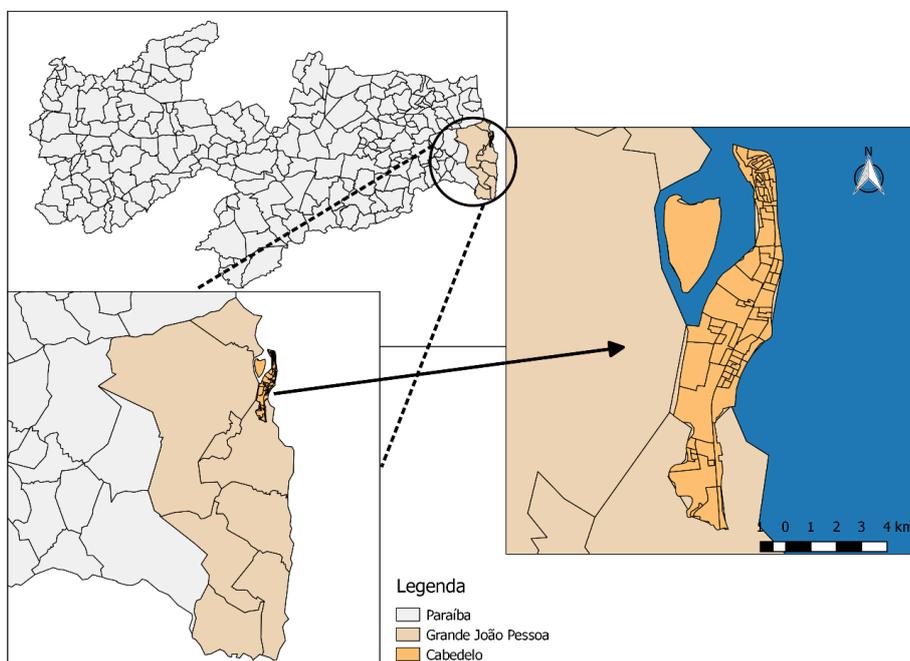
A edificação tem como objetivo incentivar a coletividade e estimular a conexão do estudante com a cidade, e da cidade com o ambiente universitário, além de proporcionar uma opção de moradia de baixo custo e que possua serviços e acomodações adequadas para as necessidades estudantis.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 ANÁLISE DE SÍTIO

O município de Cabedelo é um dos onze municípios localizados na região metropolitana de João Pessoa (conhecida como grande João Pessoa). Considerado como área portuária, por se localizar numa península entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba, o Porto de Cabedelo é a entrada e saída comercial do Estado.

**Figura 01:** Mapa de Localização: Paraíba – Grande João Pessoa - Cabedelo



Fonte: Arquivo do autor (2019).

O bairro de Intermares foi o local escolhido para inserção da edificação, a escolha baseou-se em algumas premissas básicas, como a facilidade ao acesso das instituições, por estar localizado entres as três unidades de ensino foco do trabalho e por apresentar grande quantidade de equipamentos que suprem as necessidades habitacionais, como o comércio local e os espaços ao ar livre para lazer.

O mapa abaixo (figura 02) mostra a localização do terreno e das instituições de ensino, onde a distância entre a FCM e o terreno em estudo é de km, da instituição IESP é 6,4km e da IFPB 5,9km, localizadas a poucos quilômetros de distância do terreno.

**Figura 02:** Mapa de localização do terreno e das instituições de ensino.



Fonte: Google Maps (editado pela autora), 2019.

O terreno tem como principal acesso a BR-230, que está passando por reformas, entre Cabedelo e João Pessoa, o projeto prevê a construção de viadutos, passarelas, ciclovia e faixas de pedestre. Segundo Rainer Branco, o engenheiro fiscal de obras do Dnit, a instalação desses equipamentos tem como proposta melhorar a circulação de pedestres e a segurança da área.

## 2.1 CARACTERÍSTICAS DO LOTE

O terreno encontra-se sem uso e acredita-se que trazer para o terreno uma edificação com uso misto, irá levar pontos positivos para região, além de propor uso ao local. O lote conta com área de aproximadamente 4.232m<sup>2</sup>, é plano e tem sua geometria quadrada. Fica de esquina e voltado para três faces de acesso, sendo estas: a Rua Golfo Riga, a Rua Golfo Pérsico e a Avenida Mar da Sibéria (figura 03).

**Figura 03:** Vistas do terreno.

Fonte: Google Maps (editado pela autora), 2019

Acervo Pessoal

## 2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

Através do estudo das condicionantes ambientais busca-se entender como esses agentes naturais interferem no edifício para auxiliar nas soluções de aproveitamento da ventilação e iluminação natural, como também na proteção das fachadas com maior incidência solar. O estudo dessas condicionantes, foram realizados através do site Sunearthtools que calcula a posição do sol demonstrada por um gráfico de caminho solar (figura 04).

**Figura 04:** Comportamento da incidência da ventilação e solar de Janeiro à Dezembro.

Fonte: Google Earth e Sunearthtools Disponível em < <https://www.sunearthtools.com> > Acesso em 28 de março de 2019 (editado pela autora).

### 2.3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE DO SOLO

Conforme a lei complementar nº 17/06 de 24 de janeiro de 2006, no mapa de Zoneamento Urbano de Cabedelo, o lote divide-se em duas zonas, a Zona Comercial e de Serviço Axial – ZCS2 e à Zona Residencial – ZR1.

De acordo com o Código de Urbanismo do Município de Cabedelo, a zona ZCS2 é destinada ao uso não habitacional e uso misto, e a ZR1 ao uso habitacional.

Os usos permitidos para implantação do anteprojeto é o R4/45 e o CSB 01 a 03 (Tabela 01 e 02), tendo em vista, que, a habitação tem como proposta o uso misto e térreo mais três pavimentos, sendo o térreo destinado a serviços e salas para escritórios e os demais pavimentos para moradia.

**Tabela 01:** Usos permitidos – ZR1

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES I ZONA RESIDENCIAL – ZR1								
USOS Permitidos	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			Nº MAX PAV.
	Testada (m)	Área (m <sup>2</sup> )	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	
R1	12,00 m	300,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
R2	12,00 m	300,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
R2(a)	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
R3	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	50	1.5	4,00	2,50	2,00	03
R4/R5	15,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	50	2.0	4,00	3,00	3,00	04
R6	20,00 m	600,00 m <sup>2</sup>	50	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSV 01 a 17	12,00 m	300,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
CSB 01 a 03	12,00 m	300,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
CSB 06	12,00 m	300,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	5,00	1,50	2,00	02
CSB 08 a 14	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	5,00	1,50	2,00	02
CSB15	24,00 m	600,00 m <sup>2</sup>	60	1.8	5,00	2,00	3,00	03
CSE 01 a 05	24,00 m	600,00 m <sup>2</sup>	60	1.8	5,00	2,00	3,00	03
CSE 06 a 16	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	60	1.8	5,00	2,00	3,00	03
CSE 18	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	50	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 22	24,00 m	720,00 m <sup>2</sup>	60	1.8	5,00	2,00	3,00	03
CSE 23	36,00 m	900,00 m <sup>2</sup>	60	1.8	5,00	2,00	3,00	03
CSG 12 a 14	12,00 m	360,00 m <sup>2</sup>	60	1.2	5,00	1,50	2,00	02

Fonte: Código de Zoneamento do Município de Cabedelo

**Tabela 02:** Usos permitidos – ZCS2

QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES VI ZONA COMERCIAL E DE SERVIÇOS AXIAL – ZCS <sup>2</sup>								
USOS Permitidos	LOTE DE TERRENO		INDICADORES		AFASTAMENTOS (m)			NºMAX PAV.
	Testada(m)	Área (m <sup>2</sup> )	Ocup.(%)	Aprov.	Frontal	Lateral	Fundos	
R1	12,00	360,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
R2	12,00	360,00	60	1.2	4,00	1,50	2,00	02
R3	12,00	360,00	50	1.2	4,00	2,00	2,00	03
R4/R5	15,00	360,00	50	2.0	5,00	2,50	2,00	04
CSV 01 a 17	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	03
CSB 01 a 03	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	03
CSB 04 a 07	12,00	360,00	70	2.8	5,00	2,50	2,00	04
CSB 08 a 14	12,00	360,00	70	1.8	5,00	2,00	2,00	03
CSB 15	24,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	03
CSE 01 a 05	24,00	600,00	60	2.4	5,00	3,00	3,00	04
CSE 06 a 16	12,00	360,00	70	1.4	5,00	2,00	2,00	02
CSE 17	24,00	600,00	70	1.4	5,00	3,00	3,00	02
CSE 18	12,00	360,00	60	4.0	5,00	3+h/10	3+h/10	*
CSE 20 a 29	24,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	03
CSE 30 e 31	36,00	900,00	50	1.0	5,00	3,00	3,00	02
CSG 01	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	02
CSG 02 a 04	12,00	360,00	70	1.2	5,00	2,00	2,00	02
CSG 05 e 06	24,00	600,00	60	1.8	5,00	3,00	3,00	03
CSG 08	24,00	600,00	70	1.2	5,00	2,50	2,00	02
CSG 12 a 14	12,00	360,00	60	1.2	5,00	3,00	3,00	02
CSG 20	12,00	360,00	70	1.2	5,00	1,50	2,00	**
INP 01	12,00	360,00	50	1.2	5,00	2,00	2,00	02
INP 03 a 07	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	02
INP 09	12,00	360,00	60	1.2	5,00	2,00	2,00	02

Fonte: Código de Zoneamento do Município de Cabedelo

## 2.4 PROPOSTA ARQUITETÔNICA

O trabalho tem a proposta de locar a habitação universitária para fora das instituições de ensino, com intuito de integrar o ambiente universitário com a cidade. Além de propor um ambiente que atenda as reais necessidades dos estudantes, criando, assim, um programa de necessidades adequado, promovendo não só as necessidades básicas como repouso, higiene e alimentação, mas também locais para lazer e pontos de encontro, seja para estudo ou convívio.

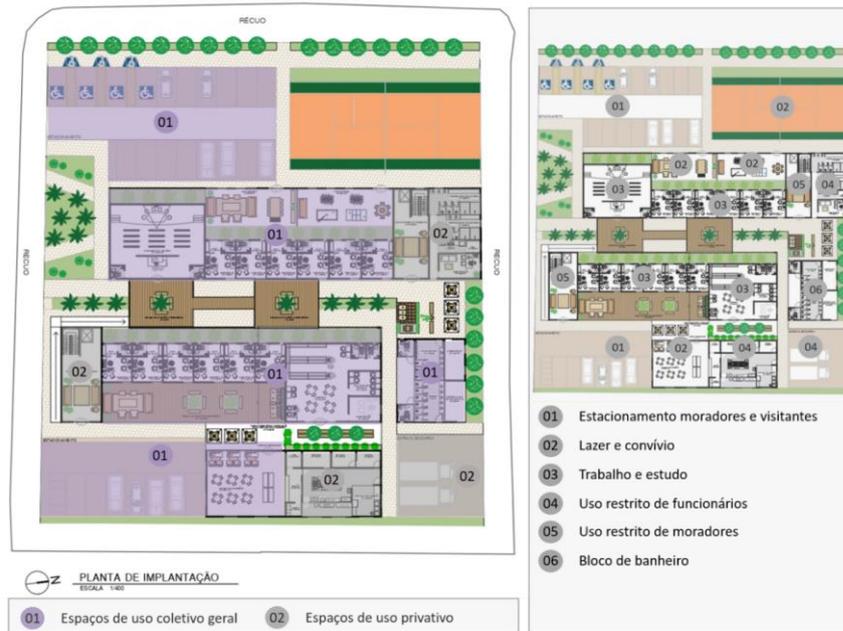
Para isto, foram estudadas formas para alcançar tais objetivos, como propor uma edificação de uso misto, onde o térreo é destinado a salas comerciais para escritórios e serviços não restrito aos moradores, como biblioteca, mini auditório, restaurante universitário, locais de permanência e ambientes para o lazer, priorizando a socialização dos moradores da edificação e seu entorno.

Mediante a manutenção da edificação, sugere-se que os custos da edificação sejam mantidos com o aluguel dos escritórios, dos ambientes disponibilizados para eventos, neste caso, o mini auditório e sala de jogos; do custo mensal para uso da biblioteca, aos estudantes que não são residentes; juntamente com uma pequena contribuição dos moradores.

A edificação irá contar com dois blocos, ambos de térreo mais três pavimentos, sendo um destinado ao uso feminino e o outro ao uso masculino. Cada bloco dará suporte a 43 estudantes, totalizando 86 vagas na habitação.

O zoneamento da habitação foi dividido de forma que no pavimento térreo se encontre apenas os ambientes destinados ao uso coletivo geral, e os espaços de uso privativo, restrito aos funcionários; e nos pavimentos superiores, a moradia, com acesso permitido apenas aos moradores (Figura 05).

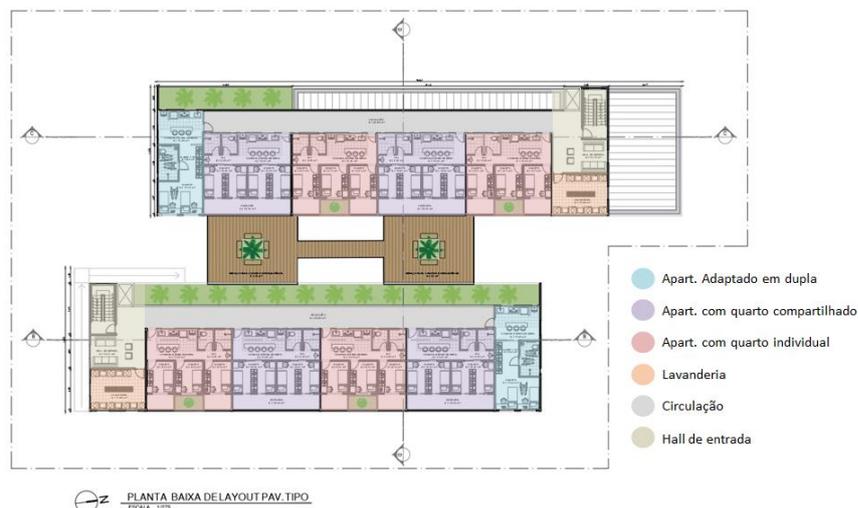
**Figura 05:** Zoneamento térreo



Fonte: Acervo pessoal.

Para os pavimentos superiores, foi adotado três tipologias de apartamentos, sendo estes: compartilhado para até quatro pessoas, com quartos duplos; individual para até três pessoas com um estudante por quarto; e o adaptado, com quarto duplo, para estudantes de mobilidade reduzida. Ambos dão suporte as necessidades básicas dos estudantes, contendo, banheiro, cozinha e área de serviço. Além dos módulos para moradia, cada andar conta com uma lavanderia e um hall de estar para convívio entres os moradores. (Figura 06).

**Figura 06:** Pavimento tipo.

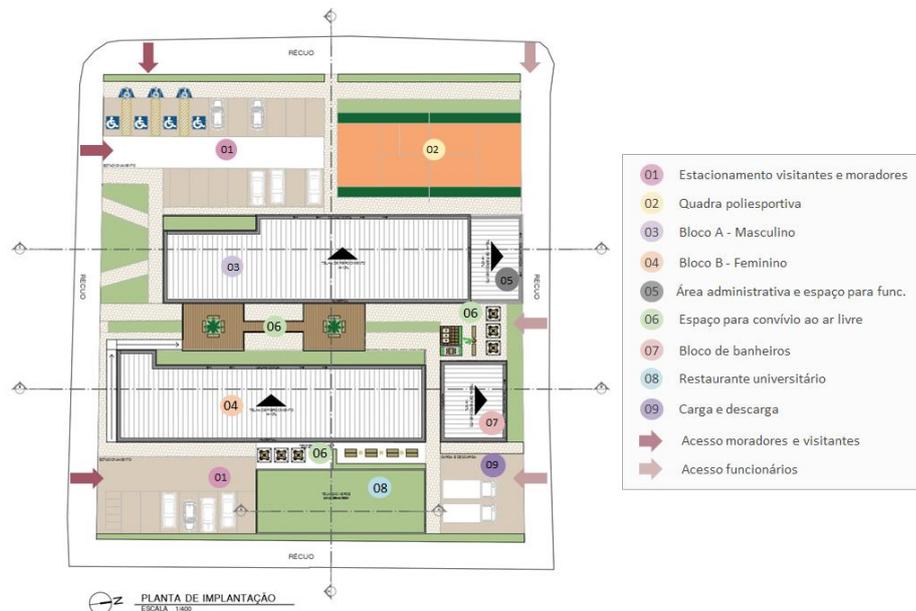


Fonte: Acervo pessoal.

## 2.5 IMPLANTAÇÃO

O edifício será implantado de forma que o acesso de serviços e funcionários se de através da fachada norte, na Av. Mar da Sibéria, onde tem o acesso a área técnica, administrativa e serviços de abastecimentos do restaurante. E o de carros e pedestres dos moradores e visitantes foi escolhido para ficar inserido na fachada sul e oeste, nas ruas Golfo Riga e Golfo Pérsico, ambas recebem o maior fluxo de veículos vindos da Br-230 (Figura 07).

**Figura 07:** Implantação e acessos.



Fonte: Acervo pessoal.

## 2.6 SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS UTILIZADOS

Optou-se pelo uso de vigas de concreto, as quais possuem um pré-dimensionamento de 15x45cm. A laje definida conta com 15cm de espessura, exceto no teto jardim, que é mais espessa, e os pilares mantêm a dimensão de 15x25.

Para a divisão dos ambientes internos da edificação, o Drywall foi o mais utilizado, obtendo poucas divisões em alvenaria, com a intenção de facilitar reformas.

As lajes utilizadas na edificação foram a maciça, nervurada e laje jardim. A nervura foi adotada apenas em alguns espaços de uso coletivo geral, visando a

economia, por ser mais leve e amenizar a sobrecarga na fundação, e também, com o propósito de atingir vãos maiores e mais flexíveis. Já o uso da cobertura de laje jardim, será feito apenas no restaurante, com a solução de colaborar para o conforto térmico e proporcionar uma vista interessante para aos moradores.

O telhado a ser utilizado será de platibanda, de uma água, com estrutura de madeira e telha de fibrocimento, possibilitando estruturas mais leves, trazendo economia, que impacta nas fundações.

As vedações utilizadas nos blocos são de alvenaria, esquadrias e brises. O sistema de brises de madeira unidos por estrutura metálica, foi adotado com a função de amenizar a incidência solar, e gerar maior privacidade aos moradores, bloqueando a visão direta da área de circulação de acesso aos apartamentos.

## 2.7 RESULTADO FORMAL

Na composição formal do edifício, foi utilizado o uso de cheios e vazios e linhas retas. E para compor as fachadas, a vegetação está como protagonista na Fachada Leste (figura 08), e os brises, na Fachada Oeste (figura 09), ambos contribuindo para o conforto térmico da edificação, além da estética e privacidade.

**Figura 08:** Vista da Fachada Leste.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

**Figura 09:** Vista da Fachada Oeste.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

A vista da Fachada Sul (figura 10), apresenta os principais acessos de veículos e pedestres para edificação, e alguns dos espaços destinados ao lazer e integração dos blocos.

**Figura 10:** Vista da Fachada Sul.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Os espaços criados para convívio e permanência dos visitantes e moradores, ficam localizados no térreo, e a 2,80m do nível do solo, fixados no edifício (figura 11).

**Figura 11:** Espaços para convívio e permanência.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Os escritórios, também estão localizados no térreo, a figura 12 mostra a vista de um deles.

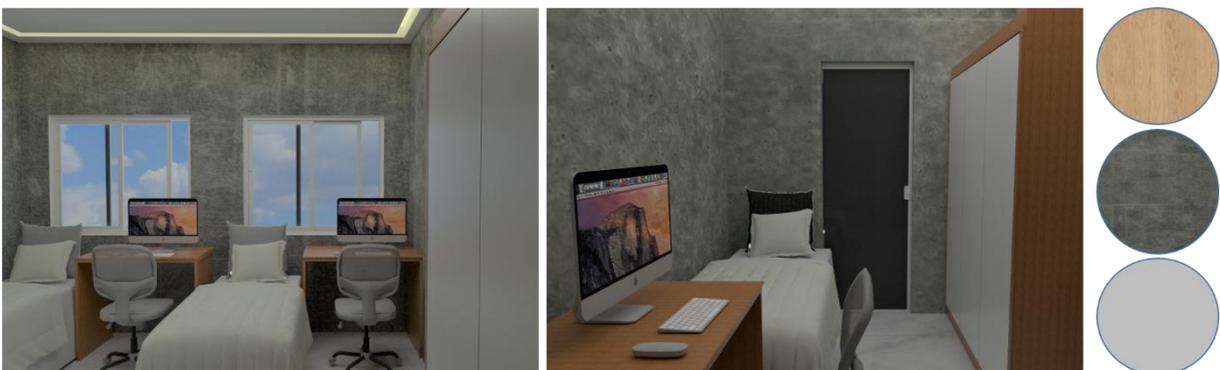
**Figura 12:** Escritório.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A figura 13 apresenta duas das tipologias dos quartos da habitação, do lado esquerdo a vista do quarto adaptado, e do lado direito o quarto individual.

**Figura 13:** Quarto adaptado e individual.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

E por fim, a vista do quarto compartilhado e da cozinha existente nos apartamentos (figura 14).

**Figura 14:** Quarto compartilhado e Cozinha.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habitação universitária e as instituições de ensino superior, caminham juntas, apesar de ser uma parcela da população que necessita deste tipo moradia, é necessário contar com esse número de estudantes, e auxiliar com alternativas para formar futuros profissionais. Pensando também em um ambiente que além de moradia e estudo, disponibilize espaços para convívio social e lazer.

Conclui-se, então, que ao final do desenvolvimento do trabalho em questão, pode-se apresentar a proposta de uma edificação que atenda as reais necessidades dos estudantes, além de valorizar a convivência entre os mesmos e a comunidade em sua volta, criando a figura de espaço para convívio e lar para habitação.

O presente trabalho espera contribuir com outras pesquisas e projetos relacionados a temática abordada, buscando destacar a importância do tipo de moradia na vida dos universitários, para sua formação acadêmica e pessoal, além de incentivar o desenvolvimento desse modo de habitar.

### REFERÊNCIAS

BARRETO, D. **Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de pós-graduação em Administração Universitária, UFSC, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128775>>. Acesso 12 ago. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MACIEL, Carlos Alberto Alves Dias Filho. **Residência Universitária Mista: uma proposta arquitetônica para a rede de Ensino da Cidade de João Pessoa – PB.** Trabalho de conclusão de curso. João Pessoa, 2018.

